

José Luiz Braga
Jairo Ferreira
Antonio Fausto Neto
Pedro Gilberto Gomes

ORGANIZADORES

10

PERGUNTAS
PARA A PRODUÇÃO
DE CONHECIMENTO
EM COMUNICAÇÃO

EDITORA UNISINOS

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor

Pe. Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor

Pe. Pedro Gilberto Gomes, SJ

EDITORA UNISINOS

Diretor

Pe. Pedro Gilberto Gomes, SJ

Conselho Editorial

Ione Maria Bentz

Pe. Carlos Alberto Jahn, SJ

Luis Henrique Rodrigues

Maria da Graça Krieger

Pe. Pedro Gilberto Gomes, SJ

Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos

EDITORA UNISINOS

Av. Unisinos, 950

93022-750 São Leopoldo RS Brasil

Tel.: 51.3590 8239 | 51.3590 8238

editora@unisinos.br

www.edunisinos.com.br

José Luiz Braga
Jairo Ferreira
Antonio Fausto Neto
Pedro Gilberto Gomes

ORGANIZADORES

10

**PERGUNTAS
PARA A PRODUÇÃO
DE CONHECIMENTO
EM COMUNICAÇÃO**

2ª EDIÇÃO

EDITORA UNISINOS
2019

© dos autores 2019

2019 Direitos de publicação em língua portuguesa no Brasil cedidos à
Editora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

EDITORA UNISINOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - PROCAD 240/2007



D532 Dez perguntas para a produção de conhecimento em
comunicação / organizadores: José Luiz Braga ... [et al.].
– 2. ed. – São Leopoldo, RS : Ed. UNISINOS, 2019.
1 recurso online.

ISBN 978-85-7431-834-9

1. Comunicação – Filosofia. 2. Comunicação de massa.
I. Braga, José Luiz, 1940.

CDD 302.2
CDU 316.77

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecário Flávio Nunes, CRB 10/1298)

Editor

Carlos Alberto Gianotti

Revisão

Renato Deitos

Produção do e-book

Casa Leiria

Capa

Agexcom Unisinos



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

PREFÁCIO 11

Lucrecia D'Alessio Ferrara

CAPÍTULO 1

O QUE É ESPECIFICAMENTE COMUNICACIONAL NOS ESTUDOS BRASILEIROS DE COMUNICAÇÃO DA ATUALIDADE? 19

Luiz Signates

CAPÍTULO 2

QUE RELAÇÕES SE ELABORAM ENTRE AS IMAGENS IRRADIADAS PELOS PROCESSOS MUDIÁTICOS E O IMAGINÁRIO DOS SUJEITOS? 31

Magno Medeiros

CAPÍTULO 3

COMO AS LINGUAGENS AFETAM E SÃO AFETADAS NA CIRCULAÇÃO? 45

Antonio Fausto Neto

CAPÍTULO 4

O MÉTODO PRAGMATICISTA PROMOVE CONVERGÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS NA COMUNICAÇÃO? 67

Francisco José Paoliello Pimenta

CAPÍTULO 5

COMO ESTABELECEER INTERFACES ENTRE A COMUNICAÇÃO E OUTRAS ÁREAS DE CONHECIMENTO OU PRÁTICA? 81

Carlos Pernisa Júnior

CAPÍTULO 6

HÁ UM LUGAR PARA O DISCURSO DA COMUNICAÇÃO NO CAMPO DA CIÊNCIA? 97

Goiamérico Felício Carneiro dos Santos

CAPÍTULO 7

COMUNICAÇÃO: TEORIA, CONHECIMENTO, PRAGMÁTICA...? 113

Potiguara Mendes da Silveira Jr.

CAPÍTULO 8

COMO O PROCESSO DE MEDIATEZACÃO (UM NOVO MODO DE SER NO MUNDO) AFETA AS
RELAÇÕES SOCIAIS? 131

Pedro Gilberto Gomes

CAPÍTULO 9

COMO A CIRCULAÇÃO DIRECIONA OS DISPOSITIVOS, INDIVÍDUOS E INSTITUIÇÕES? 145

Jairo Ferreira

CAPÍTULO 10

O QUE A COMUNICAÇÃO TRANSFORMA? 161

José Luiz Braga

OS AUTORES 179

ATIVIDADES E RESULTADOS DO PROJETO CRÍTICA EPISTEMOLÓGICA 187

APRESENTAÇÃO

Este livro é um momento de passagem do processo de cooperação científica entre pesquisadores dos PPGs em Comunicação da UNISINOS, da UFG e da UFJF, em torno do tema “Epistemologia e Pesquisa em Comunicação”, iniciado em 2007. O projeto, intitulado Crítica Epistemológica, visava a reflexão sobre objetos, métodos e metodologias, disciplina e campo da comunicação. Durante cinco anos (de 2008 a 2013), professores dos três programas desenvolveram seminários e publicaram textos, em conjunto ou individualmente, estimulados pelo intercâmbio. Essa foi uma das esferas do projeto. Além da mobilidade visando as interações sobre as pesquisas em curso, desenvolvidas pelos pesquisadores, o projeto viabilizou processos formativos em nível de mestrado com intercâmbio de estudantes por um semestre; e em pós-doutoramentos. O projeto continua, pela integração da rede em projeto mais abrangente, nucleado no periódico *Questões Transversais – Revista de Epistemologias da Comunicação*.

O projeto de intercâmbio foi viabilizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por seu programa Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad). Ao final do livro, depois das informações sobre os autores, apresentamos o elenco das atividades e dos resultados dos cinco anos deste Projeto.

O presente livro é, portanto, resultado de um extenso trabalho de reflexão e debates. Reunindo a diversidade de perspectivas dos pesquisadores participantes, estivemos todos voltados para um objetivo abrangente, que corresponde ao eixo integrador “Pensar o campo de estudos em comunicação”. Foi durante o III Seminário, realizado na UFG em outubro de 2011, que decidimos adotar como ângulo norteador do IV Seminário – que se realizaria na UNISINOS em 2012 –, o seguinte tema: Que questões são relevantes para pensar a comunicação?

A organização do Seminário de 2012 se caracterizou ainda por outra especificidade. Diferentemente do mais habitual, que corresponde a reunir artigos já elaborados, cada participante enviou um texto-programa, apresentando o eixo de suas reflexões. Com base na apresentação dos eixos e nos

debates que se seguiram a cada apresentação é que os artigos foram então finalizados. Embora composto de capítulos individualmente escritos, o livro é resultado de reflexões conjuntas, de uma processualidade agonística que, dando prosseguimento aos debates realizados nos três anos anteriores, voltou-se expressamente para as questões aqui tratadas.

Em decorrência desse processo e de seus objetivos, a obra aqui reunida é mais que uma “coleção temática”. Procuramos fazer interagirem as questões ocorrentes em nossas pesquisas, voltadas para alguma especificidade comunicacional. Essas aparecem ou como uma preocupação diretamente referente a características do conhecimento comunicacional, ou como busca de um desentranhamento de tais características no âmbito de conhecimentos mais estabelecidos e com os quais trabalhamos em interface. Além de artigos voltados diretamente para a reflexão sobre a especificidade comunicacional, há temas no livro que tratam de espaços de interface com a comunicação, como política, sociologia, linguagem e semiologia, artes, literatura e psicanálise.

* * *

Acreditamos que a capacidade questionadora dos pesquisadores é um importante insumo para a produção do conhecimento. Nossa tarefa e maior responsabilidade, além de explicar realidades complexas do mundo social, é buscar os diversos ângulos em que essa complexidade pode ser esquadrinhada, desenvolver as perguntas que cada modo de conhecimento permite e que o próprio fenômeno oferece. Perguntas bem direcionadas nos possibilitam desentranhar o conhecimento comunicacional do conjunto geral das ciências humanas e sociais.

Um campo de conhecimento em formação, como os estudos da comunicação, se elabora não só pela oferta de teorias abrangentes, mas também com base nas perguntas que desenvolve, para além do horizonte de percepção das ciências humanas e sociais estabelecidas.¹

O que integra os textos deste livro, além do macrotema que os articula – o conhecimento comunicacional –, é que estamos conjuntamente tentando contribuir não só com resultados de pesquisa e proposições afirmativas sobre “comunicação”, mas com perguntas que nos parecem relevantes

1 Essa proposição aparece especialmente em Braga, José Luiz. “Pesquisando perguntas – um programa de ação no desentranhamento do comunicacional”, in FAUSTO NETO, Antonio; FERREIRA, Jairo; BRAGA, José Luiz; GOMES, Pedro Gilberto (orgs.). *Midiatização e processos sociais: Aspectos metodológicos*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2010, p. 79 a 93.

para o esquadramento do fenômeno comunicacional. As perguntas, que aparecem como título dos capítulos, são efetivamente o eixo dos artigos. O objetivo não é responder a essas perguntas, mas sim propor sua relevância para os estudos em comunicação. Certamente, cada texto oferece também premissas, tomadas de posição, linhas preferenciais de pensamento, métodos e abordagens. Mas isso deve ser lido como base e sustentação para a oferta mais específica, que é a pergunta.

Essa preocupação conjunta se explicita, igualmente, na forma de perguntas dirigidas aos leitores: como tais perguntas alimentarão pesquisas? Que considerações epistemológicas e metodológicas tais perguntas estimulam? E ainda: o que pesquisar, sobre o que refletir, para avançar o conhecimento dessa questão?

Por isso mesmo, uma das melhores expectativas impregnadas neste livro é que os leitores, estimulados pelo pequeno conjunto de perguntas aqui expostas, se ponham a produzir outras e outras sobre o fenômeno comunicacional – abrindo novas clareiras para a investigação.

PREFÁCIO

Lucrecia D'Alessio Ferrara

Há quatro ou cinco anos, o grupo de trabalho (GT) em Epistemologia da Comunicação, da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) vem se transformando em importante núcleo de debates sobre a natureza epistemológica da comunicação, e esse interesse se afirma anualmente com a incorporação constante de novos pesquisadores estimulados por análogo objetivo. Considerando a inevitável indeterminação do objeto científico da comunicação, atingido por variáveis de natureza social, cultural, econômica, política e tecnológica, o GT se impôs uma tarefa árdua que, a cada ano, assume outras dimensões e complexidades.

Sediado na UNISINOS (São Leopoldo-RS), o Projeto Crítica Epistemológica¹ é um programa de pesquisa gerado diretamente pelos interesses do GT da Compós, não só porque vários pesquisadores, assíduos participantes do GT, também comparecem no Projeto, mas sobretudo porque o interesse de pesquisa é o mesmo: a natureza da comunicação iluminada pelo conhecimento que nela se produz.

Dez perguntas para a produção de conhecimento em comunicação é resultado dos últimos dois anos de atividades daquele projeto e constitui apelo instigante de leitura, debate e perspectivas de continuação: afinal, perguntar e saber perguntar é tarefa que encontra, na mentalidade de pesquisadores, o lugar adequado para se definir. Não nos liberemos desse desafio.

Em 2010, o Projeto Crítica Epistemológica publicou seu primeiro livro decorrente dos primeiros dois anos de existência e tinha como título: *Estudos de Comunicação: transversalidades epistemológicas*, o qual tive o prazer de apresentar. Agora, sou convidada, com dupla honra, a apresentar *Dez perguntas para a produção de conhecimento em Comunicação*. Entre os dois trabalhos, é inevitável a comparação e a observação das transformações ocorridas, embora

1 O projeto foi iniciado em 2008 com apoio da Capes, como um dos projetos Procad da agência.

o grupo tenha mantido a dimensão que o distingue: produzir reflexões conjuntas e fazer interagir perguntas que instigam a curiosidade pela pesquisa.

Em *Estudos de Comunicação*, estava presente a necessidade de estabelecer o lugar da comunicação entre as ciências sociais aplicadas, procurando desenhar contatos e tangências entre elas. Porém, não raro, essa tendência levou os pesquisadores a confirmarem, para a comunicação, um lugar subsidiário que se refletia na importação de teorias, métodos, hipóteses comuns aos estudos sociais, e se evidenciava que a comunicação não era senão uma continuação daquelas ciências. Ao contrário, em *Dez perguntas*, observa-se que a comunicação procura seu próprio espaço, não apenas porque constitui traço biológico comum a todas as espécies vivas, mas sobretudo porque o homem não pode prescindir da comunicação que, apoiada ou não em dispositivos tecnológicos, corresponde, antes de tudo, a uma atávica intencionalidade. Para o ser humano, a comunicação assume outras estratégias e complexidades concentradas, de um lado, nas características da linguagem que constitui o vínculo primordial daquela comunicação e, de outro, supõe um traço vinculativo que, para os homens, exige a construção de um território epistemológico e cognitivo que induz à necessidade de saber o que constitui a comunicação e como se define seu indeterminado objeto científico que decorre de múltiplas variáveis sociais, culturais, econômicas, políticas e tecnológicas. Se em *Estudos de Comunicação* procurava-se evidenciar motivos de crenças inquestionáveis, porque o objeto da comunicação se misturava, de modo reiterativo, aos próprios objetos científicos das demais ciências sociais aplicadas, em *Dez perguntas*, ao contrário, enfrenta-se aquilo que constitui o cerne da própria natureza da pesquisa: perguntar para saber e construir aquele território epistemológico e cognitivo.

Esse é o desafio que, no momento, destaca o trabalho do Projeto Crítica Epistemológica e que os pesquisadores assumem com determinação. Perguntar exige coragem, porque supõe saber discriminar, em um objeto indeterminado, aquele matiz ou viés que o destaca como comunicativo, embora participe das mesmas tensões que, relacionadas, atingem todas as ciências sociais. Além de discriminar, exige saber perguntar, ou seja, supõe saber ver com atenção para descobrir, com flexível sensibilidade, aquele viés comunicativo que se destaca da indeterminação habitual e atrai a atenção do pesquisador. Ou seja, é necessário saber aquilo que, na sociedade, transforma uma relação entre variáveis em objeto científico da comunicação ou transforma o social em relações comunicativas. Saber formular perguntas de natureza comunicativa define a própria pergunta feita à comunicação, ou seja, se o

objeto científico da comunicação sofre o impacto de múltiplas variáveis que o indeterminam, ao mesmo tempo em que impossibilitam traçar os limites da sua competência, a pergunta revela/cria aqueles limites e lhes confere um contorno epistemológico mais preciso. Desse modo e recuperando premissa importante para as bases de trabalho do Projeto Crítica Epistemológica, o importante não é encontrar respostas, mas inventar/construir perguntas.

Com sagacidade, os pesquisadores do projeto chegam a apreender um paradigma epistemológico de extrema importância: se as respostas tendem ao dogmático que acaba por se transformar em crenças ou paradigmas teóricos que se repetem com insistência, ao contrário, a pergunta e, sobretudo, o saber perguntar devolvem ao objeto as fronteiras da sua indeterminação e fazem do exercício epistemológico uma atividade constante e ininterrupta, porque a pergunta mantém acesa a chama da pesquisa e transforma a epistemologia em exercício de dúvida, sem presunções de certezas ou enunciados paradigmáticos. À epistemologia interessa mais o fluxo produtivo do conhecimento na apreensão da surpresa ou imprevisibilidade do objeto do que a fixidez da ciência.

Porém produzir/construir perguntas exige alguns cuidados, e para tanto proponho, ao lado daquelas *Dez perguntas*, outras perguntas instigadas pela análise da obra e que constituem testemunhos do interesse da sua leitura.

Na dinâmica daquele fluxo epistemológico, surgem de modo reiterativo, mas sempre deslocadas, perguntas tais como: o que é comunicação? Para que serve a comunicação? Qual a formação científica adequada a um comunicólogo? Qual o método adequado à pesquisa em comunicação?

Embora essas perguntas tenham embalado a comunicação empiricista norte-americana da década de 1940, elas atualmente perderam relevância, porque estiveram atadas a uma perspectiva mais utilitária e instrumental da comunicação do que à sua dimensão propriamente científica. Além disso, se a comunicação constitui tendência biológica comum a todas as espécies vivas, é necessário observar que é urgente substituir a tradicional dinâmica antropocêntrica da comunicação, de inelutável base funcionalista, por uma tendência cosmocêntrica que, sistemicamente aberta a contingências da constante embora imprevisível troca comunicativa, mais facilmente se adapta à curiosidade da pergunta do que aos dogmas da resposta. Nesse sentido e sem hierarquias classificatórias, mas inspiradas pelo próprio sabor e sequência da leitura, parece-me que cabem algumas perguntas que se alinhariam em adição àquelas de *Dez perguntas*.

- 1) Se admitirmos uma comunicação distante da antiga base antropocêntrica, seria ainda possível pensar ou esperar, de modo utilitário e funcionalista, que a comunicação seja responsável pela pedagogia de valores e mudança ou substituição de comportamentos dos homens? Ou seja, a comunicação seria guardiã de valores próprios e conclusivos da cultura humana ou, ao contrário, sua epistemologia se restringiria à indagação da natureza da produção de conhecimento e não se ocuparia da necessidade de assumir posturas judicativas dos comportamentos dos homens? Caberia à epistemologia da comunicação perguntar-se sobre os efeitos morais da comunicação situando-a ao lado da ética ou da educação embaladas por um código que se repete porque sedimentado como depósito ou memória de valores indiscutíveis e mais ou menos naturalizados e habituais? Ou seria possível superar aquela naturalização para atingir o resultado mais fascinante da produção de conhecimento: a inferência que, interativa e contagiante, transforma a ciência em elemento vital de mudanças culturais, mas só se completa ante a surpresa/descoberta da transformação desenvolvida? Ou estaríamos nostálgicos de um passado ainda recente que parecia nos conceder o privilégio de supostas seguranças naturalizadas que, de algum modo, delinearão valores e comportamentos e se transformaram em paradigmas da cultura ocidental que, atualmente, parecem descompassados ou deslocados?
- 2) A necessidade de respostas satisfatórias e conclusivas definidoras do “especificamente comunicacional” não nos levaria a esperar uma epistemologia que, para controlar as inúmeras variáveis do objeto da comunicação, escolhesse reduzir sua complexidade para situá-lo em redoma de previsibilidades, onde alguns tipos de “encaixes” epistemológicos seriam suficientes para dar conta daquela complexidade? Ou aquela inesgotável capacidade de se transformar é decorrência do arsenal de variáveis que fazem do objeto científico da comunicação menos uma redoma de certezas e mais um convite ao jogo de perguntas imprevisíveis?
- 3) Aquelas inesgotáveis variáveis não seriam também responsáveis pelas inúmeras configurações que, indo do cromático ao sonoro ou ao movimento, não constituiriam variações da imagem que, ao se constituir comunicativa, faz parte da complexidade daquele objeto, e nesse âmbito deve ser estudada, afastando-se, portanto, de avaliações

positivas ou negativas da sua eficiência receptiva? Se a imagem comunicativa se constringe entre visibilidades e invisibilidades, entre o que se expõe de modo espetacular e o que se oculta porque corrompe a linearidade midiática, não se deveria observar que, na construção e emissão da imagem, os meios não são neutros, ao contrário, interferem não só na construção de simbólicas bases sociais, como são responsáveis pelo monólogo de estereótipos e clichês de grande interesse para a linearidade e o equilíbrio dos meios de massa?

- 4) As inúmeras interfaces da comunicação com outras ciências não seriam decorrências provocativas da complexidade do objeto? Nesse sentido, a incorporação de teorias provenientes de outras áreas de investigação não teria a função de desenvolver bases mais ou menos explicativas da complexidade do objeto científico da comunicação, constituindo formas de redução da complexidade científica daquele objeto? A esse empréstimo científico não subjaz, antes de tudo, a esperança de atingir um ápice centralizador de certezas teóricas e epistemológicas, a fim de ser possível chegar a uma totalidade científica capaz de tudo explicar? Não seria essa tendência irmã gêmea de uma ultrapassada teoria dos efeitos que, embora convertida em base teórica, assinalaria finalmente o domínio do pesquisador sobre a inesgotável e distinta performatividade do objeto que, antes de uma explicação, exige uma adesão à sua complexidade?
- 5) O pragmatismo oriundo da filosofia de Peirce é método de elaboração teórica do pensamento como perfil orientador da ciência e, nesse sentido, deve ser entendido como método que evidencia, antes de tudo, clareza de ideias e jamais passos assertivos que, como caminho, assegurem o percurso que se deveria percorrer para alcançar a clareza do conhecimento a produzir. Experimental por excelência, aquele método não estaria às avessas do que, de modo apressado, tem sido entendido como método? Ao contrário, o método abdutivo, constantemente invocado pelo Projeto Crítica Epistemológica, não seria mais instigante do ponto de vista epistemológico e mais fiel à própria natureza do pensamento de Peirce, se fosse entendido não como um método, mas como um diagrama que, desenhando as variáveis contidas no objeto, permitisse trabalhar as relações que entre elas se estabelecem ou podem ser sugeridas pela própria argúcia da pergunta que estimula a produção de conhecimento? Enquanto sugestão inferencial que, sob a égide das associações de ideias, perfaz

o caminho experimental da ciência, não seria igualmente uma proposta de superação metodológica, aderente ao risco de desenvolver inferências de modo diagramático e relacional, a fim de que a ciência se faça como pergunta que faz da produção de conhecimento um modo de aprender? Não seria mais próprio à dúvida que subjaz a toda pergunta saber como se desenha o possível caminho da produção de conhecimento, enquanto inferência apenas possível e jamais definitiva, do que transformar a abdução ou o pragmatismo de Peirce em simples método redutor da experiência científica?

- 6) A emergência das novas tecnologias da informação impõe que se observem as diferenças que se fazem ativas e eficazes como manifestações do mundo contemporâneo, em que nada se perde e tudo se conecta com o uso dos suportes digitais. Nessa dinâmica, agita-se a comunicação, transformada em núcleo das decisões e interações planetárias e, nela, os tradicionais papéis de emissor e receptor perdem eficiência nominativa e predicativa, pois convergem e, recursivamente, se recuperam, circulam, se movem e se equivalem de modo endógeno e exógeno. Sem dúvida, essa reconversão ou reversibilidade de papéis é decisiva para apontar a emergência de outra comunicação que nada mais transmite enquanto mensagem codificada e, finalmente, emerge a comunicação possível e nada previsível. Nessa incerteza, caberia indagar em que consiste aquela circulação ou reversibilidade de papéis; ou seria mais ambicioso e instigante perguntar se ainda cabe falar em discurso da comunicação, visto que, se aqueles papéis se diluem como predicação da linguagem notadamente verbal, onde estariam os discursos que enunciam aqueles predicados? Ou seria possível supor que, sem discursos confirmadores do foco enunciativo notadamente verbal, aquela “circulação” ou reconversão de “incompletudes” poderia ser apontada como simples formação discursiva que pode se recuperar historicamente mas, na mudança do suporte eletroeletrônico para o digital ou na superação da linearidade comunicativa funcional e transmissiva, denunciaria para a comunicação outra dimensão, na qual se instalariam possibilidades culturais, sociais e políticas de uma comunicação sem função, porém construtora e mantenedora dos vínculos humanos?
- 7) Do eletroeletrônico ao digital, a convergência dos meios se faz atuante e os transforma em supermeios, intra e intercomunicantes, mas nunca neutros. Inteligentes e raciocinantes, os supermeios não

seriam, antes de tudo, atuantes mais como meios comunicativos do que como meios tecnológicos? Mais do que nunca ambientais, os novos meios comunicativos não seriam responsáveis pela produção daquela consciência ambiental que nos faz mais comunicantes do que comunicativos. Nesse caso, não nos comunicáramos, mas estaríamos em comunicabilidade na presença ou na ausência de bases interlocutoras discursivas?

- 8) Nesse ambiente, a mediatização não iria muito além de simples uso de dispositivos tecnológicos, deixando às claras o jogo das suas consequências, onde, mais do que explicitar a potencialidade dos suportes digitais, estimularia perguntar o que fazer quando se constata a substituição de simetrias transmissivas por assimetrias reversíveis e intersubjetivas? Ante essa definitiva mediatização, não seria mais produtivo cientificamente superar o apelo da descrição ou discriminação das potencialidades tecnológicas do digital para perguntar se a nova tecnologia não inauguraria, para a comunicação, outro papel e permitiria equacionar uma pergunta que se voltaria mais para compreensão da nova estruturalidade comunicante que está traçando uma ecologia planetária dos meios, indo muito além das limitações dos recursos eletrônicos dos tradicionais meios de massa?
- 9) Se nessa estruturalidade ecológica o receptor tudo interpreta e reinventa, cabe-nos perguntar: em que comunicação se apoia nosso fazer científico? Com teorias móveis e em constante revisão, com métodos sugestivos de possíveis mas simples inferências, com objetos científicos moventes na sua configuração discursiva e indeciso na rede das suas interfaces, ainda caberia pensar em um estatuto científico da comunicação ou ela, ao lado dos melhores exemplos das ciências contemporâneas, se reservaria a tarefa de produzir conhecimentos que, sempre incompletos, corresponderiam às tentativas contidas na heurística das perguntas?
- 10) Se nas assimétricas convergências de uma comunicação que, menos estruturada ou codificada nos seus discursos e objetivos, se oferece em território de constantes porém imprevistas transformações, poderia caber uma dupla pergunta: de que comunicação tratamos ou podemos tratar? Caberia pensar em uma comunicação reconhecida como científica enquanto ciência que se faz ao se refazer?

A leitura de *Dez perguntas* acaba de abrir nova clareira de questões que se comunicam.

CAPÍTULO 1

O QUE É ESPECIFICAMENTE COMUNICACIONAL NOS ESTUDOS BRASILEIROS DE COMUNICAÇÃO DA ATUALIDADE?

Luiz Signates

O objetivo principal deste texto é o de conferir fundamentação teórica e metodológica à pergunta central que baseia o projeto: o que é especificamente comunicacional nos estudos brasileiros de comunicação da atualidade? Essa pergunta tem se tornado crucial nos estudos teóricos e epistemológicos da área. Em termos amplos, trata-se de uma questão que tem sido feita tanto para as pesquisas desenvolvidas dentro do campo como nas disciplinas científicas correlatas, especialmente a sociologia e a política. Aqui, porém, manter-se-á a limitação da abordagem à questão específica, ao que a fundamenta e ao método que a evidencia no âmbito da pesquisa teórica e epistemológica.

Estes estudos se desenvolvem a partir de uma crítica fundamental: a de que os estudos e pesquisas no campo da comunicação têm sido fundamentados de forma central em teorias consagradas em outras disciplinas científicas, as quais não levam em consideração o objeto específico da comunicação. Para a descrição deste problema, temos adotado, com relativo cuidado, a noção de exogenia (SIGNATES, 2011; 2012), definida pela crítica de que o conceito de comunicação não ocupa posição teórica central, tornando-se subjuntivo de outras teorizações ou campos do conhecimento, o que tem reduzido tanto as condições explicativas como as possibilidades de desenvolvimento teórico do campo.

Para isso, o percurso deste trabalho será o de, primeiro, perscrutar a relevância desta questão, para, em seguida, determinar o método que se propõe a seguir. Insere-se, ainda, um pequeno estudo de caso, com finalidade de exemplificação, no qual se estuda criticamente o que é especificamente comunicacional da ementa de uma das linhas de pesquisa do programa de pós-graduação ao qual o autor pertence e de cuja elaboração, à época,

participou. Este exemplo busca ilustrar como se pode efetuar a questão da especificidade da comunicação num contexto de interface entre esta área e a da sociologia política.

Inserir-se este texto nas preocupações teóricas vinculadas ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad) sobre Crítica Epistemológica da Comunicação, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), nos quais pesquisadores da UFG, UFJF e UNISINOS se dedicam, entre outras coisas, à busca pela especificidade do objeto da comunicação.

1.1 Qual a importância da pergunta pelo especificamente comunicacional?

Nos estudos de nossa área, a questão do conceito de comunicação não é um problema trivial em razão de se situar no entrechoque da pretensão de formação do campo com a falta de unidade teórica de seus integrantes.

Compreende-se que a diversidade faz parte do modo de ser do conhecimento, em qualquer área da ciência ou da filosofia: apenas as doutrinas religiosas, graças ao seu forte arranjo institucional e identitário, logram, até certo ponto, unificar os sistemas compartilhados de visão de mundo e, mesmo assim, nas sociedades contemporâneas – marcadas pela pluralidade ideológica em contextos de democracia e alta comunicabilidade –, enfrentam limites praticamente intransponíveis de socializar tais consensos, razão pela qual apenas intrainstitucionalmente conseguem mantê-los.

Tanto a ciência como a filosofia, por se distanciarem tanto quanto possível das articulações do fideísmo, buscando fundamentar seus postulados no método da razão e mesmo, como afirmara Popper, na falibilidade, mantêm em seu interior uma permanente e saudável disputa de interpretações e teorizações. Contudo, uma ciência que se pretenda legítima deve manter alguma unidade na abordagem do objeto que a define.

É justamente o que falta ao campo da comunicação. Dizer que o objeto é múltiplo ou multifacetado é, do ponto de vista epistemológico, o mesmo que dizer que lhe falta o objeto, ou, pelo menos, uma unidade simples a seu respeito. Ou, em termos metodológicos, afirmar-se que o objeto é ainda uma das buscas do campo demonstra que sua definição mais precisa constitui um dos mais importantes problemas com os quais se defrontam os pesquisadores e pensadores da comunicação.

Contudo, não há dúvidas de que, ao menos no Brasil, há, com suficiente clareza, um campo científico da comunicação. Como afirmou outrora Lopes (2003), há instituições, pesquisadores, programas de graduação e pós-graduação, formação específica em pesquisa e políticas de fomento à pesquisa na área. Há, pois, um campo. Um campo ao qual falta uma unidade de vistas a respeito do objeto, razão pela qual se trata de um campo teórica e epistemologicamente frágil.

Contudo, o fato de haver um campo, dentro das definições sociológicas do termo, traz consigo um fator bastante heurístico: há produção científica na área e, também, interlocução com outras áreas do conhecimento. Há até estudos específicos, em áreas correlatas, que se debruçam sobre a questão da comunicação. Por que este fator é heurístico? Porque dispõe de materiais em relativa abundância, que podem servir de base para se perscrutar o que seja, afinal, o objeto que o campo efetivamente estuda – mesmo que sobre ele não haja consenso conceitual.

O caráter heurístico e mesmo necessário da mera existência social ou institucional do campo da comunicação não é, contudo, condição suficiente para fazê-lo progredir no conhecimento do objeto. Esta busca só é de fato sinalizada pelo episódio da(s) pergunta(s) que possa(m) ao menos conduzir para a delimitação deste objeto, tornando possível perscrutá-lo a partir das próprias atividades intelectuais do campo.

O princípio fundamental dessa afirmação é que conhecimento não surge da teoria, e sim o contrário: a teoria é que nasce da busca pelo conhecimento. Sendo assim, torna-se autoevidente admitir que é a indagação que funda o objeto do conhecimento. E, se se trata de um objeto que não se conhece, a indagação é a forma de buscá-lo.

Em síntese, admitindo-se os pressupostos de que (a) não se sabe o que é o objeto dos estudos de comunicação, mas que (b) há um campo científico no Brasil que se dedica a pesquisá-la, pode-se inferir que (c) uma das formas de perscrutá-la seria indagar ao campo a respeito do conceito que delimita seu objeto. Torna-se, portanto, pertinente indagar o que é que o campo chama de comunicação, isto é, como o campo circunscreve o seu objeto. Mas não é apenas o campo que estuda comunicação: esse objeto aparece em outros campos correlatos. A pertinência da pergunta é semelhante.

Primeiramente, este texto debruça-se sobre a justificação da pertinência e da relevância da indagação pelo especificamente comunicacional, para, em seguida, verificar algumas das condições fundamentais para sua

pesquisa e, por fim, efetuar uma pesquisa exemplificadora no âmbito da interface entre comunicação e cidadania.

1.2 Do método de estudo do especificamente comunicacional

A técnica do estudo do especificamente comunicacional, neste trabalho, baseia-se nos estudos de “história do conceito”, de Koselleck (1992; 2010). Embora o presente trabalho não seja uma pesquisa histórica, as considerações deste autor a respeito do estudo das questões de ordem conceitual são bastante interessantes, na medida em que possibilitam a reflexão sobre temas de natureza hermenêutica, pragmática e socio-histórica da pesquisa sobre conceitos, com importantes implicações metodológicas.

Koselleck identifica duas propriedades nos conceitos, as quais se mantêm em regime de permanente tensão cognitiva, estando uma ligada à condição linguística do conceito, e outra, à pretensão descritiva de algo no mundo. Nesse sentido, por conta dessa característica de tipo representacionalista, o autor recusa a redução dos estudos conceituais apenas à questão da linguagem.

Todo conceito é sempre concomitantemente Fato (Factor) e Indicador (Indikator). Todo conceito é não apenas efetivo enquanto fenômeno linguístico; ele é também imediatamente indicativo de algo que se situa para além da língua. [...] Um conceito relaciona-se sempre àquilo que se quer compreender, sendo portanto a relação entre o conceito e o conteúdo a ser compreendido, ou tornado inteligível, uma relação necessariamente tensa (KOSELLECK, 1992, p. 136).

No que tange a seu aspecto especificamente linguístico, todo conceito, para Koselleck, está articulado a um contexto interno ao texto onde se encontra. Em outras palavras, o conceito deve ser estudado de forma a ser compreendido dentro das condições textuais nas quais esteja inserido.

Todo conceito articula-se a um certo contexto sobre o qual também pode atuar, tornando-o compreensível [...] entendendo-se texto/contexto na sua acepção mais reduzida; o parágrafo no conjunto de um texto maior. [...] O que significa dizer que todo conceito está imbricado em um emaranhado de perguntas e respostas, textos/contextos (KOSELLECK, 1992, p. 136-137).

O trabalho de Koselleck contempla os estudos históricos. Eis por que sua teoria do conceito leva em alta consideração a perspectiva das possibilidades descritivas do conceito dentro do tempo histórico em que se insira. Nesse sentido, o autor adota um posicionamento radical a respeito: para ele, o vínculo do conceito ao conteúdo que expressa (sua definição precisa, enfim) está de tal forma enraizado na experiência histórica específica que sua formulação torna-se única. “Todo conceito só pode enquanto tal ser pensado e falado/expressado uma única vez. O que significa dizer que sua formulação teórica/abstrata relaciona-se a uma situação concreta que é única” (KOSELLECK, 1992, p. 138).

Evidentemente, Koselleck não ignora o fato de que as palavras que expressam os conceitos podem ser as mesmas. Contudo, reitera que a mudança da situação histórica ocasiona forçosamente a transformação na formulação conceitual, conferindo sentido, então, ao que denomina a história do conceito.

A história dos conceitos mostra que novos conceitos, articulados a conteúdos, são produzidos/pensados ainda que as palavras empregadas possam ser as mesmas. [...] um novo conceito [...] forjado [...] é único a partir de uma nova situação histórica que não só engendra essa nova formulação conceitual, como também poderá se tornar através dela inteligível (KOSELLECK, 1992, p. 140).

A relação entre a estrutura linguística, que se repete nos diferentes tempos históricos, e os conteúdos de definição dos conceitos, que são únicos enquanto tais, corresponde, para Koselleck, a uma relação entre sincronia e diacronia, presente na semântica dos termos em estudo.

O que a semântica indica é que ela [a estrutura linguística] é repetível. Trata-se de estruturas linguísticas que se repetem e cuja repetição é necessária para que o conteúdo seja compreensível, ainda que uma única vez. [...] Toda sincronia contém sempre uma diacronia presente na semântica (KOSELLECK, 1992, p. 141).

Dessa forma, para o autor o estudo de um conceito deve abrigar suas dimensões de conteúdo, texto e contexto social. E, ao se perscrutar a história do conceito, é preciso considerar tais dimensões ao longo dos diferentes períodos históricos. As implicações teóricas, assim, aproximam-se das teorias contemporâneas da análise do discurso, mas especificam-se no estudo de varreduras conceituais, úteis a trabalhos como o que este texto propõe.

1.3 O problema da definição como pressuposto

Uma crítica aparentemente consistente para o projeto em análise é o de que não seria, eventualmente, possível avaliar a centralidade do conceito de comunicação, quando o problema da definição do conceito não está resolvida. Seria como, aparentemente, verificar em que posição se encontra um objeto, cuja natureza não se sabe ainda o que seja.

Efetivamente, parece lógico considerar que, para se procurar por algo, é preciso saber o que ele é. No caso de um conceito, o propósito de localizar sua posição, central ou periférica – em qualquer contexto teórico que se pretenda –, passaria necessariamente pela pressuposição de uma definição mínima.

Pois bem. A opção pela abordagem de Koselleck deve-se justamente, em grande parte, à propriedade de a análise conceitual proposta por esse autor dispensar uma definição pressuposta, como critério da varredura conceitual. A ideia colhida, neste caso, é a busca pela palavra e seus usos e significados dentro de contextos culturais específicos onde ela esteja sendo utilizada. A perspectiva dele é sobretudo histórica – mas isso, a meu ver, não obriga a análise a se restringir ao campo desse autor, embora de maneira nenhuma a exclua.

Nesse sentido, Koselleck prevê dois tipos de busca: o sincrônico e o diacrônico. O primeiro, identificando as estruturas fundamentais da formação conceitual ou, em termos mais simplórios, aquilo que se repete; e, o segundo, discernindo as relações que assumem as diferenças nas definições conceituais com contextos vinculados aos períodos históricos que delas se apropriam.

A adequação do método de Koselleck para o interesse deste trabalho permite inferir que nem toda diacronia necessariamente tem que se referir a contextos históricos diferenciados. Em outras palavras, admite-se a possibilidade de que diferenças conceituais sejam coexistentes dentro do mesmo período histórico, especialmente – como parece ser o caso do campo da comunicação no Brasil – quando as definições não foram completamente estabilizadas num campo teórico estruturador que confira clareza ao contexto que servirá de base para a análise.

Assim, o que se pretende é conhecer o conceito em sua especificidade definidora, de caráter pragmático – porque adquire sentido no uso específico que é feito dele –, em contraste dialético com a posição que ocupa na estrutura teórica na qual aparece. Com isso, permite o método desenvolvido efetuar a busca, ao mesmo tempo, da definição pragmaticamente apropriada pelas fontes em estudo e o nível de centralidade que o conceito assume no contexto específico pesquisado.

1.4 Um exemplo – análise de uma ementa

A problematização deste projeto tem em vista a análise da ementa da linha de pesquisa “Mídia e Cidadania”, do Mestrado, que se especifica nos seguintes termos:

Estudo da relação entre mídia e processos de sociabilidade, socialização e exercício da cidadania política nas sociedades contemporâneas. Ênfase sobre os processos formativos da cidadania em suas variadas matizes políticas criadas, mantidas e transformadas pela mídia no terreno de suas intervenções sociopolíticas. Estudos que envolvem a natureza e estrutura das intervenções midiáticas na formação e dinâmica de esferas públicas democráticas, plurais e emancipatórias (Ementa da linha “Mídia e Cidadania” do Mestrado em Comunicação da Universidade Federal de Goiás, FACOMB, 2010).

É digna de nota a ênfase conferida à ementa quanto à noção de cidadania como:

- a) conceito de natureza especificamente político. A palavra “política” aparece três vezes na ementa, uma vez mais do que a própria palavra “cidadania” e em igual proporção à palavra “mídia”, caso consideremos que está implícita no adjetivo “midiáticas”, na última frase;
- b) definida a partir de uma abordagem especificamente sociológica, em pelo menos duas matrizes teóricas: a da sociologia da sociedade e a da sociologia política. É o que se depreende das noções de sociabilidade e socialização, na primeira frase, e dos conceitos de cidadania política, também na primeira frase, e intervenção sociopolítica, inserido na segunda;
- c) relacionada à formação e à integração do homem na sociedade. A questão da sociabilidade e da socialização pode ser vinculada a diferentes matrizes, como a da educação. Assim, também pode ser vinculada à comunicação. A ênfase teórica, porém, é especificamente sociológica;
- d) vinculada à formação de esferas públicas, como um vínculo direto à questão da democracia, assim definidas a partir de seu caráter plural e emancipatório.

Nesse sentido, ainda na ementa a especificidade da comunicação se manifesta exclusivamente no conceito de “mídia” e, de forma adjetiva, na expressão “intervenções midiáticas”. Nesse contexto, observa-se que:

- a) a mídia se constitui num objeto específico, em condições de disjunção teórica dos processos considerados cidadãos pela ementa;
- b) o que se depreende como “relação” da mídia com esses processos está especificado nas duas últimas frases, como sendo:
 - “matizes políticas”, em condições tais que se presume serem “criadas, mantidas e transformadas” pela mídia, na medida em que esta opera intervenções de natureza sociopolítica;
 - “intervenções midiáticas” sobre as esferas públicas de caráter democrático, plural e emancipatório.

Uma visão crítica do enfoque da ementa da linha de pesquisa em estudo, sob os parâmetros deste projeto, implica concluir que:

- a) a noção de cidadania considerada é mantida na circunscrição teórica da sociologia e da ciência política, com diferentes entradas, isto é, pelo aspecto especificamente sociológico dos processos de sociabilidade e socialização, e pelo aspecto político das condições da democracia, especificada no conceito de esfera pública;
- b) a noção de cidadania, percebida dessa forma, aparece como problemática, constituindo a proposta da linha um estudo das relações da mídia com esta dimensão da sociedade e da política. Do ponto de vista epistemológico, pode-se aventar que a linha se propôs a um estudo de interface entre a comunicação e a sociologia política, num parâmetro em que esta última não esteja obrigatoriamente em questão;
- c) a noção de mídia tende a uma operacionalidade de caráter instrumental, ou seja, é percebida como uma instituição social que interfere nas matizações sociológicas e políticas da cidadania e que intervém nas realizações e condições da democracia. Uma abordagem sob esta perspectiva é legítima, porém limitada, na medida em que a relação com a cidadania adquire, nesta visada, dimensão empírica sem, contudo, se propor a realizar avanços teóricos nos quais a especificidade da comunicação esteja entre os objetivos. Em outras palavras, nem o conceito de mídia nem o de cidadania são problema para a linha, e sim apenas a relação entre eles, na perspectiva de uma relação entre dois campos diferentes do saber, na qual a construção do campo da comunicação se faz na interface de sua relação com o das ciências sociais, sem que os conceitos desta sejam necessariamente problematizados.

As limitações observadas na estruturação da ementa da linha “Mídia e Cidadania” do Mestrado em Comunicação da UFG, na conexão que aqui se faz com o objetivo central do Procad ao qual este PPG se vincula, constituem a fonte da problemática sobre a qual se debruça este trabalho.

A noção de cidadania tem uso político específico, tanto no campo do direito quanto no da ciência política. No âmbito dos direitos humanos, especifica-se na centralidade do homem ante as estruturas sociais e se positiviza na Declaração Universal dos Direitos Humanos. No âmbito da ciência política, desenvolve-se no centro do debate do Estado democrático, isto é, na centralidade da sociedade ante as estruturas de poder, e se concretiza na ideia do Estado como servidor.

Tais abordagens são profundamente importantes para a afirmação do homem e da sociedade ante as estruturas de poder posicionadas nos sistemas do Estado e da economia, em suas diversas manifestações. Isso porque elas foram fundamento para algumas das rupturas fundamentais da modernidade: a de um ordenamento jurídico que vincula o indivíduo como servo ou vassalo, ante um Estado arbitrário, e a de uma relação de indiferença política das organizações de poder com os despossuídos de toda ordem. Em outras palavras, é a noção de cidadania que especifica, desde os gregos, a situação do homem livre, dotado de poderes sociais e direitos políticos que lhe capacitam a atuar direta ou indiretamente na efetivação das decisões de natureza pública. A noção de cidadania vincula o privado ao público, tomando este último como fundamento.

Nesse sentido, o estudo da cidadania exige conhecimentos específicos nos campos do direito e da política, capazes de tematizar a evolução da norma social moderna e a construção das relações políticas, de forma tal que garantam a centralidade do homem individual e social frente às estruturas de poder e, mais do que isso, que especifiquem deveres a estas estruturas, colocando-as a serviço do homem e da sociedade.

Dentro desse exclusivo enfoque teórico, observando o vigor e a densidade do conceito de cidadania no bojo dessas ciências, torna-se compreensível que a linha de pesquisa “Mídia e Cidadania” haja assumido de forma aproblemática este conceito, tomando como questão simplesmente a relação – marcadamente instrumental – da mídia com as experiências cidadãs nas sociedades contemporâneas.

Para os termos deste estudo, contudo, isso não é o bastante. Deve-se, então, considerar a possibilidade de:

- a) problematizar o conceito de cidadania, exigindo da articulação teórica de interface com os campos de conhecimento que deram ori-

gem, uma noção de cidadania que possa assumir de forma central o processo de comunicação, e não de modo subjuntivo ou teoricamente subalterno;

- b) problematizar a noção de comunicação e a constituição de seu objeto, buscando superar a apreensão instrumental de sua atuação, seja como “mídia”, seja como “processo de comunicação”, em face das experiências sociais descritas pela sociologia como processos de sociabilidade, socialização ou outros, bem como das condições políticas especificadas nas noções de cidadania e democracia, em seus diferentes matizes.

Até então, a pergunta da linha de pesquisa tem sido como exercer a cidadania nos sistemas de comunicação. Tal indagação se insere numa perspectiva em que se denota a ausência de um conceito de cidadania especificado nos próprios termos da teoria da comunicação. Nessa condição, a visada teórica corre um risco alto de inserir a questão-problema na exclusiva crítica sociológica ou política da comunicação, partindo de uma noção de cidadania como um conceito já dado e aproblemático, já que devidamente inscrito na tradição das ciências sociais e políticas. Em outros termos, as condições teóricas e epistemológicas constituídas são de uma linha de pesquisa em que o estudo de comunicação se constitui como uma disciplina da sociologia e talvez não mais do que isso...

Em lugar, pois, de se perguntar trivialmente sobre o exercício da cidadania ante os sistemas de comunicação, as indagações que aqui se tornam pertinentes são:

- Como as variáveis propriamente comunicacionais problematizam conceitos de ordem política (tais como cidadania, esfera pública) ou acionamentos práticos desses conceitos, exigindo avanços teóricos para além daqueles trabalhados pela política, pela sociologia ou pelo direito? O que é o especificamente comunicacional nesse contexto?
- Qual é a especificidade da comunicação, ou seja, o que é específico do processo comunicacional, no trato das questões políticas e sociológicas que concernem à cidadania e à democracia? Em outros termos, quando se se refere à cidadania e à democracia, qual é a noção de comunicação com a qual efetivamente se trabalha?
- Como conceituar cidadania para além das relações Estado/sociedade civil? Ou, em caráter complementar, como desenvolver estudos dessa relação a partir de uma perspectiva especificamente comunicacional?
- Como conceituar cidadania para além das normatizações do campo do direito? Em outros termos, como é possível vincular a co-

municação como direito humano fundamental, delineando esta apreensão a partir de uma perspectiva comunicacional? Terão os direitos humanos uma possibilidade de leitura comunicacional, isto é, para além do artigo 5º, que expressa o direito à liberdade de expressão e à informação?

- Como realizar estudos de comunicação e cidadania em termos especificamente comunicacionais?
- Qual é o conceito de cidadania que se faz adequado à comunicação?

Problematizar essas questões é, pois, contribuir para a construção do campo da comunicação, ou seja, para a busca pela especificidade de seu objeto e as condições heurísticas de sua interface com as demais ciências sociais. O sucesso nessa empreitada teórica pode significar a realização da possibilidade de definir a comunicação numa perspectiva em que as condições democráticas e cidadãs se insiram como elementos teóricos implícitos e inalienáveis, e não como entes externos a uma noção que com eles venha a se relacionar em condições meramente funcionais, mesmo que seja esta relação percebida de forma crítica do ponto de vista político.

Tais perguntas – ou o modo de concebê-las – podem ainda ser úteis, igualmente, para outros temas e interfaces, contribuindo assim para o trabalho de formular observações e reflexões capazes de gerar esclarecimento para a questão da especificidade da comunicação, em seus diferentes âmbitos.

REFERÊNCIAS

- FACOMB. Ementa da Linha de Pesquisa “Mídia e Cidadania” do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás. Disponível em: <http://www.facomb.ufg.br/mestrado/?menu_id=742&pos=esq&site_id=75>. Acesso em: 1 nov. 2010.
- KOSSELLECK, Reinhard. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Revista Estudos históricos*, v. 5, n. 10, Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1992, p. 134-146.
- _____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.
- LOPES, M. I. V. de. *Epistemologia da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2003.
- SIGNATES, Luiz. Da exogenia aos dispositivos: roteiro para uma teorização autônoma da comunicação. *Anais do XII Congresso da Compós, GT Epistemologias da Comunicação*, Juiz de Fora: UFJF/Compós, 2012.
- _____. A questão epistemológica da centralidade da comunicação. *Anais do III Seminário de Epistemologia e Pesquisa em Comunicação*, Goiânia: Unisinos, Capes/Procad, 2011.

CAPÍTULO 2

QUE RELAÇÕES SE ELABORAM ENTRE AS IMAGENS IRRADIADAS PELOS PROCESSOS MUDIÁTICOS E O IMAGINÁRIO DOS SUJEITOS?

Magno Medeiros

O desenvolvimento de pesquisas contemporâneas na área da comunicação simbólica pode suscitar uma importante reflexão epistemológica sobre as relações entre as imagens midiáticas e o imaginário dos sujeitos. O tensionamento entre imagem/mídia e imaginário/receptor requer uma abordagem transversal do ponto de vista epistemológico, despertando uma tentativa de compreensão sobre a constituição, a profundidade e os múltiplos sentidos das imagens simbólicas, desde a perspectiva do olhar dos sujeitos receptores do processo de comunicação.

Observa-se que o olhar do sujeito receptor, imerso em processos de circularidade comunicacional, oscila entre o “olhar finito” e o “olhar infinito” (BACHELARD, 1984), ora se atendo aos aspectos sensoriais ou sgnicos das imagens, ora mergulhando, voando, navegando através dos símbolos imaginados. Diante dos processos midiáticos, o receptor pode se tornar detentor de múltiplos olhares: às vezes fatigados, outras vezes imaginativos; num momento é um “olho-morto”, noutro é um “olho-vivo”, capaz de reelaborar, reinterpretar e reinventar as imagens visíveis e invisíveis.

As imagens apreendidas pelo olhar-oscilante do receptor nem sempre estão vazias de sentido ou de sensibilidade. Às vezes, é possível “captar” na visibilidade midiática a invisibilidade da imaginação criativa. Mas as imagens “invisíveis” só podem ser apreendidas se houver imaginação ativa. Somente a criatividade simbólica é capaz de dar às imagens triviais da TV, por exemplo, novas cores, novos sentidos, luzes inusitadas, feições míticas, poéticas e oníricas.

Assim, poder-se-á construir uma série de imagens impregnadas de materialidade, de corporeidade. É preciso, pois, não só compreender como tam-

bém sentir o fascinante jogo que envolve a imagem em seu “ser interior” e em sua “aparência exterior”. Afinal, as imagens “são o interior do exterior e o exterior do interior, que a duplicidade do sentir torna possíveis, e sem os quais nunca se compreenderão a quase presença e visibilidade iminente que constituem todo o problema do imaginário” (MERLEAU-PONTY, 1980, p. 90).

O problema do imaginário depende, portanto, não só das imagens visíveis, mas principalmente das imagens reconstruídas e reinventadas (invisíveis à percepção sensorial, mas não à criatividade simbólica) pelo receptor desejante e imaginante.

Não se trata apenas de abordar as características ou extensão das imagens midiáticas, mas de analisar a dimensão interna e psíquica do sujeito receptor. O que se deve avaliar é, sobretudo, a profundidade ou a superficialidade de seu olhar. Busca-se compreender, pois, os processos midiáticos subjetivos.

Para uma compreensão aprofundada acerca do imaginário simbólico, é preciso, portanto, avaliar em profundidade as formas através das quais o sujeito (re)interpreta as várias imagens irradiadas pelos processos midiáticos. Nesse sentido, a questão fundamental que se coloca é a seguinte:

- Que relações se elaboram entre as imagens irradiadas pelos processos midiáticos e o imaginário dos sujeitos?

2.1 Para interpretar o processo de circularidade do imaginário

Para interpretar o imaginário simbólico do sujeito, aproximamo-nos do paradigma fenomenológico. Nesse sentido, buscamos uma plausível convergência de hermenêuticas, como propugnava Ricoeur (1978). Uma convergência de teorias que, na verdade, se identificam nas chamadas “hermenêuticas instauradoras” (em oposição às “hermenêuticas redutoras”). Portanto, é dentro dessa instauradora hermenêutica que pretendemos interpretar o processo de circularidade do imaginário. Assim, procuram-se intervenções problematizadoras e dialógicas, enfatizando técnicas ativo-participativas que desvelem interconexões e fomentem a dinâmica de grupo e a autoprodução dos sujeitos da pesquisa.

O paradigma fenomenológico (BACHELARD, 1984) busca a *interconexão* de elementos que podem estar influenciando em algo que resulte ou suceda de determinada maneira. Então, o importante é ver que fatos e fenômenos estão interconectados com outros e interagindo para produzir algo. Não importa se são todos os elementos ou se são uns tantos: o que interessa

realmente é ver as conexões entre uns e outros. Nesse sentido, o trabalho do investigador é, pois, associar certos elementos para produzir um conhecimento sobre eles, que antes estava ou se apresentava como dissociado: tal conexão é que permitirá a produção de um conhecimento distinto e complexo.

Nota-se que os fatos e fenômenos diferem substancialmente, dependendo do enfoque que se estabelece: o das fragmentações ou o das interconexões. Entende-se que não basta estabelecer interações entre fatos e fenômenos, negligenciando-se ou colocando-se os sujeitos em segundo plano. Mais adequado é aprofundar dialeticamente a pesquisa e as práticas interativas dos sujeitos da comunicação.

2.2 A tessitura conceitual dos termos do imaginário

Buscando compreender melhor o sentido da terminologia empregada em estudos do imaginário, necessário se faz definir alguns conceitos essenciais, tais como signo, alegoria e símbolo. A importância de tal definição procura elucidar questões de ordem epistemológica e teórica.

Os signos arbitrários (sinal, palavra, sigla, algoritmo) são subterfúgios de economia conceitual, isto é, eles dispensam as operações mentais para se poder apreendê-los adequadamente. Em outras palavras, são essencialmente indicativos e “remetem a uma realidade significada, senão presente pelo menos sempre representável” (DURAND, 1988, p. 13).

Os signos alegóricos figuram, de forma concreta, uma parte da realidade que significam e, ao contrário dos signos arbitrários, “remetem a uma realidade significada dificilmente apresentável” (DURAND, 1988, p. 13). O autor afirma que a alegoria “é uma tradução concreta de uma ideia difícil de se atingir ou exprimir de forma simples”. Por exemplo, a ideia de justiça representada por um personagem que pune ou absolve.

Já o símbolo “remete a um indizível e invisível significado, sendo assim obrigado a encarnar concretamente essa adequação que lhe escapa, pelo jogo de redundâncias místicas, rituais, iconográficas que corrigem e completam inesgotavelmente a inadequação” (DURAND, 1988, p. 13).

Com clareza e concisão, afirma o autor (DURAND, 1988, p. 14-5): “O símbolo, assim como a alegoria, é a recondução do sensível, do figurado, ao significado; mas, além disso, pela própria natureza do significado, é a epifania (*epiphaneia*, em grego = aparição), ou seja, aparição do indizível, pelo e no significado”. E acrescenta: “O símbolo é a epifania de um mistério”.

A alegoria, nesse sentido, parece situar-se numa posição intermediária, entre os signos arbitrários e o símbolo. Os signos arbitrários são representáveis, enquanto as alegorias são dificilmente apresentáveis. Já os símbolos são inapresentáveis. Os símbolos fazem referência a realidades amorfas, inefáveis, indizíveis, nebulosas e misteriosas.

Segundo Durand, o modelo semiológico não consegue dar conta do problema da imaginação simbólica, reduzindo as pluralidades semânticas e poéticas a signos ociosos, vazios. Ricoeur (1978) salienta que, ao tentar traduzir os símbolos, a semiologia acaba por neutralizar a dimensão poética, onírica e cósmica da imaginação simbólica. Afinal, os símbolos são intraduzíveis.

Durand (1988) adverte que “a ordem semiológica é, por definição, a do sistema sem sujeito”. Para Ricoeur (1978, p. 218), a ordem semiológica não constitui o todo da linguagem, pois “é preciso passar, ainda, da língua ao discurso: é nesse plano somente que se pode falar de significação”. De acordo com Durand, as alegorias são mais fechadas às significações e à multiplicidade de sentidos, ao contrário dos símbolos, que têm uma maior abertura significativa.

Contra os enfoques semiológicos do símbolo, Arbib e Hesse (1986) têm argumentos mais adequados para o entendimento do simbolismo. Em primeiro lugar, eles dizem que entidades como palavras, frases, preposições, objetos sagrados, mitos etc., tudo isso poderá atuar como símbolos. Estas entidades complexas dependem de certos contextos do significado. E, nestes atos simbólicos, a metáfora e a metonímia são ingredientes fundamentais na constituição de possíveis mundos individuais e sociais. Eles afirmam que “os sistemas simbólicos compartilham com a linguagem metafórica a propriedade de não serem limitados pela lógica de preposições” (ARBIB; HESSE, 1986, p. 170). Os autores explicam que as imagens metafóricas não podem receber significados diretos, mas devem ser interpretados em termos das próprias relações internas da rede significativa. Resulta daí que não existe resposta direta às questões sobre o “verdadeiro”, o “concreto” ou o “apropriado”. O simbolismo, portanto, “não tem valor verdadeiro no sentido da lógica proposicional, mas requer uma teoria mais geral daquilo que está para ser um sistema de conhecimento” (ARBIB; HESSE, 1986, p. 170).

Assim, podemos afirmar que os símbolos nada propõem e nada traduzem. Ao contrário, eles apenas sugerem. Por isso mesmo, a sua verdade é múltipla e polifacetada. A sua verdade está nas diversas interpretações, possíveis e imagináveis. O símbolo cumpre um papel na criação de mundos imaginários, que “não são redutíveis a instrumentalidades humanas nem científicas” (ARBIB; HESSE, 1986, p. 170).

Enfim, o simbolismo, segundo Arbib e Hesse, é de fundamental importância para o bem-estar da sociedade, para a “explicação” do cosmos, para a alegria estética e para dar expressão aos mundos não observáveis no espaço e no tempo.

A metáfora e a metonímia são ingredientes essenciais no pensamento simbólico. A linguagem dos símbolos se faz através de tessitura de imagens metafóricas e metonímicas. Ricouer (1978) salienta que a metáfora possui uma função pictórica. O que significa dizer que ela serve para “desenhar” sensações, sentimentos, enfim, os mais variados estados psicológicos e poéticos do homem. Na metáfora, a construção de imagens é, pois, um princípio fundamental da linguagem humana.

Bachelard escreve que “as verdadeiras imagens são gravuras”. O filósofo afirma que as imagens simbólicas são gravuras da memória, das lembranças, dos sonhos, dos devaneios. “Elas (as imagens) aprofundam lembranças vividas, para se tornarem lembranças da imaginação” (BACHELARD, 1984, p. 217).

A dualidade de sentido e a analogia são características básicas da metáfora. Dentro dessa dualidade, situa-se um conflito entre semelhanças e diferenças, entre distanciamento e proximidade. Imaginar envolve o estabelecimento de similaridades, proximidades, analogias, relações e conexões. Da mesma forma, as metáforas se fazem através e a partir dessas similaridades e proporções. A metáfora configura, assim, a teia da imaginação simbólica. Sem metáfora, não há símbolo. Sem símbolo, não há imaginação, e a vida se torna vazia, corriqueira e medíocre.

2.3 A função fantástica na constituição do imaginário e das formas simbólicas

A respeito de certas “paisagens fantásticas” e de pessoas “esquisitas”, Durand destaca a importância da “função fantástica” na constituição do imaginário social: “Esta função fantástica não só nos parece universal em sua extensão através da espécie humana, senão também em sua compreensão: está na raiz de todos os processos da consciência e se revela como a marca originária do Espírito” (DURAND, 1981, p. 378).

“Raiz de todos os processos da consciência” e “marca originária do Espírito”, a função fantástica permite os deslocamentos da imaginação (“sair um pouco da realidade para poder invadir o mundo da fantasia”) rumo a um

mundo ambíguo e transcendente (“meio ficção, meio realidade”). E as imagens de violência e medo, por exemplo, são “veículos”, também ambíguos, através dos quais as pessoas se deslocam imaginariamente para o mundo do “sonho” ou para um “lugar fantástico”. E, se encontram grande repercussão e audiência, é porque essas imagens (sejam elas veiculadas em filmes, seriados, novelas ou noticiários) encontram ressonância no imaginário sombrio dos receptores, sempre povoado de medos e angústias.

Como assinala Jean Delumeau (1989), o sentimento humano de medo é um importante motivador no processo imaginário. É capaz de desencadear imagens mentais de violência, seja na qualidade de agressor ou de vítima. Mas o medo, cujo tema tem sido “silenciado” por pesquisadores e acadêmicos, deve ser encarado como uma das mais importantes paixões humanas, talvez aquela em que há maior sofrimento. Segundo o autor, o medo individual

é uma emoção-choque, frequentemente precedida de surpresa, provocada pela tomada de consciência de um perigo presente e urgente que ameaça, cremos nós, nossa conservação. Colocado em estado de alerta, o hipotálamo reage por uma motivação global do organismo, que desencadeia diversos tipos de comportamentos somáticos e provoca, sobretudo, modificações endócrinas (DELUMEAU, 1989, p. 23).

Esse “silêncio temático”, conforme Delumeau (1989), é devido a uma confusão conceitual entre medo e covardia, coragem e temeridade. Assim, tem havido uma tendência de se camuflar as reações naturais de medo em prol de falsa aparência de coragem, de atitude heroica. Mas o medo só atinge o receptor na medida em que ele se digna a imaginar que essas “tragédias” (projetadas pela mídia na esfera do outro) podem acontecer consigo próprio. Em vez de se projetar no outro, ele passaria a realizar uma autointrojecção: aí, sim, o medo poderia se transformar em neurose ou angústia. Medo e angústia são sentimentos distintos.

O temor, o espanto, o pavor, o terror dizem respeito ao medo; a inquietação, a ansiedade, a melancolia, à angústia. O primeiro refere-se ao conhecido; a segunda, ao desconhecido. O medo tem um objetivo determinado ao qual se pode fazer frente. A angústia não o tem e é vivida como uma espera dolorosa diante de um perigo tanto mais temível quanto menos claramente identificado: é um sentimento global de insegurança (DELUMEAU, 1989, p. 25).

O medo e a angústia tecem, pois, o imaginário sombrio dos indivíduos, recheando-o de heróis, monstros, bandidos, figuras arquetípicas do Bem e do Mal. A este respeito, o antropólogo Durand afirma que um dos mais importantes símbolos do imaginário sombrio, principalmente no contexto infantil, é o “teriomorfo” (em forma de animais) (DURAND, 1981, p. 63). O lobo, por exemplo, tornou-se, no século XX, o animal feroz por natureza, um símbolo (infantil) do medo, da ameaça e do castigo.

Já os monstros (ou “homens-monstro”) são o símbolo personificável de forças destruidoras e devoradoras: a própria morte. Segundo Durand, o temor ante a morte é, portanto, o primeiro e principal tema do simbolismo da violência, especialmente aquele cuja narrativa destaca um animal feroz. Com efeito, a bestialidade representa o símbolo eterno de Cronos e Thanatos, forças destruidoras, segundo a mitologia grega.

No bojo do imaginário sombrio, também merece ênfase o simbolismo do dragão, monstro cuja construção remete aos arquétipos (combinados) da besta, da noite e da água. Nessa combinação se mesclam a animalidade vermídea, a ferocidade, os aspectos escamoso, viscoso e tenebroso da “água espessa”. Afirma Durand (1981, p. 91-2) que a imaginação parece construir, assim, o arquétipo do dragão (e da Esfinge) a partir de terrores fragmentários, de repugnâncias, de pavores, de repulsões, enfim, do submundo dos horrores e das trevas.

Pois todos esses temores, repugnâncias, repulsões, pavores continuam presentes nos dias atuais, embora tenham mudado as fontes e os agentes (diretos ou indiretos) desse submundo das trevas e do medo. E a televisão tem mostrado, diária e sistematicamente, as novas configurações do medo urbano: violência policial, assaltos, delinquência infanto-juvenil, drogas, roubos, desemprego, miséria, solidão, doenças incuráveis etc.

2.4 Imagens de medo e violência e “pedagogia do imaginário”

Bettelheim (1979) demonstrou, por meio de contos de fadas, que a violência fictícia tem esse poder de relaxamento das tensões do receptor. Para ele, é uma função até certo ponto “pedagógica”, porque desperta as pessoas para as “viagens” do imaginário criativo. Em suma, as imagens simbólicas de violência buscam, no campo imaginário, a reintegração humana e o equilíbrio psicossocial. As imagens de violência imaginária – na TV ou em qualquer outro veículo de produção simbólica – têm, portanto, uma importante

função pedagógica a ser mais bem compreendida e explorada: reconstruir, a partir da destruição, o desejo de harmonia psicossocial do mundo.

As imagens de medo e violência – presentes em filmes, seriados e noticiários – fascinam o olhar e tecem o imaginário sombrio. O mistério da sedução não se encontra propriamente no conteúdo imagético, mas sim na vivência do “sentir com”, do “vibrar com”, do “emocionar-se”, do “comover-se”, do “encantar-se”.

A emoção não pode ser reduzida unicamente à esfera do privado, mas é cada vez mais vivenciada coletivamente. Pode-se até mesmo falar de um ambiente afetoso, no qual as penas e os prazeres são experimentados em comum. Sobre isso, basta fazer referência ao papel desempenhado pela televisão, quando de catástrofes, guerras, ou outros eventos sangrentos, para se convencer disso. [...] Em cada um desses casos, a televisão permite vibrar em comum. Chora-se, ri-se, sapateia-se em uníssono, e assim, sem que se esteja realmente em presença dos outros, cria-se uma espécie de comunhão (MAFFESOLI, 1995, p. 76-7).

Nesse sentido, essas imagens espetaculares e impactantes permitem uma “religação” social: “vibra-se com” o outro. Eis o sentido do imaginário na tessitura dos processos midiáticos. Quando efetivamente simbólicas, as imagens possuem, segundo Durand (1988), a função de restaurador do equilíbrio psicossocial. Com efeito, têm uma função, em certo sentido, “terapêutica” junto ao imaginário social. As imagens simbólicas contribuem com a “saúde” psíquica dos receptores. As imagens violentas têm a função de negar o negativo. Portanto, registra-se aqui uma função mítica de negar o “nada do tempo e da morte.”

Segundo Durand (1988), o positivismo e o racionalismo há séculos vêm tentando destruir as imagens poéticas, oníricas, míticas, provenientes da imaginação criativa. Impuseram a estreiteza e a limitação semântica do signo em detrimento da riqueza e da epifania do símbolo. Foi assim que séculos de iconoclasmo neutralizaram e desvalorizaram a imaginação genuinamente simbólica.

As imagens midiáticas situam-se, de maneira geral, no contexto dessa estreiteza simbólica. Bachelard (1984) diz que as imagens da atualidade nos impedem de imaginar. Entendemos que a palavra “impedir” não seja a mais apropriada. No entanto, relativizando a expressão do filósofo, poderíamos dizer que a profusão incessante de ícones, a fabricação e a repetição excessiva de imagens, a banalização da violência, a simulação obsessiva da realidade,

enfim, a saturação do olhar acaba por provocar uma volatilidade da imaginação criativa. O olhar torna-se, portanto, fatigado e indiferente.

Nesse sentido, necessário se faz promover uma criativa pedagogia do imaginário, cujo objetivo fundamental é, como afirma Duborgel (1983), desenvolver as capacidades do *homo symbolicus*. Isso implica a aprendizagem dos modos de conhecimento e da linguagem da imaginação simbólica. Tal aprendizagem dar-se-á não só nos espaços da escola como também em todos e quaisquer espaços onde possa haver comunicação e trocas culturais. Especialmente, nos processos midiáticos.

Contudo, a concretização de uma pedagogia do imaginário só seria possível se se buscasse um efetivo resgate da imaginação simbólica (no sentido de Durand), da educação da imaginação (na perspectiva de Bachelard), da ética da estética (no sentido de Maffesoli), da remitização de mitos e de símbolos (nas concepções de Ricoeur e de Campbell, por exemplo).

Não se trata de propor uma “mídia educativa”, mas de construir uma imaginação criativa e educacional. Caminhar-se-ia, portanto, em direção ao “olhar infinito”, ao olhar polissêmico e irruptor. O poder de criação, a atividade criadora, o desejo de criar, o olhar criativo. Este seria o terreno a ser cultivado por uma pedagogia do imaginário, cuja compreensão (e desenvolvimento) estaria a serviço do sujeito-desejante.

Afinal, apesar do eterno sentimento de impotência peculiar ao desejo, a plenitude parcial (“vivência de satisfação” substitutiva e fracionada) e a autoafirmação do ser humano viabilizam-se através do poder de criação. Mas para criar é preciso aprender a olhar na perspectiva do infinito. O resgate das forças do imaginário será possível, pois, a partir da compreensão em profundidade da relação olhar/desejo/imaginação. O fenômeno imaginário é, portanto, crucial para o estudo do receptor-desejante: a finitude ou infinitude semântica de sua imaginação.

A pedagogia do imaginário não se constrói apenas através dos processos de democratização ideológica da educação; não se limita à produção de conhecimentos e às trocas culturais. Mais que isso, uma pedagogia do imaginário requer uma transformação global nas formas de apreensão, compreensão e expressão simbólica do mundo humano, material e cósmico. Requer, enfim, que se permita e se incentive o nosso inalienável direito de sonhar.

Deve-se, assim, minimizar a importância excessiva conferida ao mundo da objetividade, das necessidades, da racionalidade. Caberá, no entanto, valorizar o mundo da subjetividade, do devaneio, das imagens e dos desejos da imaginação. Em relação à linguagem, frise-se:

Precisamos procurar, pacientemente, a propósito de todas as palavras, os desejos de alteridade, os desejos de duplo sentido, os desejos de metáfora. De um modo mais geral, devemos recensear todos os desejos de abandonar aquilo que vemos e aquilo que dizemos, em favor daquilo que imaginamos (BACHELARD, 1965, p. 10).

Segundo Paula Carvalho (1990), será necessário, destarte, valorizar uma visão holista ou holonômica, integrando, assim, o saber à realidade humana, a objetividade à subjetividade, o particular ao universal, sempre de forma pluralista e dialógica. Objetividade vazia dos signos, subjetividade redutora das alegorias, dogmatismo das ideias, sectarismo das práticas. Eis, pois, aquilo que uma pedagogia do imaginário rejeita com veemência. Porém, uma pedagogia assim cultiva a beleza e a amplitude das imagens e dos mitos; o valor e a força dos ritos e dos gestos de socialidade estética; o mistério e a experiência inenarrável de simplesmente estar vivo.

Dizem que o que todos procuramos é um sentido para a vida. Não penso que seja assim. Penso que o que estamos procurando é uma experiência de estar vivos, de modo que nossas experiências de vida, no plano puramente físico, tenham ressonância no interior de nosso ser e de nossa realidade mais íntimos, de modo que realmente sintamos o enlevo de estar vivos (CAMPBELL, 1990, p. 5).

Interessante observar que esse mistério proporcionado pela experiência de estar vivo remete à ideia maffesoliana de “ética da estética”. Ou seja, existe no interior da socialidade um modo de ser (*ethos*) no qual as experiências compartilhadas com os outros (estar-junto), a estética (*aisthesis*), o sentir comum, tudo isso é fundamental ao *homo symbolicus*. Tão fundamental, que ele se torna também um *homo estheticus*.

Assim, a pergunta de Maffesoli torna-se muito sugestiva: “Depois do ‘homo politicus’ e do ‘homo economicus’, não nos confrontamos com o surgimento do ‘homo estheticus’?” (MAFFESOLI, 1996, p. 42). Essa “ética da estética” propicia o prazer, a delícia e o conflito de estar-junto e de integrar determinado grupo social (“tribos” urbanas). E “o fato de experimentar em comum suscita um valor, é vetor de criação”. O autor acrescenta: “A potência coletiva cria uma obra de arte: a vida social em seu todo, e em suas diversas modalidades. É, portanto, a partir de uma arte generalizada que se pode compreender a estética como faculdade de sentir em comum” (MAFFESOLI, 1996, p. 28).

Nesse sentido, a pedagogia do imaginário valoriza não só a experiência imagética e simbólica como também a experiência estética e afetiva. Com efeito, busca-se conciliar o *homo symbolicus* ao *homo estheticus*. Piaget também defendia a tese de que a afetividade, negligenciada pelos racionalismos e pragmaticismos, é fundamental no processo de desenvolvimento, não só da inteligência como da própria vida psíquica em seu todo.

Para Jung (1986) – e, antes dele, Cassirer (1972) –, a função simbólica é primordial para a saúde psíquica dos indivíduos. Tanto é assim que, segundo seu ponto de vista, a neurose é sobretudo uma deficiência da função simbólica, gerando, em consequência, um desequilíbrio psicológico. Além de Jung, outros psicoterapeutas (Bettelheim, por exemplo) defenderam a importância do símbolo no processo de equilíbrio psíquica. Destarte, observemos o que escreve Durand (1988, p. 100): “Primeiramente, em seus elementos imediatos, em sua espontaneidade, o símbolo surge como restabelecedor do equilíbrio vital comprometido pela noção da morte; depois, o símbolo é pedagogicamente utilizado para restabelecer o equilíbrio psicossocial”.

Em suma, resgatar o poder da simbolização, cultivar a beleza da criação e valorizar a experiência da mitificação do ser humano são, pois, o meio através do qual se tecerá uma sugestiva educação da imaginação, objetivo essencial de uma pedagogia do imaginário. Entretanto, como afirma Duborgel (1983), importa, antes de tudo, preparar o educador para “ler” e “esclarecer” as formas e as estratégias da iconoclastia no universo cotidiano das práticas escolares e comunicacionais. E essa tarefa é de “primeira urgência se é verdade que uma pedagogia da imaginação tem por desafio e por condição fundamental a modificação de certas características de nossa cultura” (DUBORGEL, 1983, p. 443). Mas a modificação da cultura, na perspectiva de uma educação da imaginação, necessita radical ruptura com as posturas positivistas e objetivistas que ainda prevalecem na sociedade contemporânea. Faz-se necessário, assim, que as imagens simbólicas emergentes prevaleçam sobre as imagens saturadas vigentes.

2.5 Retomando a questão epistemológica fundamental

Que relações se elaboram entre as imagens irradiadas pelos processos midiáticos e o imaginário dos sujeitos? É preciso retomar esta questão fundamental a fim de se destacar a sua relevância em face de pesquisas que abordem a questão do imaginário e seu processo de circularidade comunicacional.

Trata-se, pois, de se explorar com maior fôlego o campo ambíguo e polissêmico das imagens irradiadas pela mídia e, ao mesmo tempo, buscar compreender o enigmático mundo imaginário dos sujeitos envolvidos nos processos comunicacionais. Essa questão-chave nos conduz a várias outras questões derivadas, tais como: 1) Como os sujeitos (re)interpretam as imagens irradiadas pelos processos midiáticos? 2) Como os processos midiáticos constituem o imaginário dos sujeitos? O importante, porém, é ressaltar a pertinência e a relevância da questão primária, uma vez que ela trabalha a interconexão dinâmica entre a imagem produzida e o olhar firmado, entre o midiático e o sujeito desejante, enfim, entre a imagem irradiada e o imaginário dos seres sociais.

Vale salientar que os processos midiáticos são decorrentes de variadas e dinâmicas formas de interação. Quer dizer, o conhecimento é reelaborado a partir da relação social que o sujeito estabelece com o mundo e com outros sujeitos. A subjetividade é dialógica, uma vez que é reconstruída a partir das relações intrapsicológicas e interpessoais. A configuração do interno (individual) depende de sua relação dialógica com o externo (social). Nesse jogo de fluxos, de influências e confluências encontram-se os fatores intervenientes e mediadores da circularidade comunicacional.

Cabe inferir, portanto, que é justamente no espaço das interações e das mediações que melhor se pode delinear, interpretar e compreender a dimensão hermenêutica do sujeito. Nesse sentido, o processo de circularidade midiática pode contribuir, de maneira substancial, para o desenvolvimento de uma hermenêutica do imaginário. Uma hermenêutica que dê conta da questão epistemológica formulada no presente texto. Uma hermenêutica que busque questionar as relações dialéticas elaboradas entre as imagens midiáticas e o imaginário dos sujeitos desejantes. De fato, essa questão é essencial ao desenvolvimento de pesquisas a partir dessa visada epistemológica.

REFERÊNCIAS

- ARBIB, M. A.; HESSE, M. B. *The construction of reality*. New York: Cambridge University Press, 1986.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Abril Cultural, 1984. (Os Pensadores)
- _____. *Lair et les songes: Essai sur l'imagination du mouvement*. Paris: Corti, 1965.
- BETTELHEIM, B. *A psicanálise dos contos de fadas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1979.
- CAMPBELL, J. *O poder do mito*. São Paulo: Paisagem, 1990.

- CASSIRER, E. *Filosofia de las formas simbólicas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1972.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DUBORGEL, Bruno. *Imaginaire et pédagogie*. Paris: Le Sourire qui Mord, 1983.
- DURAND, Gilbert. *A imaginação simbólica*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1988.
- _____. *Las estructuras antropológicas de lo imaginario*. Madrid: Taurus, 1981.
- JUNG, K. G. *Símbolos da transformação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- MAFFESOLI, Michel. *No fundo das aparências*. (Trad. Bertha Halpern Gurovitz). Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. *A contemplação do mundo*. Trad. Francisco Franke Settineri. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.
- MERLEAU-PONTY, Jean. *O olho e o espírito*. (Col. Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- PAULA CARVALHO, J. C. *Antropologia das organizações e educação: um ensaio holonômico*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- RICOEUR, Paul. *O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica*. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

CAPÍTULO 3

COMO AS LINGUAGENS AFETAM E SÃO AFETADAS NA CIRCULAÇÃO?

Antonio Fausto Neto

Nota introdutória

Linguagem e circulação são noções que pertencem também ao “estoque conceitual” de disciplinas das ciências sociais de inspiração funcionalista, que se debruçaram em torno de interrogações sobre fenômenos comunicacionais. Estas se fixaram em busca da resposta à pergunta “para que serve a linguagem (e a circulação)?”. E, como saldo deste empreendimento, a linguagem resulta como ferramenta ou instrumento da produção de sentidos. E a circulação – talvez por mostrar menos evidências sobre a natureza de sua atividade – ficou mais restrita às formulações e descrições de alguns modelos matemáticos, cibernéticos etc., restando como uma evidência naturalizada e/ou concebida como uma “zona de transporte”. Faz-se este breve registro na introdução deste capítulo, uma vez que trabalhar o que nele se propõe requer que se faça uma breve reflexão sobre a pergunta e a resposta funcionalistas “(para serve que linguagem {e a circulação?})” para, em seguida, nos deparar com o tema do artigo: “como as linguagens afetam e são afetadas na circulação?” A formulação funcionalista situa a linguagem e a circulação como uma “atividade-serviço”, com as suas complexidades ficando fora de interrogações. A segunda, como proposição deste texto, desloca linguagem e circulação para um *status* de um “protagonismo” mais complexo. Reconhece que a linguagem não é apenas um “estoque de signos” a serviço de uma convenção estabelecida por um ator determinado, e que a circulação não se trata somente de uma plataforma na qual se faz transitar uma mensagem que sai da cabeça de uma pessoa e/ou de uma instituição para outra e que a acolhe, sem problemas. Como roteiro, propõe-se primeiramente, ainda que de modo sintético, examinar estes dois conceitos segundo a perspectiva da “maquinaria funcional-

-positivista”; em seguida, propõe-se descrevê-los segundo formulações que os apresentam com outras complexidades. Por fim, tentaremos, à luz de referências de manifestações de pesquisas sobre a comunicação midiática, refletir como linguagem e circulação se afetam.

3.1 “Linguagem, instrumento”

A perspectiva funcionalista destaca a linguagem como uma ferramenta que estaria “a serviço das intenções dos locutores” (VERÓN, 2004, p. 62). Da perspectiva das teorias sobre os “atos de linguagem”, a significação estaria diretamente articulada com a intenção do sujeito falante. O problema da significação se equacionaria através de um trabalho consciencial que se faria a partir do sujeito falante, mediante a mobilização da linguagem a serviço de suas motivações. Também reflexões ofereceram subsídios para pensar a linguagem como um meio a cumprir determinadas funções, tendo em vista algumas expectativas sobre o funcionamento da interação e da significação social. Segundo elas, a possibilidade de compartilhamento da significação dependeria da observância de determinadas funções por parte do destinador e do destinatário de uma mensagem. Os dois atores manejariam as possibilidades de produção de sentidos, através de performances situadas a partir de um plano determinado, que reuniria as intenções e motivações definidas como precondições desta ação (JAKOBSON, 1995). Dessa perspectiva, a produção do sentido dependeria de uma decisão consciencial, segundo lógicas de cooperação previamente estabelecidas entre destinador e destinatário. Nesse esquema, a linguagem estaria subordinada apenas a um determinado interrogante de ordem funcional – para o que ela serve? –, e nenhum outro componente que envolvesse a sua complexidade seria levado em conta. Compreende-se, assim, a linguagem a serviço de uma atividade mediadora, ao pôr em contato emissor e receptor, mas acionada somente pela intenção do primeiro. Sendo pergunta formulada por um emissor, este não consideraria as “injunções” que seriam impostas ao processo pela própria linguagem ou, mesmo, pelo destinatário. E que o “para que serve a linguagem”, enquanto resposta, ratificaria apenas a expectativa do emissor. Assim, trata-se de um processo de elaboração da significação no qual o atribuidor de sentido seria somente o sujeito falante.

3.1.1 A linguagem para além de “frases feitas”

Outras interrogações sobre o *status* da linguagem ultrapassariam os horizontes da expectativa funcionalista ao apontar para a complexidade do seu trabalho de produção de sentidos. Argumentações contrárias a tal perspectiva lembram que “não se pode simplificar a atividade da linguagem reduzindo-a a um instrumento, e a enunciação à condição de um intercâmbio de informações unívocas estabilizadas e calibradas entre sujeitos, que estariam meio pré-ajustados para que o intercâmbio seja um êxito sem tropeços” (CULIOLI, 2010, p. 19). Dessa perspectiva, o sentido não estaria a serviço de uma intenção unilateral, mas preso em feixes de relações – situação que afastaria a interação das possibilidades de equilíbrio e de linearidade. Em lugar de sentidos atribuídos, desponta a indeterminação, aspecto que tornaria impossível qualquer possibilidade de controle *a priori* da interação. Nesse contexto, a linguagem vai além das regras que a situavam no plano das convenções, uma vez que é nela que se faz o próprio trabalho da produção enunciativa. A linguagem se materializa através de uma atividade de produção de formas; é evidente que essas formas não podem ser independentes de textos (CULIOLI, 2010). A não linearidade e a indeterminação afastam a produção de sentidos de uma zona do equilíbrio, porque o trabalho da linguagem vai além de frases feitas e de uma ação que julga poder apreendê-la para colocá-la a serviço de uma intencionalidade. Significa que, no intercâmbio discursivo, o sujeito não controla o seu próprio discurso, bem como os efeitos que ele poderia ter sobre seu interlocutor. A convicção funcionalista – segundo a qual a linguagem estaria a serviço de um projeto consciencial – é assim recusada porque “é uma ilusão (alimentada por todos os enfoques pragmáticos e fundada em um mal-entendido epistemológico) acreditar que a ‘frase’ que analisa o linguista é o mesmo objeto que a pessoa utiliza quando fala” (VERÓN, 2004, p. 65). A fala, como discurso, é um objeto construído em todos os protocolos de comunicação – macro e micro. E nessas condições sua estruturação e seu funcionamento não podem ser balizados por aspectos consciencialistas e nem simetrizantes, isso porque a significação, como referência, não surge *a priori*. Ela “não é veiculada, mas (re)construída” (CULIOLI, 2010, p. 88), segundo um jogo que é intersubjetivo. Pertencendo a um horizonte mais vasto do que a dimensão consciencial dos indivíduos, a atividade da linguagem se dá em meio às relações que articulam produção e recepção. Porém, sem que suas interações discursivas se façam em meio a ajustes e intercâmbios, cujo jogo seja por elas unilateralmente controlado. Daí se poder afirmar que “entre produção e recepção, entre o engendramento de um discurso e dos seus efeitos, não há causalidade linear” (VERÓN, 2004, p. 66).

3.2 A circulação, transporte

Sobre o *status* da circulação explicado pelo *approach* funcionalista, instalada no coração do processo comunicacional, a circulação foi, por muito tempo, considerada uma espécie de uma zona automática (FAUSTO NETO, 2010), e somente adquiriu uma dimensão problematizadora em um contexto mais recente, o da “sociedade em vias de midiaticização”. Se, na perspectiva funcionalista, a linguagem é eleita como uma ferramenta a serviço do ato comunicacional, a circulação permaneceria em “repouso”, uma vez que sua atividade seria naturalizada como uma “região” movida apenas por uma determinada inércia. A interrogação “para que serve a linguagem?” não abrange a função da circulação. Esta se evidencia apenas como uma rota de passagem de uma mensagem enviada de uma fonte para o receptor, conforme as proposições de modelos de “informação transportada”. Se a linguagem foi “cristalizada” como uma ferramenta a serviço de um ato de um sujeito, com vistas às manifestações de sua intenção, a circulação restaria, por longo tempo, sem que se tenha reconhecido nela nenhuma incidência de sua dinâmica, a não ser quando situada como uma transportadora de mensagem. Quando a técnica se interpôs entre produtor e receptor de mensagens, teorias funcionalistas a observaram como algo instalado na circulação. Os efeitos da sua existência não puderam ser examinados, pelo fato de ela ter sido “alojada” em uma região que não suscitava atenções. Ela passa a se constituir em problema quando o tema dos efeitos é suscitado, uma vez que eles decorreriam do funcionamento da técnica, que desta feita despontaria como uma “variável causal”. Submerge da circulação e aparece associada a uma atividade do sistema produtivo, sendo que nenhuma dimensão de sua potencialidade específica tenha sido levada em conta. Deslocada da circulação mas associada à produção, a técnica seria, assim, dotada de uma função, a qual consistiria em desenvolver ações a serviço de motivações específicas do polo emissor e cujos efeitos gerariam a desarticulação de contatos simétricos entre produção e recepção. Tal modo de pensá-la fez com que as suas potencialidades, que se fariam presentes no circuito da circulação, não fossem examinadas, o que reforça igualmente a postura segundo a qual a circulação era entendida como uma zona de passagem.

3.2.1 A circulação como geradora de acoplamentos

Estudos mais recentes sobre o *status* ativo da recepção afetam indiretamente as noções sobre as quais a circulação vinha sendo nomeada. Ao apontar para descontinuidades e contrastes nas relações entre produtor e receptor, pes-

quais chamam atenção para as condições através das quais o processo interacional é manejado neste contexto. Dessa compreensão resultaria que suas relações dar-se-iam em meio a “desajustes” ou intervalos. Tais perspectivas atribuem à circulação a causa de tal defasagem, enquanto um elemento gerador da diferença na interação envolvendo produção e recepção. Enfraquece-se a concepção que lhe foi anteriormente designada de “zona de passagem” na medida em que lhe é atribuída a causa da instabilidade nas relações entre eles; ou seja, ela é causa de descontinuidades. Da perspectiva funcionalista, tal descontinuidade é associada ao conceito de ruído, cuja manifestação de caráter determinístico deveria presidir as relações entre produção e recepção. Todavia, para perspectivas não funcionalistas, o intercâmbio assimétrico entre produção e recepção seria explicado não por uma defasagem provocada por uma ação unilateral da produção, mas sim pelo fato de que tal “desajuste” seria um elemento estrutural do processo da comunicação. Ou seja, se um emissor não tem controle sobre o próprio discurso que elabora, ele não pode igualmente exercer sobre os seus efeitos junto a seu interlocutor. O que não significa que o discurso não produza efeitos. Efeitos se manifestam, porém não serão necessariamente aqueles nele previstos, por exemplo. O que seria uma “disfunção” para o *approach* funcionalista é explicado por perspectivas teóricas da semiótica das operações discursivas como desarticulação produzida pela ausência de convergência entre expectativas de produção e de recepção no trabalho de produção de sentido. Tais perspectivas, também inspiradas nas teorias da complexidade, apontam que a circulação não poderia ser tal zona automática e tampouco poderia ser instância produtora do desajuste e de defasagem. Seja porque o processo comunicacional se desenvolve em torno de inevitáveis lacunas entre produção e recepção ou porque, para os pressupostos da complexidade, “a circulação da comunicação é um processo que está afastado do equilíbrio. [...] [e que] [...] a circulação discursiva é uma das principais fontes de complexidade social (não é a única)” (VERÓN, 2008, p. 108). Dessa perspectiva, diferentemente das designações que anteriormente lhes foram apontadas, a circulação é concebida como uma região que trabalha segundo processos nos quais podem ser apresentadas marcas de sua atividade. Segundo acoplagens, põe em relação produção e recepção não como entidades abstratas, e sim como portadores de lógicas e gramáticas a partir das quais são enunciadas operações de produção de sentidos. Distante, pois, de uma compreensão naturalizada, a circulação é o lugar que enseja um

processo através do qual o sistema de relações entre condições de produção e condições de reconhecimento é, a sua vez, produzido socialmente. Circulação é o nome de um conjunto de mecanismos que formam parte

do sistema produtivo, que definem as relações entre gramáticas de produção e gramáticas de reconhecimento para um discurso ou tipos de discursos dados (VERÓN, 1996, p. 20).

Se já no plano da comunicação interpessoal a circulação se manifesta através de interações que aparecem afastadas do equilíbrio, no contexto da sociedade dos meios a circulação se manifesta mediante processos de não equilíbrio e de indeterminações. Nele, o suporte técnico é convertido em meio e apresenta-se como um elemento de interposição entre produção e recepção, para atenuar a distância nas condições de contato entre eles (LUHMANN, 2009). Porém, no atual estágio da sociedade em vias de midiaticização a complexidade interacional se acentua na medida em que a técnica, em vez de produzir a ampliação das distâncias entre produtores e receptores, trata de “encurtá-las”, reunindo-as, agora, na forma de contatos que se instauram mediante novas relações sociotécnicas. Ao transformarem também a organização social e suas práticas, tais dinâmicas geram novas formas de acoplamentos entre sistema social e seu entorno, bem como “transformação social nas condições tecnológicas de produção de sentido” (VERÓN, 1996, p. 150). Desponta uma outra “pragmática comunicacional”, fundada em práticas enunciativas na qual todos, caucionados por suas lógicas e estratégias, falam para todos. “A circulação manifesta-se como lugar cujo trabalho se funda em um processo de acoplamentos entre produção e recepção” (VERÓN, 2008, p. 149), abolindo fronteiras entre eles e suscitando-os a mergulhar em “zonas de pregnâncias”. A circulação deixa visíveis alguns traços dos acoplamentos por ela gerados, e que se manifestam através de formas (de linguagens). Nestas, como produtos, estariam condensados elementos de lógicas, estruturas, gramáticas etc. pertencentes aos processos que somente podem se fazer inteligíveis por meio de “trabalho reverso” – dos traços dos produtos aos processos. A circulação desponta, nessas condições, em um novo cenário em que

passamos [...] de uma situação na qual a informação era relativamente rara, nas mãos de poucos atores, particularmente os produtores de serviços que a difundiam a partir de uma posição central e segundo procedimentos bem definidos [...] a uma situação de abundância potencial, na qual a informação é susceptível de ser emitida por qualquer ponto do sistema (AMAR, 2013, p. 95).

E, nele, linguagem e circulação se articulam para engendrar a dinamização das estruturas em processos, que a seu turno geram fluxos, circuitos e

cujos efeitos apontam para novas formas de vínculos sociotécnicos. Resulta um novo tipo de articulação, a “religância” como “ato de unir e de unir-se” (BOLLE DE BAL, 2000). Dessa perspectiva, o que caracterizaria a circulação no contexto da midiaticização seria, de um lado, a sua condição de uma “estrutura que une”, ao produzir acoplamentos de práticas tecnodiscursivas, ao mesmo tempo em que as poria em movimento, constituindo-se em fonte assim como na dinâmica e no processo de uma nova complexidade comunicacional.

3.3 Linguagem e circulação em processos de acoplagens

Para se entender as articulações entre linguagem e circulação, devemos reconhecer que estas têm como horizonte a problemática da produção discursiva em qualquer situação macro ou microssocial, sendo que, no caso deste texto, nos referiremos às suas manifestações no contexto na produção discursiva de natureza midiática. Nela, está diretamente associada a produção de discursos, no contexto de sistemas produtivos específicos, que submetem a matéria significante à organização de produtos (textos), segundo a especificidade da atividade da enunciação, que tem como fim fazer sair/mover o dizível à esfera do dito. A enunciação remonta à potencialidade do dizível, pois é quem faz a passagem de um nível a outro. Trata-se, portanto, de um ato que institui discursos, na forma de textos, como “pacotes significantes”. O aparecimento do dito, na forma de enunciado, é assim precedido por um trabalho que é feito na rede da semiose, junto à qual age a enunciação. Manifesta-se pela potencialidade do “fazer sair” aquilo que vem do dizível, transformando-se no dito. O ato de fazer sair, enquanto fazer aparecer através de complexo processo de operações. Estas poderiam ser explicadas como algo que “não é [...] fabricado [...] que sai da cabeça e que transporta sentido de tal maneira que o outro, no outro extremo, o recupera e o põe na cabeça. E tudo ocorreria sem problema” (CULIOLI, 2010, p. 24). Não é algo que se exterioriza automaticamente, pois “o enunciado tem uma origem subjetiva que se constrói necessariamente como intersubjetivo” (CULIOLI, 2010, p. 25). Detemos, aqui, o fato de que o ato de enunciar, ou o de fazer o dito emergir, implica a passagem de um nível a outro, que também teria sua “zona insondável”. Esta restaria como uma instância naturalizada, destituída de uma atividade específica, caso a linguagem permanecesse como apenas uma entidade instrumental. Mas, sendo mais que isso, a linguagem possibilitaria, por sua especificidade, pelo menos duas operações: a primeira trata-se da exteriorização do dizível em

forma, na condição de textos presos a lógicas e gramáticas. E a segunda, que se constitui numa operação que se dá em um âmbito de determinado processo circulatório, quando põe em marcha a atividade significativa da qual emergem as regras através das quais a linguagem se transforma em atividade geradora da discursividade. Esta atividade que precede a exteriorização do dito é capital, pois sem ela seria impossível para o enunciado se constituir na “materialização de fenômenos mentais aos quais não temos acesso e sobre os quais [...] somente podemos lhe dar uma representação metalinguística, isto é, abstrata” (CULIOLI, 2010, p. 24). Portanto, a complexa passagem do dizível ao dito – seja nas modalidades de comunicação face a face, seja naquelas de natureza midiática – envolve o “protagonismo” da linguagem e da circulação mediante operações de afetações e acoplamentos.

Em função de um breve trajeto de pesquisa que implica trabalhos interpretativos sobre práticas discursivas, que se passam da “sociedade dos meios” à “sociedade em vias de midiaticização”, oferece-se aqui uma breve tentativa de como linguagem e circulação se afetam. Especificamente, serão vistas manifestações sobre o funcionamento de estratégias midiáticas que chamam atenção para a complexificação da produção e o funcionamento significativo no âmbito do atual estágio da midiaticização em desenvolvimento. Entendemos que, para que tenhamos a possibilidade de produzir possíveis respostas sobre a questão-objeto do capítulo, é preciso que nos debruçemos sobre observáveis de cunho empírico, de cuja região resultam pistas de leituras sobre as complexas operações em torno das quais linguagem e circulação produzem novas formas de articulações no âmbito das práticas midiáticas. É o que se segue abaixo.

3.3.1 *A mediação ocupando a zona?*

Pensamos que, no contexto em que os meios se destacam por uma atividade central, a circulação é apresentada como uma zona mediadora e como referência para se compreender as relações dos meios com a sociedade, seja em termos sociais ou discursivos. Ocupada por práticas do campo midiático, ela aparece como referência estrutural a explicar a “vocalização dos meios” na tarefa de gerir os processos interacionais entre campos sociais diversos (RODRIGUES, 2000), bem como no trabalho dos “peritos midiáticos” como agentes de produção de “elos de contatos” entre problemática de campos sociais específicos e a sociedade. Recorde-se, para tanto, a importância da instância do porta-voz. Ao se instalar neste lugar, tem como desafio a performance de enunciar fatos que lhes são entregues da parte de outros campos sociais, para

enunciar, por exemplo, a narrativa da doença e morte do presidente Tancredo Neves (FAUSTO NETO, 1988). Como zona de passagem, a circulação é ocupada pelo perito para nela estar – o porta-voz – a fim de mediar, conforme competência específica, mas segundo autorização delegada, problemática que vem de um outro campo social. O que chama atenção no trabalho feito pela linguagem no âmbito deste dispositivo circulatório é o fato de que ela aciona operações enunciativas para a existência de um discurso que vem de outro lugar, mas que deve ser sustentado com regras que pertencem ao mundo do perito jornalístico. Nesse caso, o porta-voz, ao receber uma delegação para sustentar um discurso que vem de outro lugar – o discurso político, por exemplo –, somente profere aquilo que lhe é autorizado a dizer, ainda que sob a expensas do discurso da informação. Faz-se assim, na circulação, uma complexa atividade mediadora envolta em alguns “constrangimentos discursivos” produzidos pelas imposições de diferentes “lugares de falas”, cujas marcas, de alguma forma, se manifestam no trabalho discursivo do porta-voz.

Sabe-se que a noção de mediador, já no contexto da sociedade dos meios, é problemática, pois a relação do jornalista com a linguagem é uma fonte de reflexões. Mas se, de um lado, há uma tensão intrínseca entre os dois, na medida em que esta é a matriz engendrada do trabalho enunciativo daquele ofício, por outro lado, o discurso jornalístico mantém com ela uma posição de estranhamento. A linguagem seria, neste caso, apenas um “insumo” do qual eles se servem para transitar seus produtos na circulação. Denega a natureza do seu trabalho enunciativo e, ao mesmo tempo, trata linguagem como algo do que lança mão sem, contudo, autorrefletir sobre a pertinência da atividade da linguagem no processo de construção da notícia. Denega a sua relação com as metodologias das quais se vale para a realização do trabalho de escritura, considerando-as apenas uma ação de rotina, junto às quais se faz uma extração naturalizada. Suas noções de discurso mediador evocam a imagem de um simples operador que se utiliza de insumos para fazer transitar uma mensagem. A representação que faz de seu trabalho enunciativo é a daquele que ocupa a circulação e nela transita apenas, sobre o impulso da sua inércia (FAUSTO NETO, 2005).

3.3.2 *Rumo aos intervalos...*

Certo tipo de debate sobre a circulação, em termos teóricos e empíricos, se manifesta no final da década de 1970. A questão do sentido estaria subordinada ao universo de um sistema produtivo envolvendo três dimensões: produção, circulação e recepção nas quais operações ali realizadas se

manifestariam através de marcas resultantes desses investimentos. Essas manifestações se fariam distintas em cada um desses níveis, exigência que vai repercutir imensamente no debate metodológico, nos últimos anos, acerca dos processos analíticos de discursos. Aponta-se a problemática emergente da circulação, na medida em que se afirma que

as condições de produção de um conjunto significativo [produção] não são jamais as mesmas condições na esfera do reconhecimento [recepção]. O intervalo entre produção e reconhecimento é variável, segundo o nível da produção de sentido [...]. Há dois tipos de “gramáticas”: “gramática” e “gramática de recepção” (VERÓN, 1978, p. 10).

Trata-se de uma distinção que aponta para o intervalo, reconhecido como o âmbito da circulação, o qual não ensejaria traços de sua existência.

Em termos de análise, a circulação somente pode ser visível como um intervalo precisamente entre os dois conjuntos de traços, aqueles da “produção e do reconhecimento” (VERÓN, 1978, p. 10). Essa noção de intervalo é capital para se entender um primeiro ciclo de estudos tentativos sobre a circulação. A sua compreensão aqui era proporcionada justamente pela temporalidade diferida envolvendo, portanto, dois momentos, a saber, o da produção de um texto (segundo uma gramática de produção) e o da sua leitura (situada em múltiplas gramáticas). Essa distância no tempo, entre um e outro elemento desse circuito, trataria de apontar o trabalho da circulação; especialmente, as suas incidências sobre as transformações do texto em condições advindas de leituras, em diferentes momentos da sua história, em termos de consumo. Parece-nos que essa noção de intervalo é fundante, no sentido de que produziria o que após seria chamado de “desajuste” no processo interacional. Em termos sociais, o sentido apareceria sempre no contexto de dois polos. No primeiro, manifestar-se-ia o espectro da atividade produtiva que lhe dá forma; e, no outro, a expectativa de uma tarefa em reconhecê-lo. Porém, o fato de eles funcionarem segundo lógicas e gramáticas distintas faria com que se contatassem em uma região que asseguraria relações entre si, mas também suas distâncias e especificidades. Em suma, o reconhecimento do intervalo põe em funcionamento leituras que se destinam a fazer a “reconstrução da gramática de produção” e a “reconstrução da gramática de reconhecimento”, instituindo, a seu turno, a figura do observador (analista). Mas se, por um lado, a circulação é subsumida por esta problemática, por outro permanece como uma região apontando a existência de um “espaço potencial” a ser, num futuro mais distante, visitado pela pesquisa.

3.3.3 A circulação: da articulação à apropriação

A problemática da indeterminação de sentidos, especialmente a incidência que a circulação tem sobre o seu engendramento, é retomada, em termos teóricos e empíricos, já no âmbito do estágio atual da midiatização em processo. Nas últimas décadas do século XX, a ênfase da pesquisa se voltou para o desafio de estudar a especificidade de duas gramáticas – produção e reconhecimento – a partir da circulação, mas segundo hipóteses mais gerais. Antes do início do século XXI, o processo analítico sobre manifestações discursivas se debruça, inicialmente, em torno do desafio de como responder à questão: como se produzem vínculos entre mídias (como instância produtora) e leitores (recepção), uma vez que se encontram separados pela circulação (vide noção de intervalo); e, também, na medida em que os processos discursivos que manejam se assentam em gramáticas e lógicas distintas? Analisam-se as operações discursivas através das quais um suporte midiático se dirige aos leitores mediante “contrato de leitura”, nos quais se fariam presentes operadores de identificação e/ou de reconhecimento pertencentes ao universo do leitor. Não se trata de operação de caráter determinístico, mas tentativo, na medida em que o conceito de contrato de leitura implica que o discurso de um suporte de imprensa seja uma espécie de

espaço imaginário onde percursos múltiplos são propostos ao leitor, uma paisagem, de alguma forma, na qual o leitor pode escolher seu caminho com mais ou menos liberdade [...]. Um discurso é um espaço habitado, cheio de atores, de cenários e de objetos, e “ler é movimentar” esse universo aceitando ou rejeitando, indo de preferência para direita ou para esquerda, investindo maior ou menos esforço, escutando com um ouvido ou com os dois (VERÓN, 2004, p. 235).

Busca-se, ainda, nas análises do “contrato de leitura” de uma determinada mídia, identificar alguma coisa que se passa entre a sua oferta discursiva e a sua leitura, por parte da recepção. Não necessariamente o efeito da mensagem emitida sobre a recepção, o que em si reforçaria a dimensão linear, mas sim algo que tome como referência a formulação segundo a qual um discurso produz não um efeito mas suscita a possibilidade de vários, os quais não são conhecidos *a priori*. E como ele não seria, em si mesmo, o gerador de efeitos, é preciso que esta questão venha a ser refletida considerando que o discurso articula-se entre produção/recepção. Busca-se, desse modo, descrever níveis de convergência e divergência que o contrato produziria; mas não se pode deixar de reconhecer que, quando pesquisas dessa

ordem são demandadas, assim o são da perspectiva da lógica da produção, cujas expectativas visam evitar níveis de descontinuidades ou mesmo a ampliação de “buracos semânticos” nas suas relações com a recepção. Tentativas no sentido de vencer tal ponto passam por elaborações de contratos através dos quais se desenham pré-figurações feitas a respeito do perfil do leitor, e a partir dos quais se pensa a possibilidade de instituição de vínculos com eles. Mas o que se observa é que o *gap* entre estas duas instâncias necessariamente não se reduz, uma vez que, no lugar das “regulações” previstas pelo âmbito da produção, tem-se, por exemplo, o deslocamento da recepção para novas posturas de leitor (MOUILLAUD, 1994). Vão para outras paisagens, ratificando o princípio comunicativo acima exposto, segundo o qual a relação entre produção e recepção não se faz em meio de um intercâmbio de natureza simétrica (FAUSTO NETO, 2007). A questão dos efeitos de sentidos permanece em aberto, uma vez que estes se manifestam sem necessariamente estar respondendo as expectativas e presunções das formulações concebidas em produção. É tencionada a partir da desarticulação entre lógicas de oferta de mensagem e o destino que lhe é dado por seus usuários, aspectos que evidenciam a dimensão de uma problemática em complexificação. Mas, regressando ao *status* da circulação, a descontinuidade, como fenômeno, é considerada, a partir de outra perspectiva, como uma articulação complexa entre as propriedades do discurso proposto e as estratégias de sua apropriação por parte da recepção. Considera-se que o papel da linguagem tem uma dimensão não apenas de meio, mas de instância que organiza o trabalho enunciativo dos sujeitos em produção e em recepção. Portanto, distante de se pensar o trabalho de produção de sentido como uma atribuição específica e unilateral de um ou outro interlocutor, a atividade da linguagem mostra que o sentido se faria em decorrência de um

feixe de relações, aspecto que mostra que os efeitos de uma mensagem não estariam na competência específica de um dos polos, uma vez que nenhum deles pode, unilateralmente, estabelecer *a priori*, os modos como seu interlocutor lidará com a mensagem que lhe foi destinada (FAUSTO NETO, 2008, p. 54).

Descrevendo como a circulação desponta enquanto instância de articulação entre dois polos detentores de lógicas diversas, uma pesquisa mostra processos de apropriação de uma exposição cultural por parte dos seus visitantes. Ao acompanhar o percurso que nela faziam os visitantes, descrevem-se as estratégias por eles realizadas, segundo quatro modalidades

de apropriação. Comentando essa atividade distinta feita pelos visitantes, o relatório da investigação ressalta que

o reconhecimento [a recepção] não é jamais “dedutível” de uma descrição da “estrutura” do discurso em questão [a exposição], e que, ao contrário, ela é o resultado complexo de um reencontro entre propriedades significantes do discurso [produção e a estratégia de apropriação do sujeito receptor]. [...] Dessa forma, as duas dimensões da sociosemiótica – produção e reconhecimento – são definitivamente inseparáveis (VERÓN; LEVASSEUR, 1989, p. 65).

O autor fala de um reencontro entre essas duas dimensões, o qual é promovido pela dinâmica da circulação na esfera de uma zona de contato (FAUSTO NETO, 2009). A circulação seria assim uma instância geradora de uma “desarticulação” entre produção e recepção caracterizada por incompletudes e divergências, entre termos de sentido. Uma outra pesquisa que descreve o funcionamento desta “zona”, reunindo a oferta do discurso telerreligioso (católico-evangélico) e os telefíeis, chama atenção para dois modos distintos através dos quais fiéis – evangélicos e os católicos – avaliam suas relações com as emissões. Os primeiros têm para com elas uma “aceitação contraditória”, ao passo que, em relação aos católicos, mostram “atitudes adversativas”. Descrevendo sobre as condições da recepção das emissões, numa outra temporalidade distinta do momento em que foram efetivamente vistas, a investigação constata que os fiéis desenvolviam certos “modos de recordá-las”. E, segundo diversas estratégias de apropriação, expressavam suas leituras face à oferta das emissões. As diferenças se acentuavam quando discursividades propostas pelas emissões telerreligiosas contrastavam com lógicas de outros discursos fincados em práticas religiosas cristalizadas em torno de outros valores devocionais. Conforme expressam os relatos de fiéis identificados com tais práticas, “por mais que a TV use toda a tecnologia que eles possam ter além do real, do que o real da consagração, nada tira, nada envolve” (FAUSTO NETO, 2008, p. 103), nas convicções sobre o modo de ser religioso por eles exercido.

3.3.4 *Circulação, lugar de embates*

A circulação desponta como um território que se transforma em lugar de embates de várias ordens, produzidos por campos e atores sociais. Aqueles motivados por causas que, ao se apropriar de processos – tecno-

enunciativos midiáticos –, visam o acesso ao âmbito da circulação, para difusão de bandeiras ou manifestações de denúncias. Após um sequestro de jornalistas, o PCC – um comando criminal – deles se serve como “assessores” para a produção de um manifesto, na forma de vídeo, que é veiculado ao vivo, no “plantão de notícias” da Rede Globo, embora a sua meta fosse a sua exibição no *Fantástico* ou no *Jornal Nacional* (FAUSTO NETO, 2006). Também, quando atores de campos sociais fazem um complexo ingresso no território da produção/circulação midiática, apropriando-se de suas regras de edição de materiais jornalísticos, para fazer circular mensagens de interesse do seu campo social. Exemplifica-se com o episódio em que um delegado que apreende dinheiro suspeito de pertencer a partido político faz, ele mesmo, a “cobertura jornalística” do material apreendido: fotografa maços do dinheiro roubado e apreendido; edita este material em disquetes que são repassados a jornalistas por ele convocados, a quem fornece ainda orientações sobre uso do material cedido, enfatizando para eles os critérios e ângulos a serem destacados nos materiais entregues, além de outras orientações sobre o uso das mídias que dariam veiculação aos materiais (FAUSTO NETO, 2007). Noutra situação, atores políticos recusam estar no processo de circulação de emissões especiais – como debate político – pelo fato de elas serem elaboradas segundo operações enunciativas, cujas “gramáticas discursivas” apontavam para assimetrias entre os “peritos midiáticos” e os seus convidados. Recorde-se que, durante a campanha eleitoral de 2010, o presidente Lula recusa participar de programa em rede televisiva por perceber que as regras da emissão não ensejavam aos participantes manejar o trabalho enunciativo em condições simétricas com os “jornalistas-debatedores”. A ausência do candidato no *setting* é, então, superada por uma operação enunciativa produzida pelo programa: este mantém vazia a cadeira destinada ao candidato ausente, mas permite que perguntas lhes sejam dirigidas pelos demais candidatos presentes. A recusa do ator político é assim complementada por uma operação feita pelo dispositivo midiático televisivo (FAUSTO NETO, 2008). Efeitos das mutações na esfera da circulação provocam lutas e disputas internas na organização do trabalho técnico-editorial do campo midiático. A emergência da “zona de contatos”, através da circulação, suscita novas possibilidades de interação entre o *ombudsman* e os leitores de jornal, mas também de geração de crise. Possibilidades de o leitor ter um acesso on-line às estratégias editoriais não recebem a aprovação do *staff* gerencial jornalístico. Tal fato leva o *ombudsman* a se demitir do cargo mediador, em protesto ao não atendimento pelo jornal

do seu pleito em ampliar as possibilidades de falas do leitor no interior do ambiente jornalístico (FAUSTO NETO, 2008). Mostram-se alguns registros que envolvem o funcionamento da circulação apontando a problemática do acesso de campos sociais no mundo enunciativo da mídia; os processos de apropriação de operações midiáticas como possibilidade de mediatizar ações realizadas por “peritos” de outros campos sociais; os efeitos da mediação que impossibilitam que as condições de fala do leitor se ampliem no espaço do jornal; e, ainda, a luta pelo controle do sentido, quando atores de campos midiáticos se recusam a participar de programas, cujos rituais enunciativos restringiriam suas possibilidades enunciativas.

3.3.4 *Complexificando a circulação: dissoluções e embates*

Um conjunto de estratégias realizadas por campos sociais diversos, incluindo até o próprio campo midiático, aponta para a força da dinâmica da circulação como zona que afeta as estruturas dos campos sociais e as relações entre eles. Deslocam-nos de suas fronteiras através de processualidades tecnodiscursivas, afetando suas identidades, rotinas e a natureza de suas relações. Também ocorrem rupturas em determinadas condições de produção dos discursos, afetando, por exemplo, as estruturas de mediação das quais o campo midiático cuidava como “elo de contato”. A supressão da instância mediadora significa optar pelos ventos das “plataformas circulatórias” e o da arquitetura comunicacional, na qual se dá a comunicação de “todos para todos”. Ao fazer contato direto com seu “mercado discursivo”, um campo debilita – ou põe fora do jogo – a mediação midiática, enfraquecendo a sua atividade e gerando uma nova “economia de contato”. É o caso de estratégias do campo político que, apropriando-se de lógicas de mídias, desenvolve por conta própria “estratégias de contato” direto com seu universo interlocutor e/ou consumidor de suas políticas. O acontecimento, neste contexto de circulação, dissemina-se diretamente da fonte para outros campos sociais e seus atores, sem passar pelos processos regulatórios e mediacionais dos processos produtivos jornalísticos. Foi assim que se deu a mediação da enfermidade do presidente Lula, na medida em que as operações de sua construção e circulação foram realizadas pelo *staff* de comunicação do Instituto Lula, e cujo trabalho enunciativo foi protagonizado pelo fotógrafo oficial daquela instituição, como operador de dinamização do acontecimento. A circulação, além de retirar o controle do acontecimento da esfera midiática, atualiza, sob outra esfera, a presença de lógicas mídias neste processo: desta feita, o

dispositivo do porta-voz se mantém, mas segundo a performance de lógica de outro campo social. É o campo político quem se apropria inicialmente de lógicas midiáticas e, depois de suas operações, para fazer operar o porta-voz, no caso o fotógrafo, como o operador do acontecimento, na plataforma da circulação (FAUSTO NETO, 2012).

As mutações na circulação afetam a própria estrutura do discurso jornalístico e o trabalho do seu perito no âmbito das suas estruturas e rotinas. Situado até então no espaço estrutural da mediação e subordinado a lógicas fortemente hierarquizadas de um sistema produtivo, o jornalista deste se despreza, entrando também na inércia de bifurcações. É acionado pela “economia circulatória”, sai da estrutura na qual se dá a tessitura do acontecimento, ingressa em circuitos de um “ir adiante” (BRAGA, 2012), levando consigo, contiguamente, produção/circulação do acontecimento. Já não é mais o enunciador que reporta um mundo externo, segundo uma posição de opacidade enunciativa. Abandona a “abjeção” ou o posto de observação, e vai para a linha de frente do processo produtivo, explicitando a sua atividade, em vez de deixar o acontecimento ser regulado, sozinho, pelas rotinas das práticas do seu campo. O acontecimento, agora, vai junto com ele na viagem da circulação. Convertido em ator, o jornalista faz uma complexa praça: escreve a coluna, desloca-se para o *site*, visita o *blog*, pede para ser seguido pelo Twitter, é esperado na televisão, mas antes passa pelo programa de rádio para, finalmente, virar personagem de álbum de celebridade, guardado pelo leitor. Seu mundo e suas circunstâncias viram o acontecimento, nova realidade que pode ser exemplificada pela autocobertura da enfermidade da qual foi acometido o jornalista Paulo Sant’Ana, do jornal *Zero Hora*. Durante seis meses, foi ele o próprio mensageiro, no complexo ambiente acima descrito, relato do qual era o personagem e igualmente a fonte, objeto e também operador do próprio acontecimento (FAUSTO NETO, 2011).

3.4 À guisa de conclusão (Efeito linguagem/circulação: a emergência de desamparos)

Um dos efeitos no cenário da midiatização, das marcas produzidas pela atividade da linguagem e da circulação é a complexificação dos processos interacionais bem como das condições de produção da referência e das inteligibilidades. Localiza-se, particularmente, nas estruturas dos campos sociais como espaços de mediação nas relações entre eles; e entre estes e os atores

sociais, que, a seu turno, passam a manejar, segundo novas condições, os processos comunicacionais. Tais efeitos produzem, particularmente, debilidade, dispersão e transformação nas estruturas, nos processos, nas instâncias de autoridades e de mediação. Mas também efeitos no âmbito de práticas discursivas. Alguns desses efeitos ocorrem no contexto intramediático, com efeitos sobre a recepção, e se manifestam no âmbito do trabalho enunciativo. A nova ambiência mediatizante sacrifica “elos de contatos” entre o mundo midiático e a sociedade e seus coletivos. Dentre as mutações havidas no próprio sistema midiático, destaca-se a conversão do jornalista em ator, mudança que é dinamizada não apenas por decisões de lógicas organizacionais, mas também por lógicas da própria mediatização. A divisão social do trabalho jornalístico é afetada pela mediatização em sua especificidade tecnodiscursiva, quando lógicas que presidem o contato entre o sistema midiático e o seu entorno produzem tal conversão. A saída da jornalista Fátima Bernardes da condição de apresentadora de telejornal para animadora de programa evidencia-se como um caso exemplar. A jornalista “abandona” o lugar mediador, sai de um gênero, onde é reconhecida pelo capital simbólico e pelos emblemas jornalísticos, para uma nova performance, no interior de um outro gênero – o do infoentretenimento. Tal transferência de papel se faz em um contexto da “economia da circulação”, uma vez que o deslocamento da bancada do telejornal para o do *setting* diversional se dá através de um complexo “ritual de passagem” realizado pelo nicho produtivo televisivo. Tal ritual não significou apenas a mediatização de um acontecimento que, pertencente ao mundo da TV, viesse a ser compartilhado no próprio contexto do telejornal. Por envolver mudança em uma das referências enunciativas mais importantes, no contrato de leitura de um telejornal do porte do JN, o passo a passo da mudança é compartilhado com os expectadores em, pelo menos, duas instâncias da circulação: a primeira, a veiculação da mudança no telejornal como “matéria de atualidade”; e a segunda, através de contatos induzidos pela esfera da produção, levando os expectadores à “zona de interpenetração”, para nela refletir sobre o deslocamento da apresentadora. Tal ritual visava assegurar a estabilidade nos vínculos existentes entre TV e recepção, uma vez que a presença da jornalista-apresentadora significava um índice estratégico no funcionamento de vínculos entre estas duas instâncias. Mas os comentários postados pelos expectadores – em divergência com a expectativa da estratégia da instituição televisiva – manifestaram seu desacordo com a mudança, simbolizando a quebra do contrato para com eles, por parte da TV. Mais que isso, o desaparecimento de FB da estrutura de

mediação e sua saída deste “enquadre” se constituiu também para eles em fatores geradores de desamparo: “o que faremos sem ela, depois de 12 anos de convivência?”, perguntam em um dos comentários deixados na “zona de interpenetração” (FAUSTO NETO, 2013). Este caso é um exemplo de como se tecem mutações nos processos interacionais dinamizados pela circulação, cujo “efeito desamparo” se manifesta em dois processos de bifurcações: a saída de cena do mediador de uma determinada “estrutura de contato” do campo midiático (o dispositivo telejornalístico) para um novo regime de interação; e, ainda que sob indução, o deslocamento dos expectadores para uma “zona de contato” onde produzem discurso de reprimenda à mudança. A despeito de ali deixar marcas do desconforto com a saída da âncora, não se sabem repercussões mais complexas dessas discursividades, uma vez que o acesso e a postagem de discursos – na forma de comentários e enunciados segundo certas regras regulatórias – são apenas um pequeno registro dessa complexa disputa de sentidos que a circulação patrocina entre sistema midiático e o seu entorno.

Quando terminamos a redação deste texto, ocorre a morte do presidente Chávez, cujo processo de mediatização da última fase de sua enfermidade, que antecede a sua morte, é engendrado no contexto de um complexo funcionamento de circulação de práticas discursivas. A complexidade de como esse fato se transforma em acontecimento enseja problemáticas de articulações dos processos interacionais, envolvendo campos sociais diversos, algo que foi alcinhado pelo conceito de “desamparo informativo”. O acontecimento, do ponto de vista comunicacional, se faz em uma complexa topografia, segundo vários fluxos desde o internamento do ex-mandatário venezuelano, em Cuba, até o seu retorno a Caracas onde falece; várias manifestações de discursividades dão ritmo ao caso, impondo-lhe muitas operações semantizadoras. O acontecimento circula segundo operações enunciativas que tratam de deslocá-lo de um elo a outro, sem permitir que se fixe em um deles, na condição de sua matriz interpretativa. O relato sobre ausência e enfermidade do presidente passa por vários expedientes interpretativos. Mensagens levam os fluxos adiante, impedindo o acontecimento de se fixar em torno de fontes e referências específicas. Chávez desliza sobre a plataforma circulante: ausente, manda uma carta para saudar líderes políticos latino-americanos. Múltiplos porta-vozes – desde o *staff* oficial até grafiteiros de ruas e edificações – se alternam enunciando versões, muitas das quais contraditórias. Sua ausência transforma-se em um peculiar aparecimento na internet, mediante uma foto anônima, trazendo a imagem de um homem

morto, mas com feições próximas à fisionomia do líder. Negada a autenticidade da foto, Chávez é mantido como um “morto”, uma vez que é declarado na “clandestinidade” por manchete de jornal. Mas nova imagem dele vem à tona, como se estivesse sendo removido do contexto clandestino onde se mantinha. Outra foto, comprada por um jornalista junto a uma agência e vendida a um jornal espanhol, é publicada como “furo”, mostrando o presidente em um ambiente hospitalar. Mas seu teor é também negado. O homem que aparece nessa imagem, recebendo cuidados médicos, pertence a outro contexto terapêutico, denuncia associação médica mexicana. Uma nova série de fotos circula, onde ele aparece deitado em um suposto leito hospitalar, mas lendo um jornal, sob o olhar de suas filhas. Trata-se de uma súbita resposta à operação anterior. Dia após, outros porta-vozes confirmam que Chávez está vivo, mas com dificuldades para falar. Seu retorno a Caracas ocorre em uma madrugada, e dela se toma conhecimento através de mensagem que teria sido veiculada por ele mesmo, em seu próprio Twitter. Do hospital, onde é guardado, nada mais se emite, a não ser, dias após, o comunicado sobre sua morte. O acontecimento segue adiante, pois passa pelos funerais quando se decide que o corpo do presidente não seria guardado em um panteão, mas embalsamado para ser visto para sempre. Mas ele retorna, durante a campanha política, através de vários operadores simbólicos, alguns dos quais evocam a sua ressurreição. É no contexto desse imenso fluxo circulatório que o acontecimento vai trafegando com marcas difusas discursivas desse complexo elo enunciativo, sem que este seja detido e nem a sua referência oferecida. É nessas condições que envolvem processos de bifurcações, desencadeamentos etc., em que emerge o sintoma do desamparo informativo, segundo as discursividades que do caso se ocuparam (FAUSTO NETO, 2013). É certo que a mediação, no seu atual estágio, se constitui em um processo interacional de referência. Sabe-se que tecnologias convertidas em meios e as linguagens se constituem em fonte de produção de sentidos, criando novas formas de interações. Mas pode-se dizer também que geram complexidades, na forma de paradoxo: ao mesmo tempo em que este processo se oferece como referência, é também fonte de instabilidade. Das dinâmicas e do deslocamento das estruturas dos campos para processualidades e do desencadeamento de fluxos, emergem circuitos dando origem ao desamparo e, por consequência, à erosão da referência. Faço apenas um último registro sobre o desamparo, como uma das consequências desses novos fluxos da circulação, como lugar de materialização de sentidos. Ele é exemplificado pelas reações do próprio campo jornalístico e de outros campos sociais, diante

das buscas de referências para interpretar as últimas manifestações de rua no Brasil, em julho de 2013. São veiculados fragmentos de reflexões de um *ombudsman* sobre o modo como seu jornal cobriu as ocorrências: “Quem entrevistar, se são milhares e não há líderes?” (FSP, *Ombudsman* A8, SP 23 jun. 2013). Como o processo interacional promulgado por campanha publicitária midiática – **“A Folha segue o que eu penso e o que eu não penso. A Folha me segue e eu sigo a Folha”** – poderá ser enfrentado?, indaga ainda o colunista especializado (FSP, *Ombudsman*, A8. SP, 30 jun. 2013), diante das fraturas nos processos de mediação. Suas indagações são acompanhadas por uma autoridade policial carioca que, ao responder à pergunta de um repórter sobre como a polícia estaria negociando o andamento das manifestações, observava, também na forma de pergunta: “Com quem dialogar? Porque agora é tudo redes sociais”. É verdade que a midiatização destaca-se como processo interacional de referência. Mas instaura também, através de afetações entre linguagens e circulação, situações de incompletudes de alguma forma lembradas pelas situações acima expostas.

REFERÊNCIAS

- AMAR, Georges. *Homo mobilis: la nueva era de la movilidad*. Buenos Aires: La Crujía, 2011.
- BOLLE DE BAL, Marcel. *Voyages au coeur des sciences humaines: de la reliance*. Paris: L’Harmattan, 2000.
- BOUTAUD, Jean-Jacques; Eliseo Verón. *Sémiotique ouverte itinéraires sémiotiques en communication*. Paris: Lavoisier, 2007.
- BRAGA, José Luiz. Circuitos *versus* campos sociais. In: JANOTTI JUNIOR, Jeder; MATTOS, Maria Ângela; JACKS, Nilda (orgs.). *Mediação & midiatização*. Salvador: Edufba; Brasília: Compós, 2012.
- _____. Mediatização como processo interacional de referência. *Anais do XV Encontro Anual da Compós, GT Comunicação e Sociabilidade*, Bauru: Unesp/Compós, 2006.
- CARLÓN, Mario; FAUSTO NETO, Antonio. *Las políticas de los internautas: nuevas formas de participación*. 1. ed. Buenos Aires: La Crujía, 2012.
- CULIOLI, Antoine. *Escritos*. 1. ed. Buenos Aires: Santiago Arcos Editor, 2010.
- FAUSTO NETO, Antonio. Chávez, morte e “desamparo informativo” na cena de circulação midiatizada. *Rizoma*, vol. 1, Santa Cruz do Sul: Edunisc, agosto 2013, p. 32-52.
- _____. La mediatización, ayer y hoy: discursos periodísticos en el diván de los internautas. In: CARLÓN, Mario; FAUSTO NETO, Antonio (orgs.). *Las políticas de los internautas: nuevas formas de participación*. 1. ed. Buenos Aires: La Crujía, 2012. p. 17-42.

- _____. Midiatização da enfermidade de Lula: sentidos em circulação em torno de um corpo-significante. In: JANOTTI JUNIOR, Jeder; MATTOS, Maria Ângela; JACKS, Nilda (orgs.). *Mediação & midiatização*. Salvador: Edufba; Brasília: Compós, 2012, p. 297-321.
- _____. Enfermidade em circulação: sou eu mesmo quem noticia o meu tratamento. *Revista Galáxia*, n. 22, São Paulo: PUC-SP, dezembro 2011, p. 237-249.
- _____. A circulação além das bordas. In: FAUSTO NETO, Antonio; VALDETTARO, Sandra (orgs.). *Mediatización, sociedad y sentido: diálogos entre Brasil y Argentina*. Rosario: Facultad de Ciencia Política y RRII, Universidade Nacional de Rosario, 2010, p. 2-17.
- _____. Enunciação mediática e suas “zonas de pregnancies”. In: VELÁZQUEZ, Teresa. *Fronteras*. 1. ed. Buenos Aires: La Crujía, 2009, p. 105-115.
- _____. “Nada tira, nada envolve, nada completa” – leituras em recepção do discurso midiático religioso. *Revista Famecos*, n. 36, Porto Alegre, agosto 2008, p. 98-104.
- _____. Antonio. Comunicação das organizações: da vigilância aos pontos de fuga. In: OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; SOARES, Ana Thereza Nogueira (orgs.). *Interfaces e tendências da comunicação no contexto das organizações*. São Paulo: Difusão Editora, 2008, p. 39-64.
- _____. El discurso político: entre la autonomía y el control del proceso enunciativo – observaciones sobre la mediatización de la campaña electoral 2006. In: PAEZ, Meyra; IARA, Glades. *Lenguaje y interpretación sociocultural: avances y perspectivas*. Bogotá: Editora da Universidade Distrital, 2008, p. 173-201.
- _____. *Ombudsman*: a interrupção de uma fala transversal. *Revista InTexto*, v. 2, n. 19, Porto Alegre: UFRGS, julho/dezembro 2008, p. 1-15.
- _____. Contratos de leitura: entre regulações e deslocamentos. *Diálogos possíveis*, ano 6, n. 2, Salvador: FSBA, julho/dezembro, 2007, p. 7-27.
- _____. A midiatização jornalística do dinheiro apreendido: das fotos furtadas à fita leitora. *Comunicação: Veredas*, ano 6, n. 6, Marília: UNIMAR, novembro 2007, p. 77-90.
- _____. O jornalismo e os limites da representação. In: *Discursos estudos da linguagem como prática social*. Rio de Janeiro: Nupec/UFRJ (Núcleo de Pesquisas e Estratégias de Comunicação), 2005, p. 11-30.
- _____. *O corpo falado – a doença e morte de Tancredo Neves nas revistas semanais brasileiras*. João Pessoa: UFPb/Proed-MEC, 1988.
- FAUSTO NETO, Antonio; SGORLA, Fabiane. A travessia de Fátima Bernardes: “estamos órfãos: o JN não tem mais sentido”. In: OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; MARCHIORI, Marlene (orgs.). *Comunicação, discurso, organizações*. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2013. p. 195-212.
- _____. Zona em construção: acesso e mobilidade da recepção na ambiência jornalística. *Anais do XXII Encontro Anual da Compós, GT Recepção: processos de interpretação, uso e consumo midiáticos*, Salvador: UFBA/Compós, 2013.
- JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1995.
- LUHMANN, Niklas. *Introdução à teoria dos sistemas*. Petrópolis: Vozes, 2009.

- MOUILLAUD, Maurice. Postures Du lecteur. *Revista QUADERNI*, n.24. Paris, 1994.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. Experiência, modernidade e campo dos média. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (orgs.). *Reflexões sobre o mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Revan; Teresina, PI: Universidade federal do Piauí, 2000.
- VERÓN, Eliseo. Do contrato de leitura às mutações na comunicação. In: MELO, José Marques de; GOBBI, Maria Cristina; HEBERLÊ, Antonio Luiz Oliveira. (Org.), *A diáspora comunicacional que se fez escola latino-americana: as ideias de Eliseo Verón*. São Bernardo do Campo: Cátedra Unesco/Metodista, Universidade Metodista de São Paulo, 2008.
- _____. *Fragments de um tecido*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.
- _____. *La Semiosis Social*. Barcelona: Gedisa, 1996.
- _____. Sémiosis de l'idéologie et du pouvoir. *Communications*, n. 28, Paris, 1978, p. 7-20.
- VERÓN, Eliseo; LEVASSEUR, Martine. *Ethnographie de l'exposition l'espace, le corps et le sens*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1989.

CAPÍTULO 4

O MÉTODO PRAGMATICISTA PROMOVE CONVERGÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS NA COMUNICAÇÃO?

Francisco José Paoliello Pimenta

4.1 Introdução

Em trabalho anterior (PIMENTA, 2012), apresentamos a hipótese de que a ciência da comunicação tem como objeto os incessantes processos de criação, produção e interpretação de referências a contextos possíveis, existenciais ou ideacionais, ou de articulação entre eles, que envolvem sistemas vivos, inteligências artificiais, ou seus híbridos, o que sempre conduz os agentes a algum grau de mudança, afetando seus modos de perceber, de agir, ou de raciocinar, ou suas combinações. Destacamos, então, que tal concepção se articula com o pragmati(ci)smo de Charles Peirce, em especial às suas proposições relacionadas ao significado, ao tratar da ideia da razoabilidade; à estética, em suas referências ao Kalós (o admirável); e à semiótica, por meio do conceito de interpretante, entre eles o lógico último e o final. Apresentamos, ainda, a ideia de que tal concepção de objeto está articulada ao que vimos observando na ambiência contemporânea, marcada pela convergência e hibridização sîgnica, derivadas da comunicação ampliada por suportes digitais.

Conforme é de conhecimento já bastante amplo, o Pragmaticismo não se reduz apenas a considerações sobre as inferências abduativas e suas propriedades de caráter diagramático, formadores da hipótese, e contempla as demais etapas do percurso que se deve percorrer para alcançar o conhecimento, sob a dominância dos outros dois tipos de inferência, a dedução e a indução. Isso porque constitui um método derivado da razoabilidade lógica da natureza e, portanto, parte das vaguezas do pensamento hipotético, mas vai muito além, em busca das regularidades que dão significado aos processos sob investigação. Nas palavras de Peirce:

A Abdução fornece todas as nossas ideias sobre as coisas reais, além daquelas dadas na percepção, mas é mera conjectura, sem força probatória. A Dedução é certa, mas refere-se apenas a objetos ideais. A Indução dá-nos a única aproximação para a certeza sobre o real que podemos ter. Em quarenta anos de estudo diligente sobre os argumentos, nunca encontrei um que não consistisse desses elementos. Os sucessos da ciência moderna devem nos convencer de que a indução é o único imperador capaz da busca da verdade. Assim, o Pragmaticismo é simplesmente a doutrina de que o método indutivo é o único essencial para a verificação do significado intelectual de qualquer símbolo (PEIRCE, 1931-58: 8.209).

Assim, o Pragmaticismo transcende as primeiras operações mentais diagramáticas formadoras das hipóteses, as associações por similaridade iniciais que dão origem aos processos do conhecimento, e se volta, necessariamente, para o real fora de nosso pensamento. Isso se dá, primeiro, por meio da dedução dos possíveis efeitos práticos da hipótese, e, em seguida, por meio dos testes indutivos realizados sobre esses efeitos, de forma a se constituir, então, como uma lógica da descoberta não somente mental, individual ou antropocêntrica. A descrição desse percurso rumo ao conhecimento é, nada mais, nada menos, que o propósito da Máxima Pragmática de Peirce.

A partir daí, pretendemos, aqui, questionar se o método de pesquisa articulado a tal concepção é útil para a compreensão do modo como se dão os processos comunicacionais, e, em função disso, verificar em que medida seus procedimentos atendem à diversidade de abordagens teóricas na área, tendo em vista a lógica empregada. Caso tenha de fato tal aplicabilidade, o método pragmaticista pode ser útil para a redução de tensões na área, ao revelar proximidades ainda não percebidas.

4.2 Investigação científica e pragmaticismo

A questão proposta no título se justifica na medida em que, a partir da ideia da razoabilidade e, daí, do método pragmaticista, pretende-se chegar a uma concepção geral do processo de investigação científica e de obtenção de um conhecimento novo, o que estabeleceria, em decorrência, os critérios para o que se intitula um processo de comunicação genuíno. Em síntese, tal processo segue a seguinte lógica: num (1) contexto de conhecimento habitual, surge um (2) fato novo, obscuro, o que nos predispõe a uma atitude de (3) lançar hipóteses explicativas a serem (4) testadas por meio de experimen-

tações práticas no ambiente no qual nossas mentes operam, conduzindo-as a (5) fazer julgamentos que respondem, pelo menos provisoriamente, ao novo fenômeno que alterou o contexto anterior. Acredita-se que diversas vertentes do campo comunicacional conduzam assim suas pesquisas, mesmo que, às vezes, sem a consciência de estarem operando dessa forma, ou mesmo discordem de seus pressupostos, derivados do pragmaticismo.

Tal similaridade decorria, segundo essa hipótese, da concepção pragmaticista de que a lógica do raciocínio humano não é exclusiva dessa espécie, mas, ao contrário, foi desenvolvida, até biologicamente, a partir de processos naturais com características universais. Essa concepção, derivada do realismo moderado adotado por Peirce, com base em Aristóteles e Duns Scot, pressupõe, portanto, a constante referência a um padrão lógico sob o qual opera a razão, incluindo a nossa, ou seja, a razoabilidade, ou o “pensamento” do universo.

A evolução da espécie, sob a influência dessa razoabilidade, nos possibilitaria ampliar nosso conhecimento a respeito do ambiente em que vivemos, incluindo aí os processos de comunicação, uma vez que seríamos constrangidos a agir dessa forma para obter resultados, pois não seria essa espécie que determinaria os padrões por meio dos quais os fenômenos se dão. Concebe-se que existam ocorrências nas esferas das culturas que podem fugir a essas normas, contrariando a razoabilidade. Porém, no longo prazo, procedimentos com essas características tenderiam a ser superados pela acaçapante superioridade das regularidades universais.

De fato, é comum, em nosso campo, a ideia de que a comunicação humana é um fenômeno eminentemente cultural, às vezes tomada até mesmo como regulada pelo código das línguas ocidentais, no caso de Derrida, predominantemente o verbal escrito, pensamento reforçado pelas vertentes conceptualistas e estruturalistas da linguagem. O pragmaticismo defende, contudo, que esse padrão é apenas uma apropriação, de caráter ínfimo, de processos lógicos que ocorrem no universo. Na última década, o desenvolvimento dos processos multicódigos estaria indicando a fragilidade da concepção de comunicação a partir de padrões meramente linguísticos.

A partir dessa ideia de razoabilidade, tomada como a lógica ou “pensamento” do universo, o pragmaticismo é, então, apresentado como um método dela derivado, o qual intenta descrever as etapas por meio das quais alguém adquire conhecimento de algo. Como tal obtenção do conhecimento tem de se dar necessariamente por meio de processos envolvendo algum tipo de percepção, e, daí, de interpretação sógnica, sua descrição serve também

como critério para o que seria um processo de comunicação bem-sucedido, de caráter genuíno.

4.3 As etapas da obtenção de conhecimento

A partir desses pressupostos, dos quais muitas vertentes de estudos comunicacionais devem discordar, em especial aquelas que enfatizam as matrizes especificamente culturais, chegamos à descrição pragmaticista das etapas que caracterizam a obtenção de conhecimento, ou seja, dos processos sógnicos, ou comunicacionais, bem-sucedidos. Nessa esfera, acreditamos que as concordâncias deverão ser bem mais expressivas. Conforme descrevemos acima, o processo seria: (1) contexto de conhecimento habitual; (2) fato novo, obscuro; (3) hipóteses explicativas; (4) teste por meio de experimentações; (5) julgamentos.

Por meio desse método, é possível analisar os fluxos comunicacionais como uma subclasse dos processos de conhecimento em geral, na medida em que compartilham os mesmos objetivos, ou seja, de aprimorar uma compreensão anterior de algum objeto, seja tal comunicação uma simples conversação ou trocas informacionais sobre temas de alta complexidade. A pesquisa em comunicação é conduzida, assim, por meio dos procedimentos habituais das investigações científicas, o que, no pragmaticismo, implica considerar os estágios da abdução, dedução e indução na busca de um maior esclarecimento sobre o objeto.

Descreveremos, portanto, a seguir como se dá a tentativa de apreender os objetos comunicacionais por meio desse método, apresentando alguns pontos fundamentais de como se articulam abdução, dedução e indução a partir do pragmaticismo.

O primeiro procedimento, a abdução, entendida como lógica da descoberta, ocorre em resposta a algo novo, que nos desafia a explicá-lo por algum motivo relevante. Nosso ambiente é repleto de processos sógnicos, comunicacionais, e, obviamente, não é possível pesquisá-los em sua totalidade. A experiência do pesquisador desempenha, aí, um papel importante, na medida em que lhe permite escolher aquilo que merece uma investigação. A partir disso, a abdução compreende desde os primeiros juízos perceptivos, passa pelo *insight* que arrisca uma explicação, debate-se perante o diagrama icônico gerado e chega ao julgamento que constitui a hipótese. É possível que algumas investigações se detenham nesse processo interno de avaliação

do diagrama icônico em busca das melhores hipóteses em termos de seus aspectos heurísticos, porém, a uma certa altura, terão de se expor ao teste experimental externo à mente dos pesquisadores envolvidos.

A dedução entra em cena, a seguir, deixando, em primeiro lugar, a hipótese bem explicada, para, então, partir para sua demonstração, na forma de um corolário ou um teorema. Passa, assim, por cinco fases, a saber: (1) afirma a hipótese; (2) constrói um diagrama; (3) observa e detecta, por meio do ícone mental então criado, relações diferentes daquelas usadas em sua construção; (4) assegura que as relações observadas estão em todas as representações da hipótese; e (5) afirma o assunto em termos gerais. O resultado dessa fase, ou seja, a contribuição da fase dedutiva, é a definição das consequências experimentais derivadas da hipótese, mas não explícitas nas premissas, a serem, então, testadas na indução.

Finalmente, a terceira fase do método, a indutiva, sustentada na inferência de que todos os membros de uma classe terão as mesmas propriedades de uma amostra ao acaso dela. Não é uma mera explicação de fatos já observados, mas um teste genuíno de novas relações deduzidas como consequências experimentais das hipóteses formuladas anteriormente. Compreende a fase da classificação, quando ideias gerais são atadas a objetos da experiência; a comparação, que dará a estimativa da proporção de confirmação da hipótese pela experiência; e a sentencial, que arriscará, então, descrever a lei que governa a frequência daquela classe. Naturalmente, cada um desses passos envolve uma infinidade de detalhes que não cabem aqui.

4.4 Uma hipótese e seus efeitos

A seguir, apresentaremos possíveis aplicações do uso dessa metodologia, a partir de pesquisas que desenvolvemos desde 2001. Conforme defendemos acima, partimos de um contexto de conhecimento habitual no qual surge um fato novo, obscuro, no caso, como obter a maior efetividade possível a partir das mudanças no pensamento comunicacional abertas pela operação com redes digitais. Não é nosso objetivo, aqui, nos estendermos sobre as mudanças causadas pelas novas tecnologias da comunicação, uma área de estudos já devidamente reconhecida pela comunidade acadêmica internacional, exatamente em função das alterações que vem causando tanto na esfera das práticas comunicacionais quanto da compreensão delas por parte da ciência, e sobre o que dedicamos atenção há cerca de trinta anos.

Nesse âmbito, e em decorrência da crescente interligação dos equipamentos digitais por meio de redes durante a última década, temos observado a emergência da necessidade de uma melhor compreensão das mudanças nesses processos, visando o melhor aproveitamento possível das novas oportunidades comunicacionais daí advindas. Para a consecução desse objetivo, torna-se importante, conforme vimos acima, o estudo das várias etapas dos pensamentos comunicacionais utilizados, por meio da elaboração de hipóteses que permitam que os pontos mais relevantes venham, gradualmente, a ser mais bem esclarecidos.

Daí, nossa hipótese inicial é de que os processos de comunicação possibilitados pelas redes digitais estimulam pensamentos em constante transformação com maior efetividade comunicacional, quando produzidos de forma multicódigos. Enfatizamos, portanto, um aspecto condicional, ou seja, a operação por meio de processos comunicacionais multicódigos para a efetivação dessas mudanças, o que constitui nosso *insight* na composição de uma possível explicação para os fenômenos observados.

A partir dele, com base na lógica triádica de Peirce, constituímos um diagrama icônico composto de três aspectos, que permitiu a ampliação de sua capacidade explicativa. Por meio do diagrama, concebemos que a operação por meio de processos multicódigos provavelmente gera maior efetividade comunicacional pelo fato de as mentes se comunicarem de forma: (1) sinestésica, reproduzindo múltiplas qualidades, tipos e padrões de seus objetos, pela comunicação multicódigos permitir representações com múltiplos padrões de semelhança possíveis; (2) presencial, ubíqua e imediata, pela comunicação multicódigos permitir representações com múltiplos padrões de relações existenciais espaciais e temporais com seus objetos; e (3) consciente dos processos e hábitos inferenciais que estão a utilizar, pela comunicação multicódigos oferecer representações com múltiplos padrões de lógicas sígnicas.

Assim aprimorada por meio desse diagrama triádico, a hipótese passou, a seguir, pelo processo dedutivo, por meio do qual foram estabelecidas três possíveis consequências experimentais ou efeitos práticos a serem testados: (1) sensações de permanente compartilhamento comunicacional possível; (2) adoção de atitudes voltadas para processos comunicacionais de caráter coletivo, globalizado e instantâneo; e (3) a consciência das atuais mudanças nos processos cognitivos como meio de se obter maior eficiência comunicacional.

Apresentaremos, portanto, a seguir exemplos dos testes indutivos realizados.

4.5 Primeiro exemplo de teste – a mente de pesquisadores do grupo de epistemologia da comunicação da Compós

O primeiro teste de nossas hipóteses refere-se à pesquisa realizada sobre textos apresentados no encontro de 2007 do grupo de trabalho Epistemologia da Comunicação, da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Seus autores, embora reunidos em torno do tema, derivavam de posturas diversas frente ao problema da configuração do campo da Comunicação no país.

Em artigo apresentado ao mesmo grupo em 2008, intitulado “Indeterminação; o ‘admirável’; a crescente comunicabilidade”, defendemos que nove dos dez trabalhos selecionados no ano anterior tinham, em comum, ênfases relacionadas a fenômenos caracterizados como “incertos”, da esfera do “sensível”, “intuitivos”, “subjetivos”, marcados pela “diversidade”, “despercebidos” e “instáveis”. A partir daí, e da compreensão de que os processos comunicativos consistem eminentemente de representações sógnicas, apresentamos a ideia de que o conceito de “esteticamente admirável”, de Peirce, poderia ser útil para entendermos essa convergência de posturas epistemológicas.

Agora, ao tomar esse mesmo *corpus* como base, podemos confirmar o primeiro efeito previsto por nossa hipótese, ou seja, de que pensamentos apoiados em redes digitais, ao se comunicarem de forma multicódigos, produzirão sensações de permanente compartilhamento comunicacional possível. No caso, a confirmação está relacionada às conclusões obtidas por meio dos processos comunicacionais observados pelos pesquisadores e não àqueles vividos por eles próprios, uma vez que essa situação não foi testada. Ou seja, foi-nos possível constatar a ocorrência de sensações de compartilhamento por meio da adoção, por parte dos pesquisadores, dos resultados de seus experimentos.

A pesquisadora Malena Contrera enfatizou a ideia de consciência participativa e de “comunhão” para uma melhor compreensão do atual ambiente comunicacional. Tarcyane dos Santos defendeu a abertura às “sensações”, na medida em que “a comunicação, o tornar comum, não é a busca de um sentido único ou a homogeneização dos seres”. Paulo Masella falou de um espaço comum de pertencimento, com base em Merleau-Ponty, e

Irene Machado, ao tentar compreender as interações comunicativas desencadeadas pelos “signos informáticos”, destacou o “contexto” das conexões imprevisíveis por meio da “mente da cultura”.

Também verificamos nesse grupo de autores, por meio da descrição dos resultados de suas pesquisas, algumas aproximações em relação ao segundo efeito previsto por nossa hipótese, ou seja, da possível adoção de atitudes voltadas para processos comunicacionais de caráter coletivo, globalizado e instantâneo. Segundo Malena Contrera, só uma espécie de reencantamento, promovido pela consciência participativa, da empatia e dos vínculos no processo de comunicação, seria capaz de trazer vida à teoria da comunicação. Irene Machado enfatizou “o conflito como base da interação que mantém a divergência, abrindo caminho para o surgimento de hibridismos, paradoxos, relações, transmutações”. Masella, ao opor o acontecimento comunicacional à técnica, inseriu-o numa “matriz espacial”, na medida em que sua ocorrência dependeria de um espaço comum de pertencimento, numa relação entre corpos, e de subjetividades.

Já em relação ao terceiro possível efeito previsto por nossa hipótese, de consciência das atuais mudanças nos processos cognitivos como meio de se obter maior eficiência comunicacional, quase todos os pesquisadores, de uma forma ou de outra, destacaram, pelo menos, o ambiente de mudanças na esfera da epistemologia da Comunicação. Malena Contrera criticou a influência dos paradigmas “mecanicistas e cartesianos” sobre os estudos da Comunicação no atual contexto de “desencanto”. Tarcyane Santos enfatizou o “caos epistemológico” que teria dominado a área face ao “impacto das novas tecnologias”. Regina Rossetti defendeu que um saber mediado precisa transcender os conceitos rígidos para chegar à intuição movente, e libertar-se de conceitos pré-fabricados, para, citando Bergson, criar “representações flexíveis, móveis, quase fluidas, sempre prontas a se moldarem sobre as formas fugitivas da intuição”. Masella defendeu que a própria epistemologia tenha uma matriz espacial, de forma a incluir as relações entre os corpos em seu “espaço contínuo de intersubjetividade. José Luiz Braga destacou a necessidade de um trabalho de “descoberta”, ou “invenção” na epistemologia da comunicação, que seria “inevitavelmente um processo de risco”. E Immacolata Lopes propôs ao grupo pensar o problema epistemológico como saber “sem lugar”, atópico, impossível de ser situado numa escala disciplinar.

Portanto, nesse primeiro exemplo de teste da hipótese pudemos constatar algumas confirmações de seus possíveis efeitos, a partir de uma amostra independente, o que atende a uma das principais exigências das pesquisas

qualitativas. A amostra utilizada pode ser considerada independente na medida em que não foi selecionada a partir de sua adequação à hipótese, com base em suas características práticas. Ao contrário, tomada ao acaso, foi testada para verificar a ocorrência ou não dos possíveis efeitos deduzidos da hipótese, o que nos permite inferir que outros membros dessa classe terão as mesmas propriedades dessa amostra, uma vez que foi definida sem predeterminações.

4.6 Segundo exemplo de teste – o ciberativismo zapatista

O segundo exemplo se insere em algumas pesquisas que desenvolvemos nos últimos anos relativas ao ciberativismo ibero-americano, nesse caso um trabalho sobre os zapatistas mexicanos, cujo movimento foi um dos precursores desse tipo de atividade política por meio das redes digitais. A pesquisa foi desenvolvida em parceria com a bolsista de iniciação científica Pibic/CNPq Ana Paula Avellar Rivello, e um de seus resultados, o texto “Zapatismo e ciberativismo: a busca de uma conexão perdida”, visou descrever como o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) utilizou a internet para catalisar diversos movimentos sociais em torno de discussões pertinentes ao movimento indígena de Chiapas e contra o neoliberalismo.

Em sua conclusão, o trabalho apontava que, ao longo de 14 anos de mobilização social, o EZLN combinou o uso das redes digitais com a promoção de encontros, debates, publicação de livros, passeatas, mobilizações e emissões radiofônicas, que resultaram na formação de uma rede descentralizada de trabalho voluntário ativista. Contudo, o setor de comunicação ressentia-se, naquele momento, de um gerenciamento mais consciente dos novos meios, o que, talvez, contribuiu para uma desarticulação no movimento e, daí, para sua frágil inserção estratégica.

Ao tomar o ciberativismo zapatista como objeto de análise a partir dos resultados dessas pesquisas, não confirmamos o primeiro efeito previsto por nossa hipótese, ou seja, de que pensamentos apoiados em redes digitais, ao se comunicarem de forma multicódigos, produzirão sensações de permanente compartilhamento comunicacional possível. Ao contrário, apesar de um início promissor, mesmo que sobre a base de simpatizantes, quando chamou atenção de todo o mundo para o movimento por meio da rede, o zapatismo não investiu nas possibilidades deste novo meio de comunicação em toda a extensão permitida por seu caráter multicódigos, de modo a possibilitar tal sensação de compartilhamento.

O *site* Europa Zapatista foi, na época, uma aposta nesse sentido e visava reverter o quadro na medida em que conseguisse desenvolver ambientes imersivos, que constituíam, desde então, o tipo de plataforma digital com o maior grau de sofisticação. O endereço continua disponível, porém manteve um formato ainda excessivamente apoiado na linguagem verbal, deixando, portanto, de explorar as possibilidades representativas dos múltiplos padrões de semelhança possíveis com seus objetos, permitidas pelos processos multicódigos. De acordo com nossa hipótese, tal limitação impede que as mentes se comuniquem de forma sinestésica, reproduzindo múltiplas qualidades, tipos e padrões de seus objetos, e, daí, possibilitem a geração da sensação de compartilhamento citada.

Também verificamos problemas em relação ao segundo efeito previsto por nossa hipótese, ou seja, de possível adoção de atitudes voltadas para processos comunicacionais de caráter coletivo, globalizado e instantâneo. Ou seja, uma orientação nesse sentido esteve presente desde o início do movimento e até, mais tarde, balizou a criação do *site* europeu, porém o estímulo para esses relacionamentos existenciais dependia de uma plataforma síglica bem desenvolvida. Outro ponto que até hoje prejudica a confirmação dessa hipótese é o extremo isolamento em que sempre se encontraram as comunidades zapatistas, com acesso restrito à tecnologia digital e sem a cultura que fundamenta sua utilização.

Por outro lado, o movimento organizou uma série de encontros internacionais sustentados por uma rede de solidariedade que auxiliou no diálogo entre os insurgentes, a imprensa, a sociedade e organismos internacionais. Em abril de 1996, quando o EZLN organizou o Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, também chamado de Encontro Intergaláctico, houve a participação de 5 mil pessoas de 42 países. Naquele momento, o EZLN dependia de voluntários para divulgações na internet, mas o segundo e terceiro encontros “Intergalácticos”, que aconteceram em 1997, em Barcelona, e em 1999, em Belém, no Brasil, já possuíam os seus próprios sítios digitais.

Em 1996, o EZLN havia proposto a construção da Frente Zapatista de Libertação Nacional (FZLN), que se formaria a partir de comitês civis de diálogo. Seis meses depois da convocação, haviam se formado cerca de 400 comitês civis locais em todo o país, com cerca de 5 mil ativistas. Daí, em 1997, foi realizada a marcha motorizada dos 1.111 zapatistas até a cidade do México para a fundação da Frente. Entretanto, apesar desses esforços na construção de uma estrutura em rede, a utilização da internet como

alternativa midiática permanecia tendo uma importância reduzida para o movimento, conforme afirmamos acima, comprometendo seus efeitos comunicacionais.

O braço civil do EZLN durou quase dez anos até ser extinto, em novembro de 2005. Pouco depois, foi lançada, em escala mundial, a “Sexta Internacional”, buscando reunir apoios internacionais. Porém a iniciativa também fracassou. Aos poucos, por motivos diversos, incluindo a violência contra jornalistas no México, a imprensa foi deixando de noticiar os eventos promovidos pelo movimento. Assim, ficou ainda mais distante a possível adoção de atitudes voltadas para processos comunicacionais de caráter coletivo, globalizado e instantâneo.

Quanto ao terceiro possível efeito previsto por nossa hipótese, de consciência das atuais mudanças nos processos cognitivos como meio de se obter maior eficiência comunicacional, só se pode dizer que, se isso ocorreu, foi somente nos anos de maior mobilização e com resultados limitados. Para Michael Löwy, os Encontros Intergaláticos foram um passo para a reconstrução de uma nova solidariedade internacional, uma espécie de herdeira ideológica do internacionalismo proletário (LÖWY, 1989). Um dos fatores novos era a atitude de reconstruir uma solidariedade internacional por meio de articulação e interação de diversas lutas de resistência, baseada no reconhecimento das diferenças e na conjunção de objetivos comuns. Emir Sader também fala da consciência de princípios universais que permitiriam à humanidade se reconhecer como totalidade com iguais direitos na mais completa diversidade (SADER, 2005).

Contudo, tais efeitos de “solidariedade internacional”, previstos por Löwy, e de “consciência de princípios universais”, de Sader, não parecem ter se disseminado a partir das ações ciberativistas do movimento zapatista, sendo, concomitantemente, notória a progressiva perda de sua relevância em escala global. De fato, a autoconsciência dos processos sócio-culturais e, em decorrência, a mudança de hábitos nos parecem ser uma situação bastante excepcional, derivada do envolvimento da mente interpretadora com mediações semióticas sofisticadas, sustentadas em plataformas multi-códigos e com fortes relacionamentos com o contexto existencial representado, o que nos leva a concluir pela não confirmação desse efeito previsto no caso analisado.

4.7 Breves considerações finais

Não cabe aqui adiantarmos quaisquer julgamentos de caráter geral sobre esses resultados em relação à hipótese lançada, uma vez que os casos acima apresentados se limitam, neste artigo, apenas a servir de exemplos para a metodologia apresentada. Em outro trabalho, ainda em desenvolvimento, apresentaremos muitos outros casos de forma a termos uma amostra consistente para que se possa, de fato, falar em um teste empírico.

Entretanto, com esses exemplos, esperamos ter tornado um pouco mais clara a questão colocada no início, ou seja, se o método pragmatista pode ser útil para os estudos na esfera da Comunicação e, ainda, se seria possível sua aplicabilidade em um amplo espectro de pesquisas na área. Conforme vimos acima, tal método, por partir de uma concepção bastante genérica dos procedimentos científicos visando descobertas, pode vir, de fato, a ser utilizado pelas mais diversas vertentes de estudos, resguardando, ainda, eventuais particularidades necessárias às suas aplicações.

Uma dificuldade que pode ser apresentada, contudo, está ligada à possível exigência de uma compreensão mínima de alguns outros aspectos da obra de Peirce, em especial o conhecimento de como se opera triadicamente com suas categorias. Entendemos, todavia, que, embora essa compreensão certamente conduza a um melhor aproveitamento do método, sua ausência não constitui uma situação impeditiva para o trabalho com as etapas previstas e, daí, para a obtenção de resultados satisfatórios relativos às pesquisas realizadas.

REFERÊNCIAS

- PEIRCE, Charles Sanders. *Collected Papers*. 8 vols. Cambridge: Harvard University Press, 1931-1958.
- _____. *The Essential Peirce*. 2 vols. Indiana: Peirce Edition Project, 1998.
- PIMENTA, Francisco J. Paoliello. Pragmatismo: referência epistemológica para ciberativistas? In: FERREIRA, Jairo (orgs.). *Cenários, teorias e heranças do campo acadêmico da comunicação*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007a, p. 171-185.
- _____. Comunicação Digital e Pensamento Mutante. In: *Lumina*, v. 6, n. 1, Juiz de Fora: PPGCom UFJF, 2012, p. n/d.
- PIMENTA, Francisco J. Paoliello; VARGES, Julia P. Second Life: vida e cidadania além da realidade virtual? *Comunicação & sociedade*, v. 28, São Bernardo: UMESP, 2007; p. 13-27.

- PIMENTA, Francisco J. Paoliello; SOARES, Letícia P. EuroMayday 2004 e o Ativismo Político pela Rede. *Revista Líbero*, vol. VI, São Paulo: FACASPER, 2004, p. 30-35.
- SANTAELLA, Lucia. *O método anticartesiano de C. S. Peirce*. São Paulo: Unesp, 2004.
- SILVA, Renata Prado. *World of Warcraft: semioses para produção de envolvimento em jogos eletrônicos*. Dissertação de Mestrado em Comunicação, Juiz de Fora: Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFJF, 2010, 114 f.
- SILVEIRA, Lauro Frederico. *Curso de semiótica geral*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

REFERÊNCIAS DO EXEMPLO 1

- BRAGA, José Luiz. Comunicação: disciplina indiciária. *Anais do XVI Encontro Nacional da Compós, GT Epistemologia da Comunicação*. Curitiba: UTP/Compós, 2007.
- CONTRERA, Malena Segura. Em meio ao desencanto: a comunicação fundada no pensamento mecânico-funcional. *Anais do XVI Encontro Nacional da Compós, GT Epistemologia da Comunicação*. Curitiba: UTP/Compós, 2007.
- FRANÇA, Vera. Contribuições de G. H. Mead para pensar a Comunicação. *Anais do XVI Encontro Nacional da Compós, GT Epistemologia da Comunicação*. Curitiba: UTP/Compós, 2007.
- LOPES, Maria Immacolata. Comunicação, Disciplinaridade e Pensamento Complexo. *Anais do XVI Encontro Nacional da Compós, GT Epistemologia da Comunicação*. Curitiba: UTP/Compós, 2007.
- MACHADO, Irene. Em Contexto, Fora do Contexto: experiências sistêmicas nos estudos da comunicação como mente da cultura. *Anais do XVI Encontro Nacional da Compós, GT Epistemologia da Comunicação*. Curitiba: UTP/Compós, 2007.
- MASELLA, Paulo. Comunicação: entre o espaço visível do meio técnico e o invisível do acontecimento. *Anais do XVI Encontro Nacional da Compós, GT Epistemologia da Comunicação*. Curitiba: UTP/Compós, 2007.
- PIMENTA, Francisco J. Paoliello. Semiótica, como teoria da representação, e o campo da Comunicação. In: COUTINHO, Iluska; SILVEIRA, Potiguara (orgs.). *Comunicação: tecnologia e Identidade*. Rio: Mauad X, 2007b, p. 11-22.
- _____. Indeterminação; o “admirável”; a crescente comunicabilidade. In: *Revista FAMECOS*, n. 38, Porto Alegre: EDIPUCRS, abril, 2009, p. 37-43.
- ROSSETTI, Regina. A Linguagem como Mediação da Intuição. *Anais do XVI Encontro Nacional da Compós, GT Epistemologia da Comunicação*. Curitiba: UTP/Compós, 2007.
- SANTOS, Tarcyanie Cajueiro. O Acontecimento Comunicacional. *Anais do XVI Encontro Nacional da Compós, GT Epistemologia da Comunicação*. Curitiba: UTP/Compós, 2007.

REFERÊNCIAS DO EXEMPLO 2

- BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (orgs.), *Chiapas: construindo a esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- BUENROSTRO Y ARELLANO, Alejandro. *As raízes do fenômeno Chiapas: o já basta da resistência zapatista*. São Paulo: Alfarrabio 2002b.
- CONDEARENA, Luis. *Chiapas: el despertar de la esperanza*. San Sebastián: Tercera Prensa, 1997.
- DELARBRE, Raúl. *Medios: el nuevo poder ante el Estado mexicano*. Disponível em: <http://raulrejo.tripod.com/Mediosensayos/Elnuevopoderreal_libroCIE-SAS_2005.htm>. Acesso em: 23 maio 2008.
- FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. *A guerra é o espetáculo: origens e transformações da estratégia do EZLN*. Dissertação de Mestrado, Campinas: Unicamp, 2003, 366 f.
- KLEIN, Naomi. *Cercas e janelas*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- LE BOT, Yvon. *La guerra en tierras mayas*. México DF: Fondo de Cultura Económica, 1995.
- _____. *O sonho zapatista*. Lisboa: Edições ASA, 1997.
- MONTEMAYOR, Carlos. *Chiapas: La rebelión indígena de México*. México, DF: Ed. Joaquín Mortiz, 1997.
- MORELLO, Henry James. E-(re)volution: Zapatistas and the Emancipatory Internet. *A contracorriente*, vol. 4, n. 2. Raleigh: North Carolina State University, winter, 2007, p. n/d.
- ORTIZ, Pedro. *Zapatistas online*. Dissertação de Mestrado, São Paulo: ECA/USP, 1997.
- _____. *Zapatistas: a velocidade do sonho*. Brasília: Entrelivros/Thesaurus, 2006.
- PIMENTA, Francisco J. Paoliello. *Hipermidia e ativismo global*. Rio de Janeiro: Sotese, 2006.
- _____. Pragmatismo: referência epistemológica para ciberativistas? In FERREIRA, Jairo (orgs.). *Cenários, teorias e epistemologias da comunicação*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007, p. 171-185.
- PIMENTA, Francisco J. Paoliello; RIVELLO, Ana Paula. *Zapatismo e ciberativismo: a busca de uma conexão perdida*. *Comunicação: práticas e fronteiras*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2012, p. 101-114.
- SADER, Emir. *Os porquês da desordem mundial*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

CAPÍTULO 5

COMO ESTABELECEER INTERFACES ENTRE A COMUNICAÇÃO E OUTRAS ÁREAS DE CONHECIMENTO OU PRÁTICA?

Carlos Pernisa Júnior

5.1 Questões e problemas

Como relacionar em um mesmo objeto de estudos a comunicação em geral e a comunicação mediada? Nessa abordagem abrangente, como apreender o aspecto comunicacional presente nos diferentes modelos de interface com outras áreas de conhecimento ou prática?

Não é fácil pensar a comunicação na contemporaneidade. Essa constatação mostra que uma série de questões não respondidas vem à tona a cada vez que se tenta definir o que é a comunicação hoje. Entre várias tentativas, Luiz Signates, em sua fala no IV Seminário de Epistemologia e Pesquisa em Comunicação – (Capes/Procad), realizado em São Leopoldo-RS, em outubro de 2012 –, propõe que a comunicação tenha quatro pontos fundamentais que a distinguem de todas as outras áreas de conhecimento: o entre, a audiência, a linguagem e o movimento. Já José Luiz Braga (2012b, p. 6-7) propõe que a comunicação deva ser transformadora para ser efetiva. Essas abordagens merecem, então, uma atenção especial, no sentido não de responder à questão geral sobre o que se entende por comunicação na atualidade, mas sim para poder se observar melhor o que está se pensando sobre isso e quais são os possíveis caminhos para se continuar investigando.

Segundo Signates, quatro elementos devem ser observados. Cada um deles indica para questões relevantes. Inicia-se por aí a abordagem aqui proposta. Primeiramente, o entre. Na visão de Signates, o entre é um dos aspectos determinantes da comunicação. Aqui, o entre pode ser tratado como interfaces, aquilo que fica na zona intermediária. Pode-se perceber que as interfaces são como espaços potenciais, nos termos de Winnicott (1975, p. 133-152), que define esses espaços como zonas intermediárias entre o

que é externo e o que é interno a uma pessoa. A interface também pode ser entendida como aquilo que fica entre duas coisas que são diferentes entre si. Então, por que a comunicação deve ser pensada em termos de interfaces? Inicialmente, por estar nessa zona intermediária, entre coisas que são diferentes entre si, seja numa comunicação interpessoal ou numa mediada. Seguindo o raciocínio, a própria ideia de comunicação pressupõe um contato entre pessoas – e coisas – diferentes.

Continuando a lista, Signates propõe a audiência como um item relevante. Essa pode ser vista como o outro, a alteridade, não necessariamente uma grande quantidade de pessoas. Por que se pensar a comunicação como audiência? É a alteridade que faz com que a comunicação se ponha em jogo, em movimento de um para o outro. Essa busca pelo outro é que faz com que a comunicação se dê, se estabeleça. Sem a alteridade não há comunicação. Na própria ideia anterior de entre, a alteridade já está posta como um dos elementos da relação entre diferentes.

O terceiro ponto é a linguagem. Porque ela é o que constitui a relação entre os participantes do processo comunicacional. É na linguagem que se processa a comunicação. Sem linguagem não há a relação entre os elementos diferenciados na zona intermediária das interfaces. Essa linguagem está presente das mais diferentes formas e pode ser variada de acordo com o tipo de comunicação que se tem. Numa comunicação em geral, não mediada, a fala costuma ser o elemento mais relevante, mas o gestual e as expressões faciais também contam bastante para se compreender o que está sendo dito pelos atores da relação. Já na comunicação mediada, os elementos colocados à disposição da relação pelo veículo – meio – são determinantes para o processo comunicacional.

O último aspecto é o movimento. É exatamente essa busca pelo outro, como já mencionado, o que faz com que a comunicação se estabeleça. Sem movimento não há comunicação. Pode-se entender o movimento também como circulação, aproximando-se do que propõe Braga (2012a, p. 38-42).

Entende-se, então, que se pode demarcar o campo da comunicação dentro desses limites, o que auxilia a compreensão do processo comunicacional. No entanto, mesmo se aceitando esses aspectos levantados por Signates, eles seriam suficientes para relacionar em um mesmo objeto de estudos a comunicação em geral e a comunicação mediada?

Antes de se dar uma resposta, a pergunta é que deve ser ressaltada. O que distingue a comunicação em geral da comunicação mediada? Seria só a presença do veículo, do meio, que interferiria em todo o processo? Pode-se

dizer que há relevância no modo de se comunicar se existe aí um meio, o qual traz um canal para que se estabeleça a relação. Seguindo no mesmo raciocínio, a presença de algo que medeia a relação também interfere na própria estrutura da comunicação. O que se precisa verificar é se apenas tal presença indicaria uma ruptura tal que indicasse duas formas distintas do comunicar.

Para pesquisadores que tomam a mediação como o mais relevante da relação, essa resposta é sempre positiva. O meio seria o fator determinante que colocaria a comunicação em um patamar diferenciado em relação à comunicação em geral. No entanto, isso não parece ser suficiente para esclarecer o que foi colocado. O que poderia – e deve ser feito – é colocar a ênfase na relação e não só no meio. As interfaces parecem ser mais determinantes do que os meios. As interações deveriam ser mais bem observadas antes de se colocar apenas o meio como determinante para o comunicar. Há aí muito o que se questionar antes de se tirar conclusões sobre a comunicação mediada. Volta-se a atenção para as interfaces e para a circulação.

5.2 Possibilidades da comunicação

Faz-se necessário, contudo, verificar as duas possibilidades de comunicação. A divisão que normalmente se faz é entre aquela que não tem mediação e a mediada. Na verdade, pode-se pensar também sobre isso. Por que não verificar quais poderiam ser essas divisões? Uma possibilidade que se apresenta neste trabalho é a de discutir uma outra organização dessa comunicação. Há uma discussão sobre a comunicação destinada a um público e aquela que não tem essa intenção, pelo menos a princípio. Assim, uma possível divisão da comunicação seria em quatro partes: duas que tratam da publicidade – no sentido de tornar público – e duas que não têm necessariamente essa intenção. As quatro são: comunicação presencial (face a face); documental (cartas, fotografias, documentos em geral); informacional (jornalística); e artística/estética (artes em geral). Note-se que a comunicação de massa fica vinculada apenas à informacional. No entanto, a mediação normalmente só não se dá na comunicação presencial, mas há sempre a observação de que o modelo mais estudado e levado em conta seria o de massa.

Começa-se a pensar de que comunicação se trata: se comunicação em geral – aí, há os problemas colocados por Albuquerque (2002) sobre a sua real extensão – ou se comunicação de massa – que não dá conta mais de uma série de questões que estão postas pela contemporaneidade. A dificuldade

principal parece ser a de não manter mais a exclusividade do modelo de massa e incorporar os problemas vindos das outras três partes, ou seja, das comunicações presencial, documental e artística/estética. Como pensar uma comunicação que não é mais somente aquela dita massiva?

Existiriam, então, dois grandes campos da comunicação, inicialmente, a saber: um que trata da comunicação face a face e da comunicação documental – que operam sem a necessidade de terem seus conteúdos tornados públicos – e outro que é voltado para esta publicidade, que trataria da comunicação como informação, mas também da comunicação como arte, ou com fins estéticos ou expressivos. Logicamente, é difícil estudar os dois campos de modo a cobrir tudo o que os dois dão conta – Albuquerque (2002) coloca a questão como se a comunicação em geral fosse o campo das ciências sociais como um todo. Evitando cair nessa armadilha, mas valendo-se da mesma questão, parte-se para a seguinte pergunta: é possível, hoje, separar a comunicação em geral da comunicação mediada? Mesmo que se queira dizer que a sociedade atual, como um todo, é mediada – o fenômeno da midiatização da sociedade –, o problema se mantém sob uma outra ótica. Pierre Lévy, já na década de 1990, indicava isso ao verificar que a comunicação abarcava não só a questão dos meios de massa, mas também que a comunicação em geral apresentava-se cada vez mais a partir das tecnologias que estavam sendo implantadas no momento (LÉVY, 1993). O autor faz referência textual a isso:

Seria a transmissão de informações a primeira função da comunicação? Decerto que sim, mas em um nível mais fundamental o ato de comunicação define a situação que vai dar sentido às mensagens trocadas. A circulação de informações é, muitas vezes, apenas um pretexto para a confirmação recíproca do estado de uma relação (LÉVY, 1993, p. 21).

Não dá mais para não observar a comunicação como fenômeno cultural – e relacional. Ainda que se coloque a questão da interpretação, do espiritual diante da não hermenêutica e do material, há que se perceber a configuração atual da comunicação. Ao lado da constatação de que mesmo a comunicação mediada é diferente com o advento da computação, há mais a ser visto aí. A comunicação está mais próxima – cada vez mais, segundo Santaella (2003) – da arte, e também há diversos pontos que podem ser expostos como aspectos em comum entre a comunicação face a face ou documental e a comunicação mediada por computador, ainda que esta última não se coloque na mesma linha do não publicável.

Todas essas misturas parecem indicar – ainda que não se possa ter uma certeza disso, dada a proximidade com os acontecimentos – que há dois fatores que merecem ser levados em conta aí. Um é que o campo não pode se configurar como algo exclusivo e que está em constante negociação com os outros, dando margem a entender nesse aspecto uma mescla de diversas áreas, e, além disso, há a questão de se observar as diferenças que se colocam quando se fala de comunicação hoje – não é só comunicação de massa, não pode ser só comunicação mediada de alguma maneira, não pode se ter a ideia de algo totalmente exclusivo, mas, talvez, ao contrário, inclusivo; daí o aporte de discussões de diversas outras áreas e essa parceria que está aqui ressaltada com a arte. Isso se traduz em interfaces e circulação.

Sem desmerecer e, pelo contrário, enaltecendo trabalhos anteriores sobre o tema – tanto dentro desse Procad quanto no âmbito das discussões da Compós –, busca-se entender melhor tanto a análise dos que defendem uma exclusividade do campo da comunicação quanto os que celebram a influência da cibercultura. Não se trata de adotar uma ou outra postura ou fazer somente a crítica sem nenhuma proposição. O que se quer é entender a comunicação como um fenômeno de relação – conforme Barbosa (2012, p. 150-152) –, como movimento e circulação, já pensando, então, como Braga (2012a) e Fausto Neto (2010). Dessa forma, coloca-se a dúvida acerca da posição que defende algo que seja puro em comunicação, já que, por essa via que está sendo aqui apresentada, ela se constituiria, pelo contrário, da mistura, da troca, das influências de diversas áreas. Pode-se dizer, como demonstra Albuquerque (2002), que essa postura pode ser geral demais e compreender todo o arcabouço das ciências sociais, conforme já citado. Entretanto, há que se perceber melhor este fenômeno da relação e da circulação como marcas distintivas da comunicação e que, por isso mesmo, caracteriza bem a área. Ao lado disso, pode-se entender ainda que a relação e a circulação se dão numa zona bem determinada, que é a da cultura. Pode-se mesmo dizer que o campo da comunicação é a interface entre a cultura e a linguagem – ou as linguagens.

Analisando a cultura em relação aos estudos de Winnicott (1975), Lins e Luz (1998), pode-se perceber aí que ela – a cultura – é fruto do ato de brincar, ato este que tem relação com a noção de jogo – de Huizinga (1980) – e que desvela o conceito de espaço potencial em Winnicott (1975, p. 133-152). É esse o espaço da cultura, e é aí que vai acontecer também a comunicação – em qualquer nível. Esse espaço é intermediário, nem dentro nem fora, ou seja, não está no interior de alguém ou lhe é totalmente externo. O que se propõe aqui é entender esse espaço como “interface”, que também tem essa característica

do *entre*. Chegando a essa conclusão, busca-se observar a comunicação como interface, ou como modelo de produção de interfaces. Assim, a comunicação é onde se dá a criação das e nas interfaces; local do movimento, da circulação.

Volta-se aqui, então, às observações da fala de Signates no encontro de São Leopoldo, em 2012, que busca exatamente esse “puro” na comunicação – ainda que não seja com a noção de exclusivo ou excludente. Pode-se perceber o quão é interessante verificar que essa pureza não é atingida plenamente porque está na relação entre – como Signates mesmo coloca.

Além disso, analisando as características de movimento e audiência, percebe-se que esse movimento é sempre em direção ao outro, à alteridade – no caso, a audiência –, o que implica, de início, uma diferença fundamental, que não pode – e nem deve – garantir algo puro, mas já misturado, nessa relação entre pessoas que não são semelhantes, pois sempre há algo de diferente que as distingue.

Por fim, a linguagem é algo construído, não pronto. Há a convenção aí presente, que abre também possibilidades diversas de interpretação, já que não se trata simplesmente de denotação, mas algo que pode ser da ordem da conotação. Esse aspecto, muitas vezes, não é percebido, pois acredita-se que a língua e a linguagem são como que inatas ao ser humano e não construções de mentes em busca de um entendimento comum. Essa ressalva é importante para dar ênfase ao poder conotativo da linguagem, que a torna dinâmica e que também traz transtornos e desafios para quem lida com ela. Se tudo fosse da ordem do denotativo, bastava dizer uma palavra para que o entendimento sempre fosse claro, perfeito. Contudo, há que se interpretar, buscar o sentido de uma fala ou uma outra forma qualquer de expressão.

Nota-se a importância de se colocar o aspecto artístico da comunicação. É nesse ponto que se pode perceber melhor a ligação entre as duas áreas e os desafios que estão propostos nessa aproximação. Não se trata, neste momento e nem neste trabalho, de um esforço em dar conta de toda a relevância dessa constatação. Trata-se, muito mais, de lançar uma luz sobre essa questão, que deverá ser desenvolvida com mais calma em trabalhos posteriores¹ e que já

1 Há também interesse em analisar a questão da não comunicação, proposta por Winnicott e estudada por Rogério Luz, mas que não será tratada a fundo neste texto. Adianta-se que se trata de um impulso do artista em não querer mostrar a sua obra ao público, o que o coloca num dilema entre se expor, colocando a sua obra em circulação, ou se resguardar, não mostrando o fruto de seu trabalho, mas também se isolando de seu público potencial. Esse dilema é colocado pelos dois autores citados como comunicação e não comunicação no âmbito artístico.

foi vista em alguns outros textos anteriores deste autor (PERNISA JÚNIOR, 2009a; 2009b, por exemplo).

Passa-se, agora, a discutir mais dois outros pontos relevantes para este trabalho, utilizando-se de alguns exemplos sobre a comunicação nos dias atuais.

5.3 Participação e autorreferência

Colocados esses pontos teóricos centrais do estudo, volta-se a atenção para trazer exemplos empíricos, também fundamentais para este trabalho, que demonstrem o que está sendo tratado aqui, abrindo espaço para que as discussões não sejam puramente do campo da teoria. Poder-se-ia trazer uma enorme gama de exemplos e fazer estudos de casos. Isso, porém, não parece ser o mais relevante aqui, neste momento.

Foi pensado em trazer para a discussão o exemplo do holograma. Entretanto, a opção foi por manter aqui só uma proposta provocativa, sem um desenvolvimento maior neste trabalho. Basicamente, o que se queria era fazer referência ao comunicacional em geral, através de mensagens feitas por meio do holograma, e ao informacional e artístico-cultural. Uma mensagem que substituísse o face a face por meio de um holograma que responderia em tempo real ao interlocutor – feito com a ajuda de mecanismos de interação – seria possível, mas seria considerada como uma conversa comum? Uma situação, como a do filme *Superman*, em que o pai do herói – Jor-El, vivido por Marlon Brando – aparece em um holograma gravado para seu filho, interpretado pelo ator Christopher Reeve, e fala para ele, seria como um documento – semelhante a uma carta ou uma gravação em vídeo? Já no campo do jornalismo, as aparições holográficas de Zeca Camargo no programa dominical da Rede Globo de Televisão, *Fantástico*, poderiam ser consideradas como conversas entre apresentadores do programa, mesmo que um deles não estivesse realmente em cena, mas somente por meio da holografia? Por fim, o *holodeck*, proposto pelos autores de *Jornada nas Estrelas* e analisado por Janet Murray em *Hamlet no holodeck* (2003). É ele, ao mesmo tempo, um espaço para uma experimentação lúdica assim como para a criação artística, todo formado por hologramas, em que o participante imerge em um mundo específico, criado pelo aparato técnico que leva o nome de *holodeck*. Seria esse *holodeck* uma instalação artística? Essas provocações são feitas exatamente para se pensar a comunicação para além das fronteiras entre o face a face e o mediado, exatamente porque uma característica do holograma é a quase presença, já que não

se percebe o aparato técnico que forma a imagem que ele exhibe. Pode-se pensar em várias possibilidades, mas o que se quer é deixar isso aqui em suspenso, provavelmente sendo desenvolvido em outro momento de pesquisa. A ideia que permaneceu foi trabalhar com a participação e com a autorreferenciação.

Primeiramente, definindo esses termos. A participação é hoje uma das palavras mais utilizadas para tentar demonstrar como a comunicação está influenciando a sociedade. Em tempos de redes digitais de comunicação, a Web tem sido utilizada como espaço para uso compartilhado de diversos tipos. Um deles é o *crowdfunding*, a conhecida vaquinha, que era comumente feita como um rateio para comprar mais uma rodada de bebidas numa festa ou para angariar fundos para a aquisição de um presente, por exemplo. Em tempos de internet, essa prática foi incorporada pela Web e serve hoje para diversos projetos, conseguindo atingir muito mais pessoas e servindo para alavancar ideias que só podem ser colocadas em prática nesse ambiente de rede, como a produção de um CD musical ou de um filme para o cinema. Esse tipo de organização na rede está sendo chamado de cultura da participação ou de Web 2.0 ou ainda Web participativa.

Já por autorreferenciação, entende-se um outro tipo de comportamento, também difundido hoje nas redes digitais, mas nem por isso exclusividade delas. Umberto Eco (1984, p. 182-204) já percebia, na década de 1980, que a televisão estava se tornando autorreferencial. Essa característica estava vinculada a uma estratégia de prender o telespectador em seus domínios. Hoje é comum ver isso não só na TV, mas também na própria Web, com os portais que não permitem que os seus usuários façam incursões para fora de seus limites. Além disso, Pariser (2011) estuda atualmente o que ele chama de filtros-bolha – ou filtros invisíveis, numa tradução para o português –, que seriam resultado da chamada Web 3.0 ou Web semântica, dentro dos quais o usuário só receberia aquilo que tem relação com o que ele gosta ou “curte”, para usar o termo já famoso do Facebook. Assim, o espaço para o novo ficaria drasticamente reduzido, já que a intenção desses filtros é exatamente só deixar passar o que fosse do interesse e – especificamente – do gosto desse usuário, excluindo o que fosse diverso disso. Existem algoritmos que cuidam dessa seleção no computador de cada um, fazendo uma varredura nas escolhas do usuário e só permitindo a passagem de determinadas mensagens, excluindo todas as outras. É uma espécie de *gatekeeper* em forma de máquina, que trata de selecionar o que seria mais “relevante” para um determinado usuário da rede mundial de computadores. Isso, na maioria das vezes, sem o consentimento e nem o conhecimento do usuário.

Esse comportamento do filtro-bolha gera vários problemas que devem ser enfrentados. O principal deles é entender o que seria exatamente o gosto de uma pessoa. Parte-se do princípio de que todos já experimentaram o suficiente para formarem um juízo – praticamente imutável – de gosto que seria a base de todas as escolhas possíveis de um determinado ponto para frente. Ou seja, o que se pretende é fazer uma análise do que a pessoa vê, ouve, lê, compra, consome, de um modo geral, para determinar seu perfil de gosto. A possibilidade de haver novos interesses e a busca por outras tendências passa a ser minimizada, pois há um processo de indicação, característico da Web 3.0, de que, se determinado livro foi adquirido e outro livro, semelhante, fez sucesso entre os que adquiriram o primeiro, é bem provável que este último também seja do interesse da pessoa que fez a compra. A estatística entra na questão do juízo de gosto, conforme apontava, já na década de 1990 – data da publicação nos Estados Unidos –, Steven Johnson em seu livro *Cultura da interface* (2001), quando trata dos agentes sociais, principalmente.² Isso aliado ao comportamento de cada um na Web, como já descrito acima sobre o filtro-bolha.

Em função do que foi exposto, salvo se a pessoa tem interesses muito diversificados e faz buscas constantes por assuntos muito variados, a tendência é que ela fique refém dessa busca por similaridades na rede. Mesmo assim, isso não é uma garantia de diversidade, pois o próprio Pariser percebeu inicialmente a presença do filtro-bolha quando aconteceu a supressão de uma lista de contatos em sua página do Facebook, de pessoas que tinham ideias geralmente contrárias às dele – ele, um democrata, e os contatos suprimidos, republicanos. Vale ressaltar que isso não é obra de ficção científica, coisa de um futuro distante, e que já está acontecendo, mesmo fora da rede. Se a pessoa está diante da TV, conforme já colocava Eco, ela, muito provavelmente, já sentiu os efeitos da autorreferenciação. Caso ela navegue preferencialmente em portais da Web, também. O filtro-bolha só vem reforçar isso, utilizando-se de técnicas mais recentes que permitem utilizar o juízo de gosto das pessoas para influenciá-las em suas próximas ações, dentro e fora da rede. Desde a sua página no Facebook, passando pelas buscas no Google

2 Steven Johnson também trata do assunto como uma estrutura *bottom-up*. Isso é melhor desenvolvido em seu livro *Emergência: a dinâmica de rede em formigas, cérebros, cidades e softwares* (2003), onde ele fala que uma escolha da base pode influenciar em um comportamento em toda a cadeia envolvida na questão.

e *sites* de notícias.³ De certo modo, aqueles que mantêm sempre um ciclo restrito de conexões com outras pessoas também podem sofrer do mesmo mal, mesmo que não estejam num ambiente midiático, o que traria a questão para a comunicação em geral. O próprio Pariser foi questionado sobre isso em entrevista à revista *Época*, de agosto de 2012, e admitiu que

isso sempre existiu, mas o agravante da internet é que existe uma suposta neutralidade. Quando você lê uma revista ou liga a televisão, você tem uma ideia de qual é a linha editorial daquela publicação ou canal. O mesmo vale, mais ainda, quando você conversa pessoalmente com um amigo cujas opiniões políticas você conhece. Você sabe quais pontos de vista estão lá e quais não estão, e sabe onde encontrar os que ficaram de fora. No Google e no Facebook, nada é explícito. Você não sabe em que perfil de usuário os *sites* te enquadram nem em que informações se basearam para chegar àquela conclusão. Não é possível saber o que você está perdendo, que partes da internet estão fora de seu alcance. As informações desaparecem sem aviso (VENTICINQUE, 2012, s/p.).

Postos esses aspectos, como enfrentar o desafio de se manter o espírito de colaboração e participação de uma Web 2.0 em tempos de uma Web 3.0, onde o *marketing* e o controle exercido pelos algoritmos parecem ser mais importantes do que a questão semântica da busca por se entender o usuário da rede? Esse desafio pode ser percebido no próprio *crowdfunding*, onde um projeto é colocado para o público, que pode ou não adotá-lo para ser realizado. Trata-se de uma estratégia que tem suas ligações com o marketing, mas que promove a participação do usuário da rede e não sua alienação. Por outro lado, o modelo do filtro-bolha busca um isolamento mesmo da pessoa. O que se quer é que ela continue consumindo o que ela já conhece, o “mais do mesmo”, da música de Renato Russo, da banda Legião Urbana. O diferente e o diverso ficam praticamente de fora desse universo, pois a filtragem da máquina não permite muitas variações no que já está dado. Fausto Neto (2007) também destaca a autorreferencialidade

3 Eli Pariser, em entrevista à revista *Época*, em agosto de 2012, disse que o Google, depois da publicação de seu livro, “passou a permitir que as pessoas tivessem acesso aos resultados sem filtro mais facilmente”. Em todo caso, foi refeita, para este artigo, a experiência que Pariser propôs para dois amigos, em que cada um deles pesquisaria no Google a palavra “Egito” para ver se os resultados da busca seriam os mesmos. Tanto numa quanto na outra situação, o que se notou foi que os resultados são diferentes. O que se pode ressaltar é que, atualmente, os resultados não são tão díspares quanto antes, mas não são os mesmos. Para a experiência desse artigo, foi feita uma pesquisa com o *login* do autor no Google e outra, sem o *login*, em fins de 2012.

e a chamada à participação do público como estratégias complementares, basicamente no modelo televisivo.

Importante, então, entender que participação e autorreferenciação são dois aspectos que devem ser observados e discutidos no âmbito da comunicação contemporânea. Não seriam apenas esses, mas há que se destacá-los. A pergunta sobre como estabelecer interfaces entre a comunicação e outras áreas de conhecimento ou prática apresenta-se aqui para que se percebam ligações com a arte e com a cultura em geral, além de relações também com modelos econômicos – como no caso do *crowdfunding* – e de *marketing*. Além disso, pode-se pensar em discussões sobre direito, já que há questões sobre invasão de privacidade no uso de filtros na Web. Como a proposta não é resolver essas questões, acredita-se que sejam importantes para apontar a ligação com outras áreas. Seria possível até ampliar a lista com outras áreas de conhecimento, mas não é esse o foco deste estudo.

Procura-se, portanto, mostrar que a comunicação tem relações importantes com a cultura contemporânea e que se deve estar atento para isso, destacando como dois modos de utilização das redes digitais – participação e autorreferenciação – estão traçando caminhos específicos e, de certa maneira, opostos em relação às propostas colocadas para os usuários. Isso é fundamental para entender a comunicação como algo transformador.

5.4 Transformação

O último ponto a ser tratado aqui é a comunicação transformadora. O conceito colocado por Braga (2012b) tem que ser observado com muito cuidado. Como o próprio autor explicita, não se trata de ver a comunicação como algo unicamente bom. Essa armadilha não deixa espaço para entender as variáveis possíveis de serem encontradas em uma observação mais atenta. Assim, a transformação atua independente do resultado ser considerado bom ou ruim. O que importa é perceber a comunicação como transformadora no sentido de ir além do “passar uma informação”, no modelo proposto pela chamada comunicação de massa, de sair do “mais do mesmo” do filtro-bolha. Ressalta-se, assim, logo de início, que a Web 2.0 não é exatamente um modelo bom e que a 3.0 seria ruim. O que se quer perceber é que há movimentos, dentro do espaço entendido como Web 2.0, que podem ser considerados relevantes, já outros não são tão bem aceitos. O mesmo ocorre dentro da esfera da Web semântica. Percebe-se, no entanto, que a participa-

ção é capaz de gerar um movimento em direção ao diverso, enquanto que a autorreferência traduz exatamente o contrário. O problema é enxergar que a participação não é a única característica da Web 2.0 e nem a autorreferenciação é a da Web 3.0.

Para ser transformadora, a comunicação deve ir além da passagem da informação. Deve-se pensar não só na mensagem, na sua transmissão, mas no processo comunicacional. Pode-se imaginar, então, a comunicação como algo criativo, que se relaciona com a transformação criativa e, por extensão, ao espaço potencial investigado por Winnicott (1975, p. 133-152).⁴ Percebe-se, aqui, a transformação como algo que tem relação com o movimento e como algo que está entre – um estado que provoca a mudança pelo movimento. Trata-se de um movimento entendido como circulação, como a chave do conceito – comunicação é o que circula num espaço de interfaces, que seria o espaço potencial, reconhecido neste estudo como o lugar da comunicação.

O espaço potencial é essencialmente criativo. Sem essa criatividade, ele simplesmente não pode ampliar-se, possivelmente nem existir.

Sugiro que a área disponível de manobra, em termos de terceira maneira de viver (onde há experiência cultural ou brincar criativo) [as outras duas seriam a realidade externa e a realidade psíquica interna], é extremamente variável entre indivíduos. Isso se deve ao fato de que essa terceira área é um produto das *experiências da pessoa individual* (bebê, criança, adolescente, adulto) no meio ambiente que predomina. [...] A extensão desta terceira área pode ser mínima ou máxima, de acordo com a soma das experiências concretas (WINNICOTT, 1975, p. 148, grifo do autor).

O elemento criativo pode ser considerado também como transformador, pois, quando se pensa em criar alguma coisa, passa-se necessariamente por alguma transformação. Não se pode, contudo, esperar que essa transformação seja sempre benéfica para quem se interessa por ela. Isso posto, há que se considerar alguns outros aspectos.

Indo um pouco além do interesse deste estudo, mas também para mostrar a sua relevância, apresenta-se aqui, neste momento, perguntas-problema sobre a comunicação, como algo que vai além daquela que somente

4 Sobre a questão da criatividade em Winnicott, devem-se observar principalmente os capítulos IV – O brincar: a atividade criativa e a busca do eu (*self*), V – A criatividade e suas origens, VII – A localização da experiência cultural e VIII – O lugar em que vivemos, do livro *O brincar e a realidade*, citado entre as referências.

trata da mediação. A tentativa de examinar a participação e a autorreferenciação como exemplos empíricos a serem assinalados aponta para aspectos que se julgam ser relevantes para esse tipo de investigação. Assim, observar a participação por meio do *crowdfunding* é levantar um caso possível entre milhões. Um exemplo levantado pela aluna do mestrado em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Flávia Medeiros Cocate, que analisa a questão da participação, é o da Banda Mais Bonita da Cidade, que produziu um CD por meio do *site* de *crowdfunding* Catarse. Nesse estudo, a mestranda aponta a música *Oração*, que foi um *hit* no YouTube e alavancou a produção do CD (COCATE; PERNISA JÚNIOR, 2012, p. 142-143).

Entre as perguntas-problema que seriam derivadas da pergunta inicial deste texto podem-se listar algumas. A existência da música na internet contribui para a participação das pessoas no processo de financiamento do CD? A resposta para a pergunta seria *sim*. No entanto, há que se perguntar outras coisas, que podem ser interessantes também para a análise da questão. O modelo de *crowdfunding* é a única forma de participação que pode contribuir para as produções culturais via internet? Há espaço para a chamada *vaquinha*, fora das redes digitais, para financiar projetos ligados à arte e à cultura? Essas perguntas não são para serem respondidas aqui, mas foram apresentadas exatamente para mostrar que esse caso não tem um único lado e nem que o *crowdfunding* não é exatamente midiático. Contudo, há que se observar a questão do *crowdfunding* vinculado à comunicação.

O outro aspecto tratado, o da autorreferenciação, também traz perguntas derivadas interessantes para serem discutidas, sempre no âmbito da comunicação. Há espaço para um modelo que fique fora da autorreferenciação, tanto para os portais da Web quanto para a programação da TV aberta? Há como se pensar em formação de um gosto artístico-cultural de uma criança em tempos de uma autorreferenciação exacerbada como a atual? Isso porque já se pressupõe sempre que as pessoas, de qualquer idade e nível de conhecimento, tenham capacidade de escolhas muito pessoais sobre assuntos diversos. Assim, estranhamente, alguém que ainda não tenha seu juízo de gosto formado deveria, por meio de suas escolhas, ter condições de organizar suas referências, sem ao menos ter como experimentar opções diversas. Isso parece ser tão interessante quanto perguntar mais sobre o poder dos filtros-bolha em tempos de Web 3.0.

Desse modo, buscar discutir a comunicação em geral e a comunicação mediada é essencial para que se possa continuar observando como elas se relacionam e como isso acaba por afetar outras áreas que são estabelecidas

pelas interfaces possíveis que se dão entre elas. Não para se dizer que comunicação é todo o campo das ciências sociais e muito menos para tentar aqui dizer o que é e o que não é comunicação. A proposta é muito mais continuar a perguntar sobre a comunicação, sobre suas relações e sobre os seus limites. Essas questões teóricas também não impedem de se procurar demonstrações empíricas de como a comunicação está se dando hoje, com todos os problemas que envolvem a participação e a autorreferenciação, escolhidas como exemplos, mas que, certamente, não são os únicos na esfera comunicacional. Isso também leva, como foi visto, a novas perguntas, que são derivadas da proposta que motiva este texto.

A pergunta inicial, então, deve ser muito bem observada e entendida, de modo a traçar possibilidades de pesquisa que efetivamente mostrem caminhos possíveis. Além disso, é preciso observar essa outra face da comunicação, a que procura a transformação e não a manutenção do que já está dado. Não que toda a comunicação será, por si mesma, transformadora e nem que a transformação seja, essencialmente, um sinônimo de algo bom. O que se busca é apontar para uma comunicação que se efetive de novas formas, que se notem diferenças entre os processos comunicacionais e que isso possa fazer com que quem estude a área esteja atento a essas questões. Essa forma de projeto é mais uma tentativa de se ver a comunicação como aquela que não é somente mediada e que se relaciona com outras áreas de conhecimento e de prática.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Afonso. Os desafios epistemológicos da Comunicação mediada pelo computador. *Anais do XI Encontro Nacional da Compós, GT Epistemologia da Comunicação*, Rio de Janeiro: UFRJ/Compós 2002.
- BARBOSA, Marialva Carlos. O presente e o passado como processo comunicacional. *Matrizes*, ano 5, n. 2, São Paulo: ECA/USP, janeiro/junho 2012, p. 145-155.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: ADORNO, Theodor *et al.* *Teoria da cultura de massa* (Introdução, comentários e seleção de Luiz Costa Lima). 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 205-240.
- BRAGA, José Luiz. Circuitos *versus* campos sociais. In: JANOTTI JR, Jeder; MATTOS, Maria Ângela e JACKS, Nilda (orgs.), *Mediação & Midiatização*. Salvador/Brasília: EDUFBA/ Compós, 2012a, p. 31-52.
- _____. Que questões são relevantes para pensar o objeto da Comunicação? (Tema do Seminário 2012 e debates). *Anais do IV Seminário de Epistemologia e Pesquisa em Comunicação*, São Leopoldo: Unisinos, Capes/Procad, 2012b.

- COCATE, Flávia Medeiros; PERNISA JÚNIOR, Carlos. *Crowdfunding: estudo sobre o fenômeno virtual*. *Libero*, v. 15, n. 29, São Paulo: FACASPER, junho 2012, p. 135-144.
- ECO, Umberto. *Tevê: a transparência perdida*. In: *Viagem na irrealidade cotidiana*. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini e Homero Freitas de Andrade. 8 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 182-204.
- FAUSTO NETO, Antonio. A circulação além das bordas. In: FAUSTO NETO, Antonio; VALDETTARO, Sandra (orgs.). *Mediatización, sociedad y sentido: diálogos entre Brasil y Argentina*. Rosario: Facultad de Ciencia Política y RRII, Universidad Nacional de Rosario, 2010, p. 2-17.
- _____. Contratos de leitura: entre regulações e deslocamentos. *Diálogos possíveis*, v. 6, Salvador: FSBA, julho/dezembro 2007. Disponível em: <<http://www.faculadadesocial.edu.br/dialogospossiveis/artigos/11/01.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2012.
- FELINTO, Erick. Da Teoria da Comunicação às teorias da mídia. Ou, temperando a epistemologia com uma dose de cibercultura. *Anais do XX Encontro Anual da Compós, GT Comunicação e Cibercultura*, Porto Alegre: UFRGS/Compós, 2011.
- _____. Materialidades da Comunicação: por um novo lugar da matéria na Teoria da Comunicação. *Ciberlegenda*, n. 5, Niterói: UFF, 2001, p. n/d. Disponível em: <<http://www.uff.br/mestcii/felinto1.htm>>. Acesso em: 10 set. 2012.
- HUIZINGA, Johan. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- JOHNSON, Steven. *Cultura da interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar*. Tradução de Maria Luísa X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- _____. *Emergência: A dinâmica de rede em formigas, cérebros, cidades e softwares*. Tradução: Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. Tradução de Valério Rohden e Antônio Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- LINS, Maria Ivone Accioly; LUZ, Rogerio. *D. W. Winnicott: experiência clínica e experiência estética*. Rio de Janeiro: RevinteR, 1998.
- MURRAY, Janet H. *Hamlet no holodeck: o futuro da narrativa no ciberespaço*. Tradução de Elissa Khoury Daher e Marcelo Fernandez Cuzziol. São Paulo: Itaú Cultural/Unesp, 2003.
- PARISER, Eli. *The Filter Bubble: What the Internet is Hiding from You*. New York: The Penguin Press 2011.
- _____. *The Filter Bubble*. In: TED Talk, vídeo, 9:05 minutos. Disponível em: <<http://www.thefilterbubble.com/ted-talk>>. Acesso em: 6 dez. 2012.
- PERNISA JÚNIOR, Carlos. Artes e comunicações em convergência: a questão das narrativas na era digital. *Anais da Intercom Regional, XIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste*, Rio de Janeiro, maio de 2009a.

- _____. Narrativas contemporâneas: comunicação e arte em tempo de convergência. *Anais da Intercom XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Curitiba, setembro de 2009b.
- PRIMO, Alex. Interação mútua e reativa: uma proposta de estudo. *Revista da Famescos*, n. 12, Porto Alegre: EDIPUCRS, junho 2000, p. 81-92.
- SANTAELLA, Lucia. *Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura*. São Paulo: Paulus, 2003.
- _____. *Por que as comunicações e as artes estão convergindo?* São Paulo: Paulus, 2005.
- SIGNATES, Luiz. Razões para se repensar o conceito de cidadania na comunicação (Texto apresentado e debates). *Anais do IV Seminário de Epistemologia e Pesquisa em Comunicação*. São Leopoldo, Unisinos, Capes/Procad, 2012.
- SODRÉ, Muniz. Comunicação: um campo em apuros teóricos. *Matrizes*, ano 5, n. 2, São Paulo: ECA/USP janeiro/junho 2012, p. 11-27.
- VENTICINQUE, Danilo. A internet esconde quem discorda de você. *Época*. São Paulo: Editora Globo. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/ideias/noticia/2012/08/internet-esconde-quem-discorda-de-voce.html>>. Acesso em: 20 dez. 2012.
- WINNICOTT, D. W. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

CAPÍTULO 6

HÁ UM LUGAR PARA O DISCURSO DA COMUNICAÇÃO NO CAMPO DA CIÊNCIA?

Goiamérico Felício Carneiro dos Santos

- ONDE leria eu os poemas do meu tempo?
- em que prisão-jornal?
- em que consciência-muro?
- em que berro-livro?

(Affonso Romano de Sant'Anna)

As sendas empreendidas nestes percursos investigativos foram ensejadas no âmbito das atividades de um pensamento instintivo que ensaiaram, primeiramente, encaminhamentos para uma renhida entrega aos ofícios de um ser enredado pela poesia. Também as atividades profissionais assumidas neste percurso de uma considerável existência levaram a outros engajamentos que oscilaram, concomitantemente, entre os campos do ensino da literatura conjugadas com as atividades profissionais na área da comunicação, mais precisamente em agências de publicidade e propaganda.

Ou seja, a questão que instiga as provocações ensejadas por este artigo estão centradas nas percepções acerca do fenômeno da comunicação, percepções que vêm de longe, pois foram emanadas de uma inescapável condição de poeta por sina ou vocação. Pode-se aduzir que as inquietações provocadas pelo pensar acerca de um lugar possível no qual se instaure a comunicação possivelmente decorram de um longo percurso formativo de uma vida que se deu nos âmbitos da educação formal, como estudante das linguagens, desde as fases de graduação, mestrado, doutorado até o pós-doutorado.

Portanto, a pergunta que aqui se faz decorre da tentativa de se propiciar um debate um pouco mais produtivo, que possibilite a abertura de novas angulações em torno às pesquisas realizadas pela área de comunicação. A nossa proposta consiste, assim, em apresentar uma pergunta que vislumbre

estímulos para que as nossas pesquisas, no âmbito acadêmico, não se percam nas repetições, abrindo-se, portanto, para outras perguntas, outras tentativas de repostas. Por isso, não pretendemos aqui fazer defesas de qualquer posicionamento de ordem pessoal e subjetiva. Nesse sentido, não se pretende advogar uma tese, mas suscitar provocações a partir do reconhecimento de que a área de comunicação tem ainda à frente desafios para que se possa instituir como campo teórico e reflexivo no âmbito das ciências sociais.

Nossos esforços se concentram no intento de propiciar uma contribuição, ainda que pequena, para que a área de comunicação possa problematizar os seus objetos e o seu lugar no campo da ciência, tendo em perspectiva as epistemologias da ordem do estético e do poético. Como corolário dessa autorreflexividade, quiçá os outros campos discursivos, das áreas afins – e também dos demais campos dos saberes –, vislumbrem novas percepções em torno da área da comunicação. Paralelamente, quem sabe as demais áreas do conhecimento não encontrem novas vias de inferências que possibilitem novos diálogos com o campo da comunicação? Augura-se, portanto, que a partir das perguntas e possíveis respostas construídas pela área da comunicação sejam geradas novas emulações dentro e fora do próprio campo comunicacional.

Nesse sentido, somos instados a compartilhar aqui a seguinte questão: há um lugar para o discurso da comunicação no campo da ciência? Ou seja, seria possível afiançar que o discurso da comunicação tem, forçosamente, que se constituir e se afirmar estritamente nas searas das ciências, tendo como premissas as epistemologias constituídas por esses campos científicos? Ou, avançando em nossas perquirições, pode-se ensejar que o discurso comunicacional pode se assumir numa condição cambiante, que alargue os seus horizontes ao se posicionar entre a ciência e a experiência estética? A partir dessas premissas, seria válido ter como assente que o fenômeno comunicacional, peculiarmente, possa se instaurar de um modo literatural, a partir das modulações poético-discursivas da mídia?

Dessa feita, nessas novas angulações, não teríamos que, permanentemente, assumir sempre renovado desafio, qual seja, o de se buscar empiricamente detectar o modo literatural de enunciação dos discursos midiáticos sem que as iminentes recaídas nas searas dos estudos de caso minimizem a tarefa? As provocações que aqui fazemos sob o corolário de perguntas não objetivam, nesta fase, fazer a propositura de legar respostas. Antes, o que se pretende é que essas perguntas ganhem ecos, suscitem novas perguntas e possíveis tentativas de respostas para que a área da comunicação possa superar os desafios que estão à frente. Quem sabe assim a comunicação possa se

reconhecer e ser reconhecida como um campo do conhecimento que goze de uma certa autonomia, ao mesmo tempo em que entre em diálogo com os outros campos, sem que as crises de identidade e deixem embotada?

Essas perquirições são derivadas de um longo percurso investigativo no qual canalizei minhas atenções no sentido de situar a mim mesmo como um ser ambivalente. À medida que os caminhos da vida levaram-me pelas searas das letras e da comunicação persuasiva, tinha um nó por desatar. Esta é a condição de um ser do entrelugar: sendo oriundo do mundo das letras, por formação e atuação profissional, como redator de agência de propaganda ao mesmo tempo professor de redação, literatura e comunicação. Sendo tanguido pesquisador para o mundo acadêmico, comprometido com as pesquisas acadêmicas, deparei-me com a própria condição de habitar campos antes dispersos. Assim, o dever de assumir as minhas aporias levou-me a tentar conciliar as pontas, as minhas antíteses, buscando possíveis sínteses à guisa de um testamento, um legado na vida acadêmica.

Portanto, minhas presentes perguntas tiveram origem nas reflexões que orbitaram as provocações que interpôs a mim mesmo: teria a comunicação como foco de problematização um objeto ou uma coisa? Ao considerarmos um observável nos estudos da comunicação como um objeto, não corremos o risco de que o *thaumazein*, o espanto, que poderia entreabrir novas angulações, se desse por perdido? Não por acaso, aquilo que nos é mais próximo, aquilo que nos punge e aflige, fica por aí, sem ser efetivamente tocado. Parece mesmo que ainda permanecemos aguilhoados, prisioneiros tal os homens se encontram na “Alegoria da Caverna”, em que Sócrates nos chama a atenção para as coisas do mundo e as suas essências:

Sócrates: Agora imagine a nossa natureza, segundo o grau de educação que ela recebeu ou não, de acordo com o quadro que vou fazer. Imagine, pois, homens que vivem em uma morada subterrânea em forma de caverna. A entrada se abre para a luz em toda a largura da fachada. Os homens estão no interior desde a infância, acorrentados pelas pernas e pelo pescoço, de modo que não podem mudar de lugar nem voltar a cabeça para ver algo que não esteja diante deles. A luz lhes vem de um fogo que queima por trás deles, ao longe, no alto. Entre os prisioneiros e o fogo, há um caminho que sobe. Imagine que esse caminho é cortado por um pequeno muro, semelhante ao tapume que os exibidores de marionetes dispõem entre eles e o público, acima do qual manobram as marionetes e apresentam o espetáculo (PLATÃO: *A República*, Livro VII [514a-517c], 1996).

Nessa descrição, o mestre Sócrates faz alegoricamente alusão aos homens que veem pelas sombras os objetos que passam. Assim são percebidos os homens que transportam os objetos: os sons que por vezes ouvem apenas completam a ilusão de que, efetivamente, tenham tido acesso à verdade, que possam ter tido a possibilidade de conhecer. Mas a essência das coisas do mundo a eles permanece inacessível, acorrentados que estão a uma ignorância que a todos cega.

Do mesmo modo ainda hoje, como outrora ocorrera, somos presas fáceis de tais percepções falsas, enganosas. Enganamo-nos e nos deixamos ficar contentes, realizados com o próprio enganar. Talvez essa perspectiva de vislumbramento do mundo se dê pelo fato de que somos instados a nos contentar com o pouco, com as coisas que nos deixam reconfortados. Essa zona de conforto seria possível apenas no âmbito da douta ignorância. A afirmação de um pretense saber, o qual nunca é questionado, acaba mesmo por suprimir o desejo de efetivamente conhecer as coisas e os fenômenos do mundo.

Por isso, esse falso conhecer acaba mesmo instituindo uma renitente tentativa de esquecimento. Esquecimento dos nossos próprios limites. Esquecimento, sobretudo, de que somos seres limitados, seres que têm acesso apenas às parcialidades do conhecimento. Os nossos gregos ancestrais eram tomados dessa condição de seres mortais e limitados. Os limites do conhecimento se constituíam como os seus martírios. Conhecer apenas a metade das coisas significava uma tragédia. Daí a tragédia de Édipo, que não se conhecia, não conhecia o seu passado, o anátema que os seus ancestrais sofreram, não conhecia assim o próprio destino. Daí o seu erro, a sua desdita, a sua tragédia de parricida, incesto e indigno de participar da vida na *polis*.

Portanto, até mesmo aquilo que pretensamente julgamos ser a mais concreta realidade pode não passar de um erro de percepção. Um engano a que somos levados quando miramos as coisas e os fenômenos do mundo como objeto. O objeto que está lá, apreensível, reconhecível, definitivamente escapa-se de nós. Condenamos, assim, aquilo que nos é coexistente ao incoexistente. Assim, sequer nos damos conta de que, na verdade, esse algo que ocorre sem que percebamos, esse acontecimento sutil, se encontra na ordem do incogitado, do imprevisito, impensado e impensável. Determinados em apenas considerarmos esse algo observável, esse acontecimento como um *objeto*, possivelmente, o manteremos cada vez mais distanciado das nossas tentativas de aproximação, ainda que ele esteja muito próximo do nosso cotidiano.

Nesse sentido, melhor nos resguardamos ante os equívocos postos à nossa frente. Como alternativa, proponho que consideremos que estamos

mesmo é diante de algo que traz mais que aquilo que apresenta em sua superfície. Melhor assumirmos a atitude de cautela diante de uma *coisa*. Uma coisa sempre pronta a surpreender. Uma *coisa* desafiadora, que nos pensa e nos faz pensar. Consideremos, pois, esse algo, esse acontecimento, esse objeto como uma *coisa*. Uma *coisa* com a qual, a partir dos nossos gestos mais inusitados, com as nossas próprias sensorialidades, possamos esboçar uma nova imagem do pensamento.

Em que sentido se daria essa nova percepção, essa imagem não da *coisa* em si, mas uma nova imagem do pensamento? Sem resvalar para as imprevisíveis, poderíamos admitir que, no lugar da representação do mundo e dos objetos, possamos nos empenhar em fazer a apresentação da palavra-*coisa*? Quem sabe, não sendo assim tão renitentes nas tentativas de ressignificar aquilo que se coloca ante a nós como pura presentificação, consigamos lograr êxitos mais efetivos? Aqui, novamente insistimos que, neste processo de ressignificação, não está implícita a tentativa de retorno, ou de retomada, de um significado anterior, uma forma ou sentido já estabelecido.

Nesse diapasão, devemos fazer investimentos na busca de elaboração de um pensamento comunicacional em que esteja adequadamente afastada da ideia de representação do mundo objetual. Porque a ideia de representação pressupõe um mundo dado, feito e estável. Significa também a institucionalização de uma forma de pensamento racionalizante, sempre com aptidões em apreender uma realidade codificável. Ou seja, assim seríamos capazes de plenamente decodificar os fenômenos unitários e que se interagem.

Somos levados a reconhecer que a cultura midiática, na fase em que o ritmo dos tempos líquidos impera, parece ditar esta condição: vivemos sob o ritmo da pressa, do efêmero, do impensado. Somos, por conseguinte, seres que se valem de vãs certezas, somos tomados pela pretensão de ainda estarmos no controle. Quase sempre não nos sentimos instados a fazer rupturas com o conhecido e prontamente acatado como a verdade mais insofismável. Decorreria este regime de certezas e do impensável do fato de que toda e qualquer forma de definição e julgamento são realizadas meramente à luz da razão idealizante?

Numa postura inversa, seria levarmos em conta que a nossa sociedade midiaticizada ultrapassou os parâmetros em que foi erigida a modernidade em suas fases anteriores. A sociedade que trazia em seus ideais a concepção de progresso, de novo, das rupturas, da superação, parece não mais ser possível de se sustentar. A modernidade enraizante, estribada nas tradições a serem superadas, tudo indica, parece ter chegado a um esgotamento, ou a um beco sem saída.

Antes de tudo, portanto, consideremos que estamos em meio a uma sociedade rizomática, sem referências fixas, sem começo e sem fim. Fiquemos assim atentos ao fato de que não mais podemos nos valer, em nossas concepções, dos valores nos quais se instaura uma nova figuração societária. Esta não mais se vale de vetores fixos, tangíveis e insubstituíveis. Portanto, encontramos-nos ante um impasse. Não nos é oferecida qualquer possibilidade de pronta e fácil superação, de rupturas. Afinal, em que consistiria esse sistema em que o rizoma vislumbra uma caosmose nas formas ramificadas da vida?

Um rizoma como haste subterrânea distingue-se absolutamente das raízes e radículas. Os bulbos, os tubérculos são rizomas. Plantas com raiz ou radícula podem ser rizomórficas num outro sentido inteiramente diferente: é uma questão de saber se a botânica, em sua especificidade, não seria inteiramente rizomórfica. Até os animais o são, sob a forma de matilha; ratos são rizomas. As tocas o são, com todas suas funções de habitar, de provisão, de evasão e de ruptura (DELEUZE; GUATTARI, 2004, p. 15).

Compreende-se, assim, que num sistema rizomático as conexões, dentro das cadeias da linguagem, por exemplo, ocorrem fora da linearidade e de uma sequência lógica apriorística. As cadeias semióticas que ocorrem são das mais diferentes ordens. Portanto, os modos de significação que são derivados de tais formas de des-organização que enunciam formas, efeitos e um novo estatuto em que se realizam as coisas.

Um rizoma não cessaria de conectar cadeias semióticas, organizações de poder, ocorrência que remetem às artes, às ciências, às lutas sociais. Uma cadeia semiótica é como um tubérculo que aglomera muitos atos diversos, linguísticos, mas também perceptivos, mímicos, gestuais cogitativos: não existe língua em si, nem universalidade da linguagem, mas um concurso de dialetos, de patoás, de gírias, de línguas especiais. Não existe locutor-auditor ideal, como também não existe uma comunidade linguística homogênea (DELEUZE; GUATTARI, 2004, p. 16).

Comprendemos com Deleuze e Guattari, portanto, que a língua se constitui numa cadeia infinita de heterogeneidades. Seria uma espécie de composto de forças heterogêneas, que exercem força de atração entre si, também aglutinando elementos outros ao redor. Essas forças de atração perfazem um jogo. Por meio dessas forças caosmódicas “o jogo se aproxima da pura atividade dos tecelões, a aqueles que os mitos atribuem às Parcas

e às Norns” (DELEUZE; GUATTARI, 2004, p. 16-17). Nesse sentido, não se pode conceber que a constituição de uma língua ocorra numa condição de dominância sobre outras línguas, pois “não existe uma língua-mãe, mas tomada de poder por uma língua dominante dentro de uma multiplicidade política. A língua se estabiliza em torno de uma paróquia, de um bispado, de uma capital. Ela faz bulbo” (DELEUZE; GUATTARI, 2004, p. 16).

Nessa condição rizomática, colocamo-nos face a uma realidade complexa, que não abre perspectivas outras que possibilitem ultrapassagens, avanços e superação. Tal realidade multifacetada, eivada de miríades, talvez nos dê os endereçamentos para formular questões que nos encaminhem a outras angulações epistemológicas. Ou seja, não seria pertinente ter em conta inferências outras para pensarmos o lugar e o objeto da comunicação a partir das estratégias sensíveis? Tais estratégias da ordem do sensível, sendo emanadas de novas percepções que nos coloquem fora do pretense controle do jogo societal, podem prescindir totalmente de um pensamento estritamente racionalizante? Como ponto de partida para essas novas inferências que permitam problematizar a comunicação, o seu lugar na ordem discursiva e o seu objeto, estaria a admissão de que a tarefa do pensamento se faz a partir de um sentir que antecede o pensar? Ou seja, para não ficarmos na condição de presas de um pensamento por demais racionalizante, que nos cegaria para a realidade, poderíamos exercer o ofício de pensar sentindo? Ou seja, o caminho do pensamento passaria pelas instâncias do pensamento que faz sentir? Sentir para se chegar a uma forma de pensamento não objetiva. Deixar que o pensamento entre em movimento, na dança dos sentidos. Buscando a imagem do pensamento, exerceríamos um pensamento que se enredaria no incognoscível. Estaríamos aptos a essas possibilidades de exercício do pensamento.

Mas algumas veredas se abrem como perspectivas para que busquemos respostas às nossas desafiadoras questões. Em *Por que estudar a mídia?*, Roger Silverstone (2002) pondera que a mídia deve ser estudada pelo fato de que ela faz parte do tecido de nossas vidas. Silverstone enfatiza que a retórica faz o vínculo entre o evento e a experiência, e ajuda a persuadir o espectador da importância do que está sendo comunicado.

Nessas veredas de possibilidades discursivas, vislumbramos o fértil campo do poético. A poética diz respeito às diferentes formas de narrativa com que os seres humanos se encantam e constroem sua autoimagem ao longo da história da humanidade. Pois a mídia também se encarrega de contar histórias, seduzir os leitores e espectadores. Podemos, portanto, projetar

a elaboração de uma poética da mídia para tentarmos compreender as suas estratégias. Compreender, enfim, os agenciamentos que possibilitam à mídia construir as suas narrativas poetizadas. Como a mídia consegue a proeza de construir as suas narrativas poéticas, que se estendem em textos-imagens. Narrativizações que se estendem para além do descritivo e da objetividade. Afinal, assim procedendo, as narrativas midiáticas nos enredam, provocando o deleite com histórias e estórias. Sejam essas narrativas dos planos da oralidade, da escrita ou simplesmente por meio de imagens, cumprem elas uma função fundamental. Tais narrativizações nos capacitam a não perdermos de vista a nossa condição humana.

Enveredados nessas sendas poéticas, pode-se investigar de que modo os discursos midiáticos (ficcionais ou factuais) envolvem os espectadores e criam significados, prazeres e sentimentos. No processo de interação com os dispositivos tecnológicos, nos jogos, vendo filmes e programas, de repente, instaura-se a magia e o encantamento. A ficcionalização da própria existência se instaura a partir do estado anímico, aptos ao poético, naqueles que se entregam nos devaneios, interagindo com o rádio, com a televisão, ou por meio dos dispositivos digitais de comunicação.

A mídia tende a construir narrativas poéticas para obter os efeitos de verossimilhança. Portanto, o poético já não seria reserva de domínio dos poetas, dos escritores, críticos, estetas e historiadores da literatura. Os historiadores mentem, colocam em suas construções discursivas o *fingire*, o fingimento no sentido da ficcionalização. A história se constituiria nos primados do gênero ficcional, literário? Tal assertiva nos conduz às conclusões de Paul Veyne (1998): levar às últimas conseqüências a ideia de que tudo é histórico nos levaria a incorrer no risco de tornar inofensivo o historicismo. O mesmo perigo não corre o discurso literário? Ou seja, levar também às últimas conseqüências a concepção de que agora tudo é literário pode também levar esse tipo peculiar de discurso a um estado inofensivo?

Os formalistas russos, no século XX, com suas ousadas teorizações (1976), numa posição de vanguarda histórica, também tentaram articular uma barreira, buscando a manutenção da reserva de domínio do específico literário. A essa propriedade os formalistas denominaram literariedade. Cabe aqui uma questão: afinal, esse específico literário, essa literariedade também não transmigrou para os novos dispositivos comunicacionais, que ensejam novas enunciações discursivas?

Estamos agora frente a novas e provocativas concepções acerca da apreensão do significado no texto literário. Para Fish (1993, p. 156), por exemplo,

“os significados não são propriedades nem de textos fixos e estáveis, nem de leitores livres e independentes, mas de comunidades interpretativas que são responsáveis tanto pela forma das atividades do leitor quanto pelos textos que essas atividades produzem”. A linguagem literária e a linguagem da comunicação de massa teriam, pois, suas configurações específicas e seriam reguladas por leis próprias, na medida em que têm objetivos diferentes. Enquanto aquela se ocupa do registro do poético e que por isso transcende a objetividade, esta nunca sai dos domínios da pura objetividade da língua buscando uma comunicação imediata, com efeitos-relâmpago e que não deixam rastro na construção do imaginário. O desenvolvimento da comunicação de massa se dá horizontalmente, não pressupondo qualquer tipo de profundidade. Enquanto isso, num escopo diametralmente oposto, a linguagem literária se daria no plano vertical, num processo que busca o efeito de conscientização no receptor. Ou seja, ao mesmo tempo em que empreende um mergulho na linguagem, cada vez mais rebuscada, problematizando a representação do real, empreende uma crescente elaboração da linguagem.

Nesse quadro, constatamos que a cena midiática cada vez mais vem assumindo a sua condição caosmódica. A linguagem rizomática não mais permite que as fronteiras, que antes delimitavam os gêneros discursivos, foram aos poucos sendo derruídas. Eis, portanto, as narrativas midiáticas assumindo o mesmo estatuto das obras inseridas no gênero literário. Não estariam assim algumas inferências teóricas fora do campo da comunicação, que permite pensar as narrativas midiáticas? Assim, não teríamos perspectivas de algumas angulações de pesquisa que possibilitem ensaiar a possível constituição de uma epistemologia de uma poética da comunicação?

Portanto, como pensar num discurso da comunicação dotado de autonomia plena, num tempo já demarcado por epistemes formuladas por outros campos? Para não cairmos numa cilada epistemológica, pretende-se que as perguntas que aqui fazemos possibilitem novas investidas nas searas dos discursos para, de alguma forma, fazer cintilar novas ressonâncias, novas dissonâncias na diferença e na repetição dos acontecimentos. Por isso, nessas novas premissas do sentir para pensar sentindo, nos colocamos prontos para a aventura do pensamento. Nesse sentido, como pensar lugar da comunicação?

Ao assumir a tarefa de se construir os discursos da comunicação com base numa linguagem que apresente o inusitado dos acontecimentos, que tipo de recepção seria obtida? Ou seja, ao se narrar cotidianamente os fatos, promovendo uma apresentação inaugural dos acontecimentos e das coisas do mundo, que efeitos podem ser provocados? Devemos, assim, postular

que precisamos insistir na busca de elaboração de um pensamento comunicacional em que esteja afastada a ideia de representação dos acontecimentos do mundo como objeto dado?

As respostas que as perguntas aqui formuladas requerem pressupõem necessariamente novas insurgências teóricas. Ou seja, novas angulações são exigidas aos observáveis que constituem o foco dos estudos em comunicação. Quem sabe, a partir da emersão de novas perspectivas de análise para a compreensão de um mundo cada vez mais fragmentado, possamos fazer o escrutínio desses novos e ainda pouco compreendidos enlaçamentos socioeconômico-estético-afetivos? Colocar em *locus* privilegiado tão somente a nossa capacidade de captar os eventos e os fenômenos do mundo torna-se insuficiente. Por outro lado, que se evite o malogro em fazer com que as perguntas dirigidas à busca da recuperação da dimensão do sensível não recaiam nas puras abstrações românticas. A recuperação da ordem do sensível a partir das enunciações discursivas da mídia, como se pode depreender, vai exigir a construção de epistemologias construídas sob a órbita do poético.

Dessa feita, sugerimos direcionar os investimentos teórico-metodológicos para uma tentativa de situar a comunicação fora dos campos dos saberes estáveis e estatuídos; e que os compromissos sejam efetivamente assumidos pela comunidade de pesquisa em comunicação. Nesse sentido, podemos aventar que será mais promissor pensarmos a comunicação como um sem lugar, sem lugares fixos, demarcados? Quem sabe esse entrelugar do discurso da comunicação nos encaminhe a pensar em uma ordem discursiva midiática acontecendo qual um fenômeno inusitado, como ocorre um acontecer poético?

Um acontecer, diga-se de passagem, que pode ocorrer não mais em lugares prefixados e assim se revele no *thaumazein*, a partir do espanto. Assim, a comunicação como acontecimento tenderia a se presentificar ubiquamente em nossos espaços-tempos. Nessa perspectiva, pensemos o acontecimento da comunicação sendo regido pelo mito de Proteus.¹ A comunicação se pre-

1 Segundo uma das principais variantes do mito, Proteus tinha para si a tarefa de guardar os rebanhos de Netuno, que se constituíam de grandes peixes e focas. Para o recompensar dos trabalhos que com isso tinha, Netuno deu-lhe o conhecimento do passado, do presente e do futuro. Mas não era fácil abordá-lo, e ele se recusava a todos que vinham consultá-lo. Menelau recebeu de Eidoteia a chave que faria com que o deus se decidisse a falar. Necessário se fazia surpreendê-lo durante o sono, e amarrá-lo de maneira que não pudesse escapar, pois ele tomava todas as formas para espantar os que se aproximavam: a de leão, dragão, leopardo, javali; algumas vezes se metamorfoseava em árvore, em água e mesmo em fogo.

sentificaria assim, inusitadamente, sem forma e substância fixas, sem gêneros, formatos e expressão de conteúdos estatuídos e inamovíveis.

Nesse sentido, a partir de nossas enunciações discursivas midiáticas, quem sabe, os enunciadores dos discursos constituiriam narrativas em abertura para o acontecer poético? A partir do momento em que se esteja aberto a novas experiências estéticas, provavelmente será deixada em segundo plano a ideia de que as coisas devem ter finalidades, que tudo deve se enquadrar na ordem do funcionalismo e do pragmático.

Immanuel Kant, em sua *Crítica da faculdade do juízo* (KANT, 1995), pondera que a experiência estética produz “sentimentos íntimos, de natureza diversa”. Seria aquilo que chamamos de belo, ou seja, o sentimento de algo que não se confina às dimensões e aos conceitos de que nos valemos para enfrentar o nosso mundo cotidiano. Seria com esse sentimento, com essa experiência estética do cotidiano, que alcançaríamos o sublime.

O acesso à experiência estética se daria a partir deste alumbramento apresentado por Martin Heidegger em seu ensaio *A origem da obra de arte* (HEIDEGGER, 2004): não são as coisas em si que, objetiva e diretamente, se apresentam aos nossos olhos. O que possibilita a nossa experiência estética está para além do objeto individual, que significa e emblematiza conceitualmente aquilo que está consabido no mundo. Há todo um conjunto de situações e circunstâncias que possibilitam o desvelamento do objeto que nos possibilitará o acontecimento a partir do desvelar do objeto. Até mesmo a situação histórica, a nossa disposição anímica e a nossa capacidade de estabelecer o olhar entranhado e estranhado podem fazer com que nos aproximemos da verdade. Qual seja, uma verdade íntima, pessoal, única e inaugural.

Na ordem do sensível, uma experiência estética residiria, como propõe Hans Ulrich Gumbrecht (GUMBRECHT, 2006) a partir de Martin Seel, numa *Estética da aparência*: a experiência estética não estaria diretamente no objeto, ou naquilo que ele nos expressa enquanto objeto individual. O conteúdo expresso por um objeto resultaria da nossa linguagem que a ele designa conceitos. O que seria capaz de resgatar o efeito de “aparência”? A nossa capacidade de desvincular o objeto do real em que está posto. A nossa disposição em estabelecer novas relações para que, assim, a nossa experiência estética aconteça. Por isso, devemos insistir com o argumento de Seel resgatado por Gumbrecht. “O efeito da ‘aparência’, no entanto, dependeria da desvinculação do objeto e do conceito dos contextos conceituais e materiais aos quais pertencem usualmente” (GUMBRECHT, 2006).

Que se adote, portanto, como *tropos* defensivos, mais ousadia no sentido de assumir as nossas percepções sensórias. Com esse aceno, com esse gesto, talvez se consiga cotidianamente ensaiar uma apresentação inaugural dos acontecimentos e das coisas do mundo. Com gestos de tal natureza, aos poucos, alhures, podem surgir contribuições para o desvelar dos acontecimentos que extrapolem o que está na ordem da decodificação. Quem nesses procedimentos logre êxito às tentativas de apreensão dos sentidos das coisas que antes em nada se mostravam capazes de nos surpreender? Nessa perspectiva, os atores da cena midiática se tornariam capazes de plena e prontamente tecer, qual as Parcas, os fenômenos unitários, fazendo-os entrar em interação. Nessa interação, quem sabe, se apresentaria uma nova miríade de sentidos das coisas?

Indo mais adiante nessas postulações, entrando em consonância com a bela provocação do professor José Luiz Braga, poderíamos vislumbrar a comunicação como um objeto literário? Ou seja, seria possível observar a comunicação de modo literatural a partir das modulações poético-discursivas da mídia? Por outro lado, nessas novas angulações, não teríamos de assumir um novo desafio, qual seja, o de buscar empiricamente detectar o modo literatural de enunciação dos discursos midiáticos? Tal investimento somente seria possível caso não nos deixássemos tão somente na condição de meras presas das referências literárias. Para evitar os desvios que nos afastem por demais dos nossos intentos, melhor adotar as categorias da literatura como ponto de partida, sem nunca deixar de antevê-las nas realizações de nossas derivas discursivas. Só assim poderíamos lograr algum êxito na tentativa de colocar a comunicação nas veredas do poético ensejando novas epistemologias para se pensar o objeto, o campo e as semioses de linguagem que os novos dispositivos ensejam.

Portanto, o efeito literatural pode se realizar a partir desta condição: as tentativas de realização dos atos comunicacionais, ao se valerem de outras modulações discursivas emanadas de outros campos dos saberes, podem obter novos efeitos. Assim, os discursos da comunicação, não estando em lugares fixos, previamente detectáveis, com hora e lugares predeterminados, podem se presentificar mais vívidos e ubíquos em nossos espaços-tempos, provocando novas percepções, novos sentidos e novos saberes. Como estratégia, mais prudente seria buscarmos pensar a comunicação sendo regida pelo mito de Proteus. A comunicação se presentificaria, assim, proteica e proteiforme, inusitadamente, sem forma e substância fixas, sem gêneros, formatos e expressão de conteúdos estatuídos e inamovíveis.

A pergunta que aqui fazemos deriva de uma busca que há muito vem sendo feita. Seriam buscas que tentam compreender a natureza e o lugar que deve ser ocupado pelo discurso da comunicação. Os caminhos trilhados ainda não levaram a um lugar específico, um campo próprio. Portanto, que as nossas atenções estejam sobressaltadas pelo entendimento de que a busca deve ser continuada. Que se esteja munido de novas ideias, novas concepções teórico-metodológicas ainda à espera de serem efetivamente constituídas. As perguntas que se fazem a partir das perspectivas do próprio campo na tentativa de se questionar os acontecimentos do mundo talvez mereçam ser deslocadas.

Pode-se então aventar que esse possível conhecimento das coisas e dos acontecimentos do mundo do qual se ocupam as narrativas midiáticas podem ser construídos para além das teorias que constituem o campo? Nesse deslocamento, podem ser formuladas efetivas ações, verdadeiras transformações na interioridade dos sujeitos e nos cenários sociais? Em sentido diverso, como num sistema rizomático, tais atores da cena comunicacional teriam os aportes que possibilitem convocar outras elaborações teóricas, outras modulações de linguagens que pertencem a outros campos do conhecimento? Hipoteticamente, podemos considerar que a construção do conhecimento na esfera do campo da comunicação pode também ser buscada fora do próprio comunicacional? Através da estetização da linguagem, nas elaborações da poética do discurso, não poderíamos vislumbrar vetores teóricos também capazes de dar conta do entendimento do nosso mundo estribado nas teias da tecnologia, da mediatização e do consumo? Se a comunicação deve solicitar novas angulações para fazer com que os problemas comunicacionais sejam ressignificados, de que aporias teóricas ela poderia se valer? Não seria, por exemplo, requisitando os elementos constituintes da poética e da estetização do discurso para que a comunicação possa falar diferentemente?

Se nos lembrarmos de que a filosofia se constitui pelas perguntas que for capaz de fazer, assim elaborando conceitos a partir da quebra dos conceitos já formulados, sem a pretensão de se alcançar respostas, a comunicação não se veria enredada pelo campo da filosofia? Na medida em que se prestar a este fechamento sempre questionando as próprias perguntas, o próprio campo da comunicação não levaria a um desentendimento da sua natureza? Não estaria o campo sendo levado a uma especialização, ou a uma filosofia da comunicação? Adotar a tática de interpretar as próprias perguntas que os fenômenos comunicacionais suscitam não equivale a uma

postura filosófica que não possibilita chegar a proposições que ensejem respostas a que a pesquisa empírica levaria?

Entreabre-se uma enorme variedade de perspectivas que impõem grandes desafios aos pesquisadores. Estes desafios, por outro lado, podem ensejar futuros tensionamentos para os problemas comunicacionais. Podem indicar também possíveis caminhos para uma superação dos impasses para o campo. Poderia a comunicação postular uma consolidação epistemológica, como campo de estudo científico, num tempo em que os demais campos do saber não mais postulam tão acirradamente a condição de cientificidade? Na medida em que as reflexões que vicejam na cena contemporânea estão alicerçadas sob a égide da tecnologia, em que medida poderíamos conceber as teorias da cibercultura como fundamentações capazes de levar a um pensamento reflexivo acerca dos problemas comunicacionais sem que se recaia no cientificismo e no tecnodeterminismo? As questões societais, identitárias e das subjetivações, na cultura da mídia, que se consolida na tríade: comunicação / tecnologia / consumo, ensejariam que modelização de democracia e de participação política?

Aqui evocamos novamente as nossas inquietações com este dilema que tanto nos inquieta: as tentativas de respostas às nossas inquirições, a partir das pistas esboçadas acima, podem dar conta da pergunta que se constituiu como moto dessas provocações, qual seja: a partir das enunciações da ordem do poético, o discurso da comunicação pode se consolidar como campo da ciência? Ou, há um lugar para o discurso da comunicação no campo da ciência?

A poesia, perguntam: por onde anda a poesia?

E a poesia vai à esquina

Comprar jornal!

(Ferreira Gullar)

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. 10. reimp. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é filosofia?* Trad. Bento Prado Jr. e Alberto A. Muñoz. São Paulo: Ed. 34, 1993.
- _____. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia* [vol. 1]. Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Ed. 34, 2004.

- EIKHENBAUM, Bóris *et al.*. *Teoria da literatura: formalistas russos*. Trad. Mariza Ribeiro Filipouski *et al.*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1978.
- FISH, Stanley. Como reconhecer um poema ao vê-lo. *Palavra*. Rio de Janeiro: Depart^o de Letras da PUC-Rio, 1993.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Pequenas crises: experiência estética nos mundos cotidianos*. In: GUIMARÃES, César; LEAL, Bruno Souza; MENDONÇA, Carlos Camargos (orgs.). *Comunicação e experiência estética*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- HEIDEGGER, Martin. *A origem da obra de arte*. Trad. Maria Conceição da Costa. Lisboa: Edições 70, 2004.
- KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade de juízo*. 2^a ed. Trad. Valerio Rohden e António Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- PLATÃO. *A República*. 8^a ed. Introd., trad. e notas Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.
- SILVERSTONE, Roger. Por que estudar a mídia? Trad. Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola, 2002.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4. ed. [revisada]. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: UnB, 1998.
- WELLEK, René; WARREN, Austin. *Teoria da literatura*. 3. ed. Trad. José Palla e Carmo. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.

CAPÍTULO 7

COMUNICAÇÃO: TEORIA, CONHECIMENTO, PRAGMÁTICA...?

Potiguara Mendes da Silveira Jr.

Após quatro anos de trabalho conjunto neste Procad sobre “Epistemologia e Pesquisa em Comunicação”, já agora no âmbito das conclusões, propomos tomar como referência e contraponto para nossa exposição o recente estado da arte feito por Muniz Sodré (2012; na sequência do que já apresentara em 2007).

Afirma ele que, de seu início até hoje, a abordagem acadêmica do campo comunicacional se dividiu em dois grandes paradigmas: o paradigma sociológico dos efeitos (comunicação funcional, Escola de Chicago) e o paradigma semiológico do código (estruturalismo, Saussure, C. S. Peirce). Dividir assim interessa a nossos propósitos pelo fato de que, segundo Sodré (2012, p. 12, grifo nosso), “falar de paradigma é pôr em cena o *problema do conhecimento* implicado na comunicação se mera prática social, se doutrina, se campo científico”. Isso acrescido de que, ao final da década de 1980, “vão se tornando fluidas as fronteiras entre campos outrora bem demarcados (fenômeno análogo à crise dos gêneros na literatura) no pensamento social” (SODRÉ, 2012, p. 15). E, uma vez que a força ensaística dos europeus (sobretudo, dos franceses) perdeu o impulso adquirido na década anterior,

restou, na periferia norte-americana e latino-americana, a paisagem fragmentária das dezenas de tentativas teóricas (cada um buscando apresentar a *sua* teoria) e das pequenas descrições funcionais, alimentadas pela obrigatoriedade performance universitária (SODRÉ, 2012, p. 23).

Mas, ainda assim, “a palavra *comunicação* manteve-se como rubrica acadêmica na administração pedagógica das universidades” (SODRÉ, 2012,

p. 23) – o que, aliás, segundo ele, nem um pouco ajudou na definição epistemológica do campo.

Destaque-se ainda a formulação resultante da obrigatoria performance universitária, aludida acima, que ganha realce por ser fruto da observação de alguém que desde os anos 1970 é justamente partícipe notório e influente nesse percurso universitário:

Hoje, apesar de algumas tentativas isoladas, o campo permanece cientificamente tão ambíguo quanto no passado, em meio a milhares de estudos recortados sobre todo tipo de tema imaginável, se não diretamente relacionado à prática industrial da mídia ou do espetáculo diversificado, pelo menos permeável à colagem do par *comunicação/informação* ou ajustável ao vago rótulo de *estudos culturais* (SODRÉ, 2012, p. 23-24).

Descortina-se, assim, um panorama em que “sob o influxo da pura e simples reprodução, as teorias flutuam como moeda sem lastro, remetendo indefinidamente umas às outras, por meio da exegese de tipo universitário” (SODRÉ, 2012, p. 24).

Tomamos este estado da arte por estar bem fundamentado, por sublinhar sua dependência ao modo universitário e, em linhas gerais, não diferir do que se lê em textos de outros estudiosos. Pode-se discordar mais ou menos aqui ou ali, mas parece consensual a grande dificuldade em circunscrever o tal “campo comunicacional”, sobretudo em seu aspecto “científico”. Quanto a nós, supomos que isso permanecerá assim enquanto a questão continuar posta em termos de “se mera prática social, se doutrina, se campo científico”. No que concerne à academia, talvez não haja muito como sair desta tríade, dada a gama de interesses em jogo (intelectuais, corporativos, financeiros etc.).

Além disso, quando se diz “problema do conhecimento implicado na comunicação”, temos um salto. Elide-se aí que o “problema do conhecimento” simplesmente não é algo claro. O que está claro é que, ao considerar o problema do “conhecimento” hoje – conhecimento de qualquer ordem (e não apenas aquele definido pelas epistemologias) –, não há por que se restringir à paradigmática universitária detectada por Sodré. Cabe, portanto, prospectar outras possibilidades. Foi nesse sentido que nossa participação no Procad buscou apresentar contribuições.

7.1 O paradigma pulsional e o revirão

A perspectiva que nos interessa vê uma grande vantagem justo no fato de o campo permanecer “cientificamente tão ambíguo”, a de mantê-lo em sintonia com o modo de pensamento em vigor no atual ambiente multiconectado e multiacessável em que “o problema do conhecimento implicado na comunicação” não cessa de se reformatar a cada momento. A aposta é: outros paradigmas, além dos dois mencionados por Sodré, podem ser (e efetivamente foram) avançados sem ser preciso recair na reprodução e na exegese de tipo universitário. Ao contrário, podem possibilitar competentes entendimentos (ainda que, ou mesmo porque, provisórios e aproximativos) do que seja comunicação *tout court* e de como tratar adequada e inventivamente seus processos e efeitos (sociais, mentais, científicos, midiáticos, tecnológicos etc.).

Daí, então, nosso recurso ao *paradigma pulsional* (sexual), aquele que norteia a transformática, teoria da comunicação apresentada pela Nova Psicanálise¹ nos anos 1990 (MAGNO, [1996]). É um paradigma que dificilmente se inclui no rol das “disciplinas do pensamento social” (SODRÉ, 2012, p. 21). Mesmo que a psicanálise tenha alguma inserção na estrutura disciplinar da universidade, esta inserção nunca é cômoda, já que ela não opera mediante fronteiras (disciplinares ou outras) e o que lhe é específico como experiência, como tratamento e modo de pensar (sobre as pessoas, a mente, a ciência, a cultura...), extrapola métodos vigentes na academia. Isso, é claro, não exclui que ela trate – e é o que faz, *segundo protocolo próprio* – de questões também tratadas pelo “pensamento social” ou outros.

Ela tampouco se prende aos parâmetros ditos científicos (aliás, hoje, em franca mutação), mesmo estando, como a ciência, interessada na descrição (qualitativa e quantitativa) da composição e do funcionamento das formações,² assim como se aplica em intervir nestas formações e investe na possibilidade de criação de novas formações (próteses).³ E sua doutrina se compõe de princípios não só discursivamente estabelecidos e regrados por parâmetros da lógica clássica, mas também retirados dos resultados obtidos em seu laboratório (clínico, empírico), que toma a estrutura mental como

1 Criada por MD Magno nos anos 1970. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/MD_Magno>.

2 Formação, como veremos a seguir, é um conceito básico para a teoria.

3 A psicanálise “é uma *ciência conjetural*, parecida com a meteorologia. Ela não diz como deve ser, ela só pode acompanhar os acontecimentos, os psíquicos como os meteorológicos, espreitando sua tendência e, quando possível, sugerindo previsões. Sempre precárias, no entanto cada vez mais aproximáveis, pois, de repente, se configura para nós o que é” (MAGNO, [2009], p. 83).

determinada inconscientemente⁴ (isto é, como caótica e complexa, em determinismo sem previsibilidade) (MAGNO, [2009], p. 118 et seq.).

O paradigma pulsional concerne ao que Freud propõe com o conceito que chamou de “pulsão de morte” para descrever o que detectava no psiquismo, mas que era também extensivo à vida orgânica: uma pressão compulsiva, repetitiva e tendente a reduzir a zero qualquer excitação que surgisse.⁵ Hoje, sobretudo após os desenvolvimentos da termodinâmica, do conceito de entropia, das pesquisas sobre a supersimetria, etc., não é mais preciso associar a pulsão (*Trieb*) a alguma “morte”, pois é possível pensar que essa compulsão repetitiva está a serviço da pressão de um movimento ubíquo, ineliminável, constante, presente no que há, no *Haver* – outro conceito importante (ALONSO, 2010) –, cujo sentido último é o de sua própria extinção enquanto movimento. Extinção que, apesar de requisitada, nunca ocorre de fato.

É, aliás, o que podemos constatar, por exemplo, agora quando lemos este texto: a experiência de *haver* aqui, e também de que *há* formações aqui. Isso não pode ser negado de modo algum, afeta diretamente a todos – é uma “condenação” a haver –, e mesmo o eventual perecimento de cada um jamais eliminará o fato de ter havido ou tampouco trará a certeza de que as formações deixarão de continuar a haver. Como veremos, pensar tomando o haver como experiência e condenação (a nele permanecer sem saída possível) conduz os raciocínios em direção diversa às considerações filosóficas da ordem do ser, que dizem respeito apenas às descrições discursivas dessa experiência bruta e direta (de todos e cada um) de que *há*. Isto é, repetindo, de que inevitavelmente cada um há e de que há formações.

Para expressar esse sentido pulsional, desejante, de requisição de extinção absoluta do que há, a nova psicanálise enuncia uma Lei: “Haver (A) desejo de não-Haver (Ã)”, que se formula como: $A \rightarrow \tilde{A}$. Esta Lei busca expressar um acontecimento geral – da ordem da *physis* (não há aqui diferença mente/corpo, ou espírito/matéria) –, e não algo convencionalizado na ordem do discurso. É mais, ela diz que só há desejo de não-Haver, e não de Haver, o

4 Isto é, *hiperdeterminada* para além das sobredeterminações (opositivas, lateralizadas) vigentes no âmbito da Consciência. Cf. Freud ([1925], p. 258): “[ao contrário do que é para a filosofia] o psíquico é antes *inconsciente* em si, [e] estar consciente é apenas uma qualidade que pode ou não se juntar ao ato psíquico particular e nele nada mais altera, caso fique ausente”. Ou então (FREUD, [1923], p. 279): “Uma forte confiança no estrito determinismo da psique teve participação na escolha dessa técnica [da “associação livre”] para substituir a hipnose”.

5 Freud (1920) identifica essa tendência ao analisar o que ocorre na transferência entre analista e analisando, nos sonhos traumáticos dos neuróticos de guerra e nas brincadeiras das crianças.

que descarta qualquer definição edificante para a “vida”. Esta é vista apenas como *resistência* ao sentido de extinção do movimento do Haver. Movimento este que, a rigor, é inconsecutível, pois não há como levá-lo a um fim, isto é, a efetivamente não mais haver e ainda continuar desejando não-haver. Só lhe resta, então, permanecer indo a um ponto máximo de intensificação, de exasperação, não conseguir não haver, revirar para “dentro” de si mesmo por ausência de saída (pois o não-Haver, como diz o nome, não há), suspender e avessar os sentidos de suas polarizações, continuar nesse impulso constante de buscar não haver, não conseguir, revirar de novo. (Para continuidade desta exposição, cf. item “Aplicações”, abaixo.)

Esse movimento pulsional presente no que há, não se sabe por que razão, replicou-se na mente como competência de base: a competência mental de, além de propor oposições, neutralizá-las e disponibilizar passagens de um polo a outro em continuidade. Chama-se de *revirão*⁶ (MAGNO, [1982]) a esta competência operacional da mente e do Haver. O revirão, além de suas implicações cosmológicas, abrange o que foi descrito como as reversões e viravoltas recorrentes na história da humanidade (amor passar a ódio, vencidos a vencedores... e vice-versa), mas, sobretudo, é a operação que rege as transformações criadoras e inovativas de nossa espécie. Toda transformação supõe o recurso *a* e o percurso *por* esse lugar de neutralidade. Nele, a heterogeneidade aparentemente intransponível das formações se desfaz diante da *homogeneidade*, que é uma característica básica do campo do haver.

Freud se interessou por atos falhos, chistes e sonhos justamente por ver neles um lugar privilegiado de funcionamento desses fluxos, refluxos e mudanças entre as formações, quaisquer que fossem, a ponto de se *in-diferenciarem* e não mais sabermos quais são quais, ou quais são o quê. Abrem-se assim possibilidades de aparecimento de formações até então recalcadas, e, conseqüentemente, de novos sentidos e encadeamentos para as situações. A rápida evolução da tecnologia e a transfusão comunicacional dos tempos atuais trouxeram condições para estender o alcance dessa competência de *in-diferenciar* ao próprio Haver em geral, não mais a restringindo às formações psíquicas que Freud investigou.

É esse ponto de indiferenciação das oposições, chamado de *ponto bifido*, que caracteriza a operação do revirão para além de qualquer dialética. A passagem de um polo da oposição a outro já foi detectada por vários pensamentos, mas trata-se aqui da *suspensão* – ainda que por um instante – do

6 Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Revir%C3%A3o>>.

próprio caráter opositivo das formações que pressionam e são pressionadas em sua agonística dentro do Haver. Esse ponto bífido não se situa “entre” as oposições nem produz alguma *coincidentia oppositorum* (CUSA, [1514], p. 168-174) – uma androginia, por exemplo – entre elas, mas é, sim, um ponto *terceiro*, em que, como dissemos, se disponibiliza a possibilidade de criação (não de sínteses, mas) das *próteses* (artísticas, mentais, tecnológicas) que têm caracterizado o modo de existir de nossa espécie. Temos, pois, a equação psicanalítica em que, mediante uma *ek-tese* (a tese da requisição de um “fora”, de um não-haver), suspende-se a oposição *tese x anti-tese* possibilitando o advento de uma *pró-tese*: tese x anti-tese / ek-tese = pró-tese.

7.2 A teoria polar, o conhecimento e a transa das formações

Como vimos, a nova psicanálise alça o conceito de pulsão à posição de articulador geral da teoria psicanalítica e destaca a operação do revirão como básica no funcionamento do Haver. Dado que este articulador (a pulsão) e esta operação (o revirão) estão presentes de saída em suas ações, ela toma o que quer que se manifeste no Haver como emergências *artificiosas*, sejam emergências espontâneas, que estão aí desde sempre, ou industrialmente produzidas⁷. E mais, qualquer destas emergências (espontâneas ou industriais) é considerada uma *formação*: uma coalescência resultante da partição, do enantiomorfismo⁸ e da fractalização⁹ que acontecem diante da impossível realização do revirão último (aquele entre Haver e não-Haver).

O termo *formação* é fundamental para nossos raciocínios. Ele diz respeito à *teoria polar das formações* que a nova psicanálise vem desenvolvendo junto com sua teoria do conhecimento denominada *gnômica* (cf. abaixo). Para esta teoria, o que há são formações. Mesmo gente, humanidade, nossa espécie, são formações. Estas são chamadas *idioformações*¹⁰ porque, além de

7 São artificios de dois tipos: espontâneos e industriais.

8 Referente a pares de elementos opostamente simétricos, cujas imagens são especulares, mas não idênticas. Por exemplo, um par de luvas, de cristais, de moléculas...

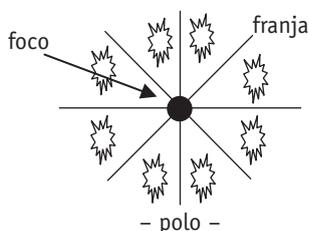
9 De *fractal* (quebrado), termo criado pelo matemático Benoit Mandelbrot (1924-2010) em 1975 para designar uma figura geométrica não euclidiana que expressa propriedades sem “definição clara: o grau de aspereza, ou de fragmentação, ou de irregularidade de um objeto. Um litoral sinuoso, por exemplo”. A geometria fractal estuda as propriedades e o comportamento dos fractais e supõe que “o grau de irregularidade permanece constante em diferentes escalas” (GLEICK, 1990, p. 93).

10 As idioformações de nosso caso terrestre são chamadas de *peessoas*.

características biológicas e comportamentais presentes em muitos dos seres vivos, também portam o revirão que vimos acima. Por isso, apenas uma idioformação, tal como definida pela nova psicanálise, tem “condições de trans-por sua própria formação” (MAGNO, [1996], p. 393), mas sua presença não é necessária para que haja conhecimento.

As formações são compostas de um aglomerado de formações que não têm como impedir seu movimento de transformação em outra coisa que não elas mesmas, ainda que esta transformação leve milênios para ocorrer. O que conseguem é pontualmente manter-se enquanto “*polos*, configurados como formação e como resistência” (MAGNO, [2005], p. 113). São polos constituídos por uma zona focal, onde se concentra sua força maior, e uma zona franjal, cujo término não se tem como definir. A teoria polar das formações é aquela que reconhece a existência de polos e busca apreendê-los mediante a descoberta de focos e a descrição aproximada da franja (MAGNO [2005], p. 115).

Trata-se aí de pensar em aglomerados de formações sem fronteiras, mas que se polarizam e se configuram como formação e como resistência. No polo assim concebido, o foco pode ser situado, mas não sua franja, que é interminável e está intrincada com franjas de outros polos. Por não pensar aplicando fronteiras, a teoria polar supõe que as formações se co-movem e podem se acoplar (comunicar) umas às outras a ponto de se transformarem. Isso é pensável mediante a ideia de haver entre elas o ponto neutro em que, como vimos acima, há “indiferença entre as formações”¹¹ (MAGNO, [2005], p. 122).



Dada, então, a teoria polar das formações, podemos entender que a teoria psicanalítica do conhecimento, a gnômica, visa o “mapeamento possível entre formações do Haver” na “procura de uma formação que melhor se

11 Isso porque a *Mente* – entendida como instância que abrange o que há, é relacional e transaccional, sem dentro ou fora –, diante do que quer que haja ou venha a haver (ainda que apenas em pensamento), opera conjeturando sobre a possibilidade de o oposto daquilo também (*vir a*) haver.

encaixe com outra” (MAGNO, [1994], p. 142). Como ela “considera qualquer dessas formações no mesmo registro, no mesmo âmbito de origem: são todas Formações do Haver”, o que lhe cabe precisar são “seus materiais, seus modos de produção, suas articulações internas e externas” (MAGNO [1996], p. 391) aqui e agora *ad hoc*. O conhecimento é, portanto, entendido como o que resulta de uma *transa*¹² *entre as formações* – outra noção importante da teoria –, incluindo ou não a presença de uma idioformação nesta transa: simplesmente “algo se anota quando algo se dá” (MAGNO, [2000-2001], p. 72). Se o conhecimento se explicita somente com a participação de alguém ou de alguma formação preparada por alguém com este propósito, isso apenas implica a necessidade dessa participação *na explicitação*, “mas não que seja desse alguém a produção” (MAGNO, [1998], p. 75).

O que interessa é a *transa* entre as formações – na qual pode estar presente uma ou mais pessoas, isto é, idioformações de nosso caso – que pressionam, se articulam e configuram situações em função dos próprios processos em jogo nessa transa. Vê-se aí um diferencial claro para com as abordagens de base epistemológica, já que não se pressupõe um *sujeito* diante de algum *objeto* para que haja conhecimento: são, sim, *formações em transa resultando em conhecimento*. Conclui-se, pois, de modo amplo, que *as formações, quaisquer, são conhecimento*, o que implica uma pragmática que sempre parta do próprio conhecimento (e não de sujeito/objeto) em sua tentativa de pensar o conhecimento (MAGNO, [2008]). É uma pragmática que, em suas ações, recorre à suspensão das oposições – a indiferenciação – que se dá no ponto bífido que caracteriza o revirão. “Indiferença” aí não significa desinteresse ou descaso, e sim que – neste ponto – as diferenças entre as formações (não se desfazem, mas) *se equivalem*, abrindo, portanto, a possibilidade de interesse por *todas* as formações em jogo numa transa.

7.3 Protocolo próprio

Esperamos ter apresentado minimamente alguns conceitos utilizados pela transformática, a teoria psicanalítica da comunicação: a *pulsão*, a deriva da força constante chamada libido no sentido de sua (impossível) extinção; o *Haver* (diferente do ser) e o *não-Haver* (requisitado, mas de impossível

12 O termo *transa* é aqui utilizado conceitualmente, englobando não só a ideia de transação (sexual até), mas também as de transe e transiência das formações.

realização); o *revirão* perene das oposições, seu *ponto bífido*, e a possibilidade de criação de *próteses*; a *teoria das formações*, que reconhece *polos* (neles descobrindo *focos* e buscando descrever suas *franjas*), e não fronteiras; as *transas das formações*, das quais resulta *conhecimento* (sem sujeito ou subjetividades) – e, afinal, a *comunicação* como o processo dos acoplamentos das formações em meio à co-moção que há entre elas.

Como a transformática organiza seu campo em torno da operação do *revirão*, ela pode reconhecer em outros campos, ainda que não assumida como tal, uma permanente recorrência do processo de *revirão*.¹³ Isso lhe possibilita lançar mão do que se produz nesses outros campos, mas o tratamento que dará a essas produções será específico de seu campo próprio. Dito de outro modo, a tarefa precípua de sua prática é reconhecer, descrever e buscar desfazer recalques que estejam impedindo a operação do *revirão*, e, para tanto, pode se utilizar do que quer que haja (produções artísticas, filosóficas, científicas...) segundo o protocolo do mesmo *revirão*. É, pois, uma teoria que promove a abstração em relação aos conteúdos e aparências das formações como condição para descrever a dinâmica do processo comunicacional envolvido nos intercâmbios entre as formações; e que, sobretudo, se propõe a destacar os vetores de força presentes nas diversas situações (sociais, políticas, mentais e mesmo cosmológicas) no sentido de detectar hegemonias, ideologias e mitemas em funcionamento na cultura e nas mentes (os quais, frequentemente, impedem inovações).

Esperamos, assim, também ter explicitado os “lastros” constituintes desta teoria, e que eles não se deixam atrelar a protocolos subditos à alternativa “se mera prática social, se doutrina, se campo científico”. Note-se que considerar os acontecimentos a partir do vetor pulsional das *transas das formações* difere radicalmente de organizar o entendimento segundo as configurações sociais que elas tomam. Como essas configurações são efeitos da co-moção, tomá-las como matrizes deixa fora da consideração uma enorme gama de formações que estão agindo e não têm como ser abordadas pelos aparelhos teóricos das ciências “sociais”.

13 Por exemplo, na arte, o que Marcel Duchamp traz como *readymade*, cuja escolha se baseia na “ausência total de bom ou mau gosto”, i.e., na “indiferença visual” (CABANNE, [1966], p. 84); na filosofia, as mutações chamadas de corte epistemológico por Gaston Bachelard, ou de novo paradigma por Thomas Kuhn; na ciência, propostas como a dos quanta, por Max Planck, que regionalizam as leis da mecânica newtoniana; na religião, o advento do cristianismo no seio do judaísmo, e, atualmente, a queda da referência ao nome do pai, que, por sua vez, coloca em crise os fundamentos do cristianismo etc.

7.4 Aplicações

As atividades do Procad ocorridas nestes quatro anos implicaram o compartilhamento de reflexões e críticas quanto a objeto, método, disciplina e campo de estudos, pesquisa e ensino sobre comunicação. E, além de cada um dos participantes explicitar sua(s) referência(s) teórica(s), cabia-lhe elencar pontos de sua aplicação na prática acadêmica. Antes de expor duas aplicações, importa registrar que nossas pesquisas têm buscado seguir o modelo que Freud apresentou em três incursões realizadas no decorrer da década de 1920, que se tornaram exemplares da abordagem psicanalítica de questões empíricas e culturais.

Sua primeira incursão se dirige à psicologia das massas (1921), inquirindo sobre como um grupo adquire a capacidade de exercer forte influência na vida mental do indivíduo. Naqueles tempos próximos à tomada de poder pelo nacional-socialismo na Europa, além de sua observação direta, Freud dialoga com os autores que trataram do tema e aponta que os fenômenos mentais são básica e intrinsecamente dependentes de atividades vinculares (comunicacionais, diremos), cujos níveis, em última instância, definiriam os movimentos desejantes gerais da espécie humana (SILVEIRA JR., 2006). A presença dessas ideias em pesquisas orientadas, por exemplo, pelos estudos culturais hoje já é lugar-comum.

Seis anos depois, Freud pesquisa sobre civilização, educação, relações familiares, atitudes religiosas, e, em consonância com outros pensadores da época, enfatiza pontos e questões posteriormente incluídas no quesito “trabalho imaterial”, por exemplo. Diz ele então que, além do controle da natureza para a obtenção de riquezas, “parece agora que a ênfase se deslocou do material para o mental” (FREUD, [1927], p. 17). Sua terceira incursão, em 1930, é a pesquisa sobre o mal-estar na cultura. Entre o destacamento de itens como a função do trabalho na economia libidinal, ele reafirma que o homem “por assim dizer, tornou-se uma espécie de ‘Deus de prótese’” (FREUD, [1930], p. 111), raciocínio que permeia linhas atuais de pesquisa sobre cibercultura, pós-humano etc.

Concluiremos, pois, nossa exposição, listando duas das pesquisas que temos feito utilizando os conceitos da transformática expostos acima:

- a) *A transformação dos vínculos no ciberespaço*. Pesquisa¹⁴ sobre anorexia e bulimia – tomadas como fenômenos vinculares difundidos

14 Realizada para dissertação de Mestrado sob nossa orientação. Cf. REIS, 2009; SILVEIRA JR.; REIS, 2009.

pelas redes sociais da internet – realizada no intuito de apreender modos de construção dos vínculos que se disponibilizaram a partir da década de 1990 e que não eram claramente visíveis antes por lhes faltar dispositivos técnicos de difusão adequados.

A hipótese inicial foi que vários aspectos dessa nova rede sociotecnológica seriam mais bem destacados se fossem aplicados à sua metodologia alguns conceitos psicanalíticos aperfeiçoados nos últimos anos. Visava-se uma compreensão dos vínculos em geral e dos desdobramentos exemplares que tomam nos *websites* em que seguidoras¹⁵ da “ana” e da “mia” (apelidos para anorexia e bulimia) falam sobre sua relação com a alimentação e a imagem corporal, afirmando que a sociedade lhes impõe que sejam magras e que só as magras conseguem popularidade e aceitação. Para elas, o padrão de magreza extrema é considerado o ideal. A morte, em geral é considerada uma consequência indesejada, mas não um empecilho. Os tópicos de discussão pesquisados mostraram que a maioria delas tinha consciência do que podia lhes acontecer, mas a declaração mais frequente era a da disposição para “morrer lutando”.¹⁶

Essa disposição de luta assim enunciada serviu de fio condutor para a pesquisa. Para além de sua referência negativa ao apetite, abordar essa disposição afirmativamente possibilitou tomar o viés pulsional como referência para entender os níveis e as consequências de seu enredamento sociotecnológico. As perguntas iniciais foram: o que anas e mias expressavam ao se conectarem em rede visaria “interagir com outros usuários” e “construir identidade social”?¹⁷ Criar “espaços de organização social” e de “constituição do *self*”?¹⁸

Retomando nossa exposição dos conceitos, cabe reforçar que a cada vez que o movimento pulsional atinge o ponto máximo de aproximação de sua extinção, que é seu objetivo último, depara-se com a impossibilidade de realizá-lo *em presença*, pois se o fizesse extinguir-se-ia como movimento. Ou seja, é impossível realizar-se a extinção absoluta estando presente a esta extinção. Podemos ver, então, que o alegado objetivo de perfeição corporal das anas e mias só seria obtível em sua não-consecução postergada, caso contrário elas perderiam.

15 Em grande maioria do sexo feminino, sobretudo jovens entre 13 e 17 anos.

16 Os dados da pesquisa estão parcialmente publicados em SILVEIRA JR.; REIS, 2009.

17 Modos que definem os focos dos *sites* de redes sociais (RECUERO, 2008).

18 Expressões utilizadas por Montardo e Passerino (2006) referentes aos *blogs* como espaços de socialização mediados por computador.

Visualizou-se nisso uma boa expressão tanto da inevitável condenação a existir sem saída da existência quanto do fato de que é dentro dessa condenação que se produzem e se transformam nossos vínculos. Se considerarmos que tudo que se manifesta força à vinculação e que somos seres essencialmente vinculares, como supõe outro conceito freudiano importante, o de transferência (Übertragung), estabelece-se uma gradação geral para os vínculos.¹⁹ São *relativos* os vínculos presentes nas rotinas do mundo (amor/ódio, dor/prazer, pertencimento/desenraizamento, teoria/prática, por exemplo) por serem demasiado dependentes de nossas formações biológicas e culturais, as quais, por mais sofisticadas que sejam, sempre são reativas a qualquer tentativa de modificação. Concebe-se, entretanto, um tipo de vínculo que não é relativo, o *vínculo absoluto* – conceito importante da transformática –, no qual ocorre a suspensão das oposições, ou seja, a possibilidade de indiferenciação que os humanos portam como distinção para com os demais vivos (MAGNO [1993]): todos se vinculam absolutamente a essa possibilidade de indiferenciação, e não entre si.

Num trecho de música que circula entre elas²⁰ – “*Será que ninguém aqui vai te deixar desaparecer?*” –, constatou-se uma boa percepção de que a vincularidade ao movimento para a extinção e à impossibilidade de realizá-lo jamais desaparecerá e pressionará sempre por menor que seja o peso corporal atingido, pois a nada que exista é dada a possibilidade de não ter “aparecido”, ou seja, de não ter existido vincularmente. Essa constatação possibilitou detectar nos *sites* ana e mia, além da expressão de algo problemático para os envolvidos, um modo de expor que somos todos absolutamente vinculados ao próprio fato de sermos “vinculares” (MAGNO, [1993], p. 42). Isso, para além das aparências e dos conteúdos que os vínculos tomam em suas manifestações no mundo.

Foi possível, então, ensaiar algumas respostas às perguntas feitas na pesquisa. Efetivamente, a conexão em redes sociais na internet tem propiciado a expressão de vontades vinculares existentes desde sempre, mas que antes não dispunham dos canais adequados à especificidade de suas demandas. O “anonimato” é uma das características facilitadoras dessa expressão – mas só é anonimato em relação aos papéis sociais ou *selfs* restritos que a cultura define de saída como desejáveis a cada um. Outro aspecto destacado foi que

19 A teoria dos vínculos já foi exposta em “Vínculo absoluto & vínculos relativos: comunicação e psicanálise” (SILVEIRA JR., 2006, p. 49-64).

20 *Me and Mia*, da banda norte-americana Ted Leo and the Pharmacists.

a interconectividade, para além do “interagir com outros usuários”, a todo momento propõe ultrapassamentos da configuração atual do que se veicula, o que não implica obrigatoriamente a tentativa de constituição de algum *self* (noção, aliás, demasiado presa à ideia de sujeito já criticada acima). Ao contrário, as possibilidades de construir e assumir avatares e *nicknames* em diversos ambientes de socialização mediados por computador propiciariam mais a disponibilização para a experiência de todos os *selves*, quaisquer que sejam, e permitiriam condensações e deslocamentos de personagens, cronologias e acontecimentos tidos por impossíveis ou perigosos fora do ciberespaço.

- b) *A criação de um fato pornoerótico*. Tomemos agora a abordagem do caso de Hilda Hilst (1930-2004), escritora intelectualmente reconhecida que, no final dos anos 1980, decide escrever um texto pornográfico, *O caderno rosa de Lori Lamby*,²¹ para “vender mais livros”. A pesquisa (SILVEIRA JR., 2007; 2008) buscava contextualizar sua exemplaridade ao ter captado com acuidade a consolidação, no Brasil, do entendimento da crise dos fundamentos e da queda das fronteiras que impulsionaram o esmaecimento de diferenças até então supostamente claras como aquela entre pornografia e erotismo. Verificou-se que o início da década de 1990 é quando os brasileiros, em retardo quanto ao que já ocorria em outros países, consciente ou inconscientemente, percebem que não é mais possível alegar “inocência” em relação a nada – escândalos político-financeiros, atos terroristas, cinismos familiares, práticas sexuais heterodoxas, balas perdidas etc. –, pois, para bem ou para mal, eram planetariamente partícipes e concernidos num modo de funcionamento do mundo nunca antes experimentado assim.

Com seu livro, Hilda cria um *fato* (e não uma interpretação): declara querer ser lida pelo grande público – no qual, ato contínuo, prega uma peça. Se, ao contrário da alta literatura, a pornografia seria lida por muitos,²² aceitaríamos estes uma Lori Lamby, de oito anos, que se comprazia em receber cartas de teor chulo de homens mais velhos? Seria ingênuo pensar que Hilda, mesmo pretendendo escrever para leitores que gostam de ler “bandalhei-

21 Pesquisa realizada no âmbito da disciplina “Estética e comunicação de massa”, ministrada na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Desde 1998, a leitura deste texto vem sendo ininterruptamente indicada aos alunos para a realização do trabalho final.

22 Na época, a leitura de livros ainda tinha certa hegemonia na transmissão cultural.

ras”, não soubesse que estava tratando seu tema de modo pouco ou talvez definitivamente não palatável para eles.

Pudemos ver que ela expôs uma passagem entre dois campos supostamente opostos – pornografia e erotismo –, mas bastante emblemáticos do que ocorria no panorama chamado pós-moderno, o qual, à época, ainda não mostrara muito sua versão brasileira. Sua originalidade não foi expor, mas sobretudo expor-se nessa mostraçãõ.²³ Ela, ficcionalmente, construiu um generalizado *reality show* recheado de situações das quais, queiramos ou não, participamos de algum modo. Tudo se expandia e se passava num lar de classe média intelectualizada, onde cotidiano, bandalheira e loucura conviviam e envolviam explosivamente toda a família.

A aplicação do conceito de indiferenciação à pesquisa possibilitou utilizarmos o conceito de vínculo absoluto (MAGNO, [1993]), que, como dito acima, se caracteriza por ser suspensivo dos conteúdos dos demais vínculos (naturais, culturais etc.). Pudemos verificar que Hilda sempre teve uma boa percepção do vigor desse vínculo em diversos momentos cruciais. Tanto que pôde entender a pressão indiferenciante em vigor no Brasil dos anos 1990 ao ir fundo no trato estético da pornografia a ponto de *in-deferenciá-la* em pornoerotismo, e mesmo indicando a suspensão de ambos na santidade.

7.5 Indicações

Assumidas as proposições defendidas no texto, temos já no título colocada uma questão de horizonte sobre o âmbito em que os estudos da comunicação abordam seus objetos, processam suas análises e apresentam seus resultados: teoria, conhecimento, pragmática...? A ênfase está justamente nas reticências, pois vimos que as tentativas de circunscrevê-los ao âmbito das ciências sociais ou da performance universitária, ao contrário do que pretendem, só evidenciam o quanto eles o extrapolam. E mais, o quanto precisam, em fluxo contínuo, incluir a permanente movimentação dos acontecimentos efetivos da sociedade, das mentes, da produção tecnológica... Portanto, se as ferramentas de análise a serem aplicadas pelos estudos da comunicação não portarem em suas próprias constituição e operação a dinâmica inerente

23 A quarta capa da primeira edição do livro (ilustrado por Millôr Fernandes) reproduz um retrato seu aos seis anos (de 1936) com a legenda: “Ela foi uma boa menina”.

a esta movimentação dos acontecimentos, qualquer resultado obtido estará, de saída, comprometido e destinado à obsolescência.

É preciso, portanto, no sentido de dar continuidade à questão de horizonte indicada acima, sempre produzir outras perguntas que, por sua vez, possam situar o mais abstratamente possível as pontualidades e emergências de cada momento em função da dinâmica geral e mutante dos acontecimentos mentais e sociais. Assim, buscando acolher apontamentos explícitos de José Luiz Braga (e implícitos dos demais integrantes do Procad) no decorrer destes quatro anos de trabalho colaborativo, propomos agora uma pergunta que supomos capaz de servir de direcionador relevante para muitas pesquisas no campo dito comunicacional. A pergunta é: *que tipos de vínculo – isto é, de laços comunicativos – devem ser necessariamente detectados nas situações em exame?* Não é a única pergunta possível, mas da resposta dada a ela abre-se espaço para a formulação de subperguntas sobre as especificidades de cada situação. E mais, abre-se espaço para a identificação das bases de muitas ocorrências (sociais e mentais) que, à primeira vista, parecem contraditórias, paradoxais, antissociais, ou mesmo absurdas, mas que são constituintes elementares de nossas performances cotidianas.

Segundo a proposta de paradigma que expusemos, é da possibilidade de descrever os modos de composição dos vínculos para além dos conteúdos e da diversidade de suas formas de apresentação nas situações que teríamos condição, por exemplo, de considerar como os novos processos de rede digital propiciam a expressão de vontades vinculares existentes desde sempre, embora anteriormente impedidas de se manifestar, ou mesmo de conjecturar sobre vontades vinculares que necessariamente virão a surgir dada a pressão do revirão nas situações, quaisquer que sejam. Como aludido no item “Aplicações” acima, trata-se, em qualquer descrição, de discernir entre vínculos chamados de *relativos* (por serem vínculos relativos a constituições já dadas, ditas naturais, biológicas etc., ou relativos a construções culturais, simbólicas, languageiras etc.) e um vínculo que é *absoluto* por vincular todos (não entre si, mas) ao ponto bífido indiferenciante que é comum aos integrantes desta espécie nossa formada por aqueles que são portadores do revirão. Foi contando com e apostando nessa possibilidade de discernimento abstrante que propusemos entender os processos de comunicação nas situações e nas passagens de uma situação a outra, mesmo que se apresentem em oposição.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Aristides. Aspectos do verbo haver e seu uso na Nova Psicanálise. *TranZ: Revista dos Estudos Transítivos do Contemporâneo*, v. 5, 2010. Disponível em: <http://www.tranz.org.br/5_edicao/TranZ10-Aristides-VerboHaver-RevMD.pdf>.
- CUSA, Nicolau de. [1514] Deus é visto para lá da coincidência dos contraditórios e o seu ver é ser. In: *A visão de Deus*. Lisboa: Gulbenkian, 1988, p. 168-171
- FREUD, S. [1930] *Mal-estar na civilização*. ESB, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 73-171
- _____. [1927] *O futuro de uma ilusão*. ESB, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p. 11-71
- _____. [1925] As resistências à psicanálise. In: *Sigmund Freud: Obras completas*, volume 16. Trad.: Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2011, p. 252-266.
- _____. [1923] “Psicanálise” e “Teoria da libido”. In: *Sigmund Freud: Obras completas*, volume 15. Trad.: Paulo César de Souza. São Paulo: Cia. das Letras, 2011, p. 273-308.
- _____. [1921] *Psicologia de grupo e análise do eu*. ESB, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 87-179
- _____. [1920] *Além do princípio de prazer*. ESB, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p. 13-85
- HILST, Hilda. *O caderno rosa de Lori Lamby*. São Paulo: Massao Ohno, 1990.
- MAGNO, MD. [2009] *Clownagens*. Rio de Janeiro: NovaMente, 2012. Cf. trecho, A presença do Revirão, publicado em *TranZ: Revista dos Estudos Transítivos do Contemporâneo*, v. 4, 2009. Disponível em: <http://www.tranz.org.br/4_edicao/artigos/MD%20Magno_APresencaDoRevirao.pdf>.
- _____. [2008] *AdRem: Gnômica ou MetaPsicologia do Conhecimento*. A sair.
- _____. [2005] *Clavis universalis: da cura em psicanálise: revisão da clínica*. Rio de Janeiro: NovaMente, 2007.
- _____. [2000/2001] *Revirão 2000/2001: “Arte da Fuga” e “Clínica da Razão Prática”*. Rio de Janeiro: NovaMente, 2003.
- _____. [1998] *Introdução à transformática*. Rio de Janeiro: NovaMente, 2004.
- _____. [1996] *Psychopathia sexualis*. Santa Maria: Editora UFSM, 2000.
- _____. [1994] *Velut luna: a Clínica Geral da Nova Psicanálise*. Rio de Janeiro: NovaMente, 2008.
- _____. [1993] *A natureza do vínculo*. Rio de Janeiro: Imago, 1994.
- _____. [1982] *A música*. Rio de Janeiro: Aoutra, 1986.
- MONTARDO, Sandra Portella; PASSERINO, Liliانا Maria. Estudo dos *blogs* a partir da netnografia: possibilidades e limitações. *Revista Novas Tecnologias de Informação*, Porto Alegre, v. 4, n. 2, 2006, p. 1-10. Disponível em: <<http://www.cinted.ufrgs.br/renote/dez2006/artigosrenote/25065.pdf>>.
- RECUERO, Raquel. Estratégias de personalização e *sites* de redes sociais: um estudo de caso de apropriação do Fotolog.com. *Comunicação, mídia e consumo*, vol. 5, n. 12, São Paulo: ESPM, mar. 2008, p. 35-56.

- REIS, Vanessa Alkmin. *Websites pró-ana e mia: redes sociais e suas transformações*. Dissertação de Mestrado, Juiz de Fora: PPGCOM/UFJF, 2009.
- SILVEIRA Jr., Potiguara Mendes da; REIS, Vanessa Alkmin. Vínculos no ciberespaço: *websites* pró anorexia e bulimia. *Revista Famecos*, n. 39, Porto Alegre: PUCRS, agosto de 2009, p. 91-97. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/5847/4241>>.
- SILVEIRA Jr., Potiguara Mendes da. Um fato midiático: o pornoerotismo do “Caderno Rosa”. In: LAHNI, Cláudia Regina; PINHEIRO, Marta de Araújo (orgs.). *Sociedade e comunicação: perspectivas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008. p. 141-155. Também disponível em: <http://www.tranz.org.br/pdf_2/potiguara_cadernorosa.pdf>.
- _____. (orgs.). “O pornoerotismo do “Caderno Rosa”: um pequeno dossiê”. *Comum*, vol. 13, nº 28, Rio de Janeiro: Faculdade de Comunicação Helio Alonso, jan-dez 2007. O artigo inclui textos dos alunos de graduação: Clarice Fernandes, Érica Cristina Procópio Campos, Flávia Vilela e Iara Marques do Nascimento
- _____. *Artificialismo total. Ensaios de transformática. Comunicação e psicanálise*. Rio de Janeiro: NovaMente, 2006.
- SODRÉ, Muniz. Comunicação: um campo em apuros teóricos. *Matrizes*, ano 5, n. 2, São Paulo: ECA/USP, jan./jun. 2012, p. 11-27. Disponível em: <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/336/pdf>>.
- _____. Comunicação: um caos criativo. *Logos 37. A cientificidade da comunicação: epistemologias, teorias e políticas*, vol. 19, n. 02, Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012/2.
- _____. Sobre a episteme comunicacional. *Matrizes*. ano 1, n. 1, São Paulo: ECA/USP, out. 2007, p. 15-26. Disponível em: <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/38/61>>.

COMO O PROCESSO DE MEDIATEZAÇÃO (UM NOVO MODO DE SER NO MUNDO) AFETA AS RELAÇÕES SOCIAIS?

Pedro Gilberto Gomes

8.1 Prólogo

A questão que nos provoca é o valor do conhecimento produzido no campo acadêmico pelos pesquisadores da comunicação. Qual é, em síntese, a contribuição das pesquisas realizadas ao longo de mais de 50 anos no Brasil para a compreensão do fenômeno que desafia? Essa preocupação nos tem inquietado nos últimos anos e nos tem levado a perguntar pelo objeto da comunicação.

Buscamos uma forma de aproximação ao problema inspirando-nos em considerações provindas da filosofia, mais precisamente alguns aportes da metafísica. Existem autores, embora não compartilhados por muitos, que afirmam que a metafísica, por tratar do ente, esqueceu o ser (CORETH, 1964).

Entretanto, o que aqui interessa é uma analogia com a mediação e os processos midiáticos. A pesquisa em comunicação, por tratar dos meios particulares, individuais, esqueceu a ambiência de mediação, constituída pelos processos midiáticos. São os processos que estabelecem e dão vida e sentido ao fenômeno da mediação. No geral, transcendendo aos fenômenos particulares, o ser humano, como ser complexo e de relações, é capaz de compreender e dar consistência à mediação enquanto processo.

O pesquisador é chamado a compreender e tematizar corretamente o processo midiático que ultrapassa a contingência dos meios particulares. O objetivo que nos move é atingir, descobrir, desvelar os processos que estão por trás de todos os meios (CORETH, 1964).

Na metafísica, o objeto nunca é aquele do dado físico-empírico. Ele exige um pensar que ultrapasse o que é experimentável fisicamente. Exige

um pensar *meta-físico* (CORETH, 1964). Ora, a questão da mediação e dos processos midiáticos nos desafia a pensar para além do dado físico, consubstanciado na particularidade dos meios. Ela exige uma consideração *meta-midiática*.

Nessa linha de reflexão, assume relevância o problema do método adequado para dar conta do comedido. Se o objeto precede ao método, qual será o método adequado para se pensar a mediação e os processos midiáticos? Como são possíveis a comunicação e seus processos como ciência? Qual é o método correto para fundamentá-la e levá-la a cabo? Se desejarmos que ela seja considerada como ciência, não se podem elidir tais questões (CORETH, 1964).

Muito embora a pergunta pela possibilidade da comunicação como ciência seja um problema comunicacional, ela se situa, entretanto, no âmbito metamidiático. A experiência está sempre vinculada à singularidade e, por conseguinte, nunca pode proporcionar uma universalidade e uma necessidade (CORETH, 1964). Analogicamente, é essa a relação dialética dos meios com a mediação e seus processos. Implica um pré-saber metamidiático.

Entretanto, para que haja um correto dimensionamento do que se busca, uma pergunta torna-se fundamental: qual é o objeto da comunicação que, estudado, contribui para a compreensão desse fenômeno hoje?

8.2 A pergunta pela pergunta nos processos midiáticos

O primeiro passo será perguntar pelos processos midiáticos, pois, para qualquer desenvolvimento do conhecimento, a pergunta é o ponto de partida. Quem não possui nenhum problema, nenhum questionamento, não pode avançar na produção do conhecimento. Duas situações impedem a pergunta: o pleno conhecimento (não há sobre o que indagar) e a absoluta ignorância (não sabe sobre o que perguntar).

O processo de perguntar, contudo, não envolve apenas uma resposta concreta a um desconhecimento externo. O questionamento sobre algo envolve necessariamente inquirir-se sobre si mesmo. Isto é, quem somos nós que perguntamos? Como nos posicionamos frente à vida e frente ao objeto de nossa pergunta?

No caso concreto dessa reflexão, nossa pergunta volta-se para dois conceitos em particular: mediação e ambiência. Como, na discussão dos processos midiáticos, podemos compreender o conceito de circulação? Qual

o papel e em que posição se encontram os dispositivos tecnológicos de comunicação? Como se pode compreender e explicitar o que entendemos por mediação? Que relação o conceito de ambiência entabula com o de mediação e os processos midiáticos? Desse modo, o centro da atenção está constituído pela pergunta pelo método, objeto e mediação.

A pergunta a respeito do objeto e do método

Eis a pergunta pela pergunta. De modo geral, o que pretendemos e o que se esconde (qual é o não dito) quando perguntamos por conceitos ligados à mídia, à comunicação e à mediação? Uma resposta provisória é que estamos preocupados com o objeto da comunicação e o método adequado para abordá-lo. Deixando de lado a pergunta por outros conceitos, a reflexão vai concentrar-se na questão do objeto, do método, da mediação e da ambiência.

Ora, quando decidimos um objeto de estudo, temos em geral uma ideia do que se pode tirar dele. O objeto nos comunica alguma coisa, mesmo que bastante superficial. Porém, as visões sobre determinados objetos podem variar de um método para outro. Apesar de o objeto dizer alguma coisa, o método é a leitura que se faz desse objeto, estando intrinsecamente ligado a qualquer resultado da pesquisa.

Na questão do método e sua relação com o objeto, a posição de Emeric Coreth ganha relevância. Afirma ele:

Visto que é essencial a toda ciência não só que se desenvolva metodicamente, mas também que ela esteja certa da correção de seu método, o resultado do conhecimento científico fica mediado pelo método.

Do mesmo modo que um método inicial falso, inadaptado à matéria, afasta-nos da própria realidade e nos induz ao erro, um método acertado, adaptado à natureza de que se trata, é o caminho que nos leva ao núcleo da questão, à sua própria peculiaridade (CORETH, 1964, p. 43).

Claro que, nessa perspectiva, o ponto crucial reside na determinação do método a partir do conhecimento do objeto. Por isso, Coreth (1964, p. 45-46) precisa:

O método de uma ciência não pode ser determinado de uma maneira formal e abstrata independentemente de seu conteúdo. Pelo contrário, deve proceder do conteúdo e se legitimar em razão do conteúdo. Deve

justificar-se como método apropriado à matéria de que se trata partindo do objeto.

Os problemas com métodos e objetos acabam se tornando complicados, principalmente quando tentamos achar um método uno para qualquer objeto. Partindo para as ciências sociais, temos um novo bloco de problemas para se pensar. Seria possível utilizar o mesmo método nas ciências naturais e nas ciências sociais? Segundo os empiristas lógicos, isso é possível. Eles defendem uma especulação no campo das ciências sociais igual à do campo das ciências naturais. Ou seja, aplicar empiricamente as teorias sociais para poder, a partir dos resultados, fazer uma comprovação científica. Essa ideia mostra a tentativa de seguir um método único para qualquer objeto (GAETA; GENTILE; LUCERO, 2007).

Nas ciências sociais, essa problemática metodológica já rendeu muitas discussões. Existem correntes que defendem um monismo metodológico, que, assim como os empiristas lógicos, pensam ser o método científico apenas um, e que é necessário usar esse método para qualquer pesquisa com pretensões científicas. O monismo critica as ciências sociais por sua multiplicidade metodológica, sem se chegar a um “acordo” sobre um método adequado e que forneça dados corretos.

No âmbito do estudo dos fenômenos sociais, alguns afirmam que o seu objeto é um conjunto de particularidades reunidas. Podemos pensar que é a vontade dos particulares que determina as ações do conjunto. Outros veem no conjunto algo que transcende aos indivíduos particulares, criando um movimento de grupo distinto. Esses são dois métodos para se contemplar o mesmo objeto. Quando se trata dos fenômenos sociais, uma mera observação de atitudes práticas não corresponde ao todo. Todavia, a discussão entre os holistas e os individualistas não teve um fechamento. Entre muitos sociólogos, encontram-se defensores do holismo ou do individualismo (GAETA; GENTILE; LUCERO, 2007).

A problemática metodológica, desse modo, é algo que afeta todas as áreas, principalmente as humanas. As ciências sociais apresentam outra forma científica, com métodos não tão rígidos quanto os das ciências naturais. Porém não deixam de ser ciências, todavia com uma conotação que as difere das demais. O objeto das ciências sociais é o homem em grupo, talvez devendo-se até mesmo relativizar essa definição de objeto. O cientista social é uma subjetividade estudando outras subjetividades, com todas as problemáticas e dificuldades que isso acarreta.

Hoje estamos numa sociedade em estado de midiaticização que socializa, com maior rapidez, os conhecimentos acumulados pela humanidade. O acesso às informações e a possibilidade de dizer a sua palavra estão hoje potencializados na enésima potência. Se não levarmos em conta que estamos vivenciando um ambiente qualitativamente distinto, perderemos a sintonia com esse novo tempo, com esse novo entorno, e não interagiremos com ele. É nessa perspectiva que surge com vigor a discussão sobre o estatuto da comunicação como ciência.

Retomando o que se afirmou acima, na tradição da pesquisa, a partir da diferenciação ocorrida nos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX (até aquele momento se falava em “ciências do espírito e ciências morais”), começou-se a considerar que havia as ciências duras e as ciências sociais.

Tendo-se em conta que, no início, a filosofia estava na base de tudo, o estatuto científico de cada campo estruturou-se de maneira peculiar. Aceita-se que algumas teorias sejam científicas e outras filosóficas. As assim chamadas ciências sociais, em contraste com as ciências duras, viram-se na obrigação de fundamentar a sua condição de ciência. Dentro das especulações científicas, as ciências sociais se encontram numa posição delicada. Seu estatuto se opõe às ciências naturais, assumindo assim outra roupagem científica, às vezes até não considerada ciência. “Alguns autores [...] sustentaram que a falência das investigações sociais se deve à falta de aplicação de um método realmente científico para levá-las a cabo” (GAETA; GENTILE; LUCERO, 2007).

O método exigido não é outro que o utilizado pelas ciências naturais. Esses autores perfilam-se no que se pode chamar de monismo metodológico, pois postulam a existência de um único “método geral de investigação para todas as ciências fáticas, aplicado tanto ao estudo dos fenômenos naturais quanto aos sociais” (GAETA; GENTILE; LUCERO, 2007, p. 38).

Os monistas metodológicos afirmam que o problema das ciências sociais é a falta de um método mais próximo das ciências naturais. Eles buscam um método homogêneo para o estudo das ciências naturais e das ciências sociais. Apesar de suas diferenças, o monismo se aproxima do que se pode chamar de naturalismo metodológico, corrente que defende o método das ciências naturais como o único científico.

No posicionamento do pluralismo metodológico, defende-se que as ciências sociais constituem um objeto de estudo diferente e, como tal, o método aplicado para sua interpretação não deve exigir uma rigidez empírica para a comprovação de suas teorias.

Quando se estuda o fenômeno social, focaliza-se a atenção sobre determinado grupo, como uma classe social, uma tribo, uma sociedade ou, talvez, um conjunto de significações. Entretanto, uma questão simples, mas profunda, surge quando se estuda esse objeto chamado sociedade. Além das perguntas sobre um método adequado para estudar os fenômenos sociais, indaga-se: afinal, o que é um fenômeno social? É simplesmente um conjunto de indivíduos compactuando simultaneamente? Ou o agrupamento dos seres humanos cria uma unidade, uma entidade?

Mas o que se espera de uma ciência que estuda algo tão comum, diário e complexo como os processos sociais? Essas e outras questões acabam surgindo quando nos debruçamos com um olhar científico sobre os fenômenos estudados pelas ciências sociais. Ela abrange uma grande área de especulação intelectual, que vai da psicologia social até a geografia, passando pela comunicação social. Essas questões levantam vários debates dentro das próprias ciências sociais, gerando uma multiplicidade de posicionamentos a esse respeito.

Para dar conta dessas questões, surgem duas posturas dentro das ciências sociais. Uma que pensa ser o conjunto um resultado da vontade de várias subjetividades distintas, valorizando, assim, a vontade dos indivíduos acima dos grupos sociais. Outra corrente pensa ser esse aglomerado algo diferente dos indivíduos. Defende que o conjunto social constitui uma autonomia, cria uma direção própria. Essa é a posição que opõe holistas e individualistas. Para esses, “os fatos sociais são um agregado formado pelas ações, atitudes e demais circunstâncias correspondentes às pessoas que tomam parte neles” (GAETA; GENTILE; LUCERO, 2007, p. 40). Isto é, somente os indivíduos e suas condutas são reais. Os grupos, instituições ou ações coletivas são uma espécie de ficção, mesmo que útil para expressar e organizar o nosso conhecimento.

Os partidários do holismo, ao contrário, enfatizam o papel das entidades coletivas: um exército ou uma batalha não são meros agregados artificiais. Se pode dizer que são reais; e constituem o tipo de objetos que deve reconhecer o cientista social (GAETA; GENTILE; LUCERO, 2007, p. 41).

O estilçamento do conjunto macrosocial em fenômenos microsociais criaria um fracionamento das conclusões teóricas. Sendo o conjunto social complicado e sistêmico, é impossível ser percebido por um estudo das

molecularidades da sociedade. Para os holistas, é necessário observar o todo para poder compreender o fenômeno social na sua totalidade.

A discussão parece deslocar-se do campo científico para o campo filosófico, numa dimensão ontológica. Existe, contudo, a suposição de que as discussões científicas podem ser solucionadas de outra maneira, pois,

no âmbito das ciências sociais, a discussão entre individualistas e holistas transcende os aspectos puramente filosóficos e se projeta como uma questão fundamental para o estabelecimento do método investigativo. Nesse caso, a decisão que se adotar determinará, por exemplo, o tipo de leis e a classe de explicações que serão aceitas como válidas (GAETA, GENTILE e LUCERO, 2007, p. 41-41).

Isso implica que o individualista vinculará as explicações a partir de condutas individuais e observáveis. Essa decomposição dos macrofenômenos foi extremamente proveitosa, como o demonstra a história das ciências. Todavia, tal situação não exclui que, em certas situações, esse tipo de redução não atinja seus objetivos e as “propriedades dos macrofenômenos careçam de uma explicação em termos de seus microcomponentes” (GAETA; GENTILE; LUCERO, 2007, p. 42).

A pergunta pelo objeto e pelo método situa-se, desse modo, no cerne do questionamento da relação entre midiaticização e processos midiáticos, sem o qual não se poderá determinar o objeto da comunicação.

A pergunta pela midiaticização

Uma dessas situações é constituída pela sociedade em midiaticização contemporânea. Para ela, portanto, dirige-se a terceira pergunta ensejada pela relação da midiaticização com os processos midiáticos na identificação do objeto da comunicação.

A distinção entre holistas e individualistas pode contribuir para justificar a pergunta. No caso concreto em que nos debatemos, é inegável a contribuição que a consideração dos aspectos individuais trouxe para a compreensão da comunicação. A análise dos diversos meios de comunicação como dispositivos tecnológicos inscreve-se no âmbito da visão dos individualistas, na contemplação dos microfenômenos. Tal como na história das ciências naturais, é indiscutível a sua importância na pesquisa sobre comunicação desenvolvida no país. A história da pesquisa na área demonstra à sociedade essa realidade. Na

literatura das pesquisas, abundam obras que se dedicam ao estudo do jornalismo, do rádio e da televisão e, agora, a internet em suas variadas dimensões.

Observa-se aqui a tentativa válida e, muitas vezes, exitosa de interpretar a comunicação a partir de seus elementos individuais. No caso da midiaticização, considera-se que ela é um agregado formado pelas ações, atitudes ligadas às pessoas e aos veículos particulares. São os veículos, os profissionais que são reais. Os grupos, as instituições e ambientes coletivos são uma espécie de ficção. Estamos no âmbito dos microfenômenos, na perspectiva individualista.

Não obstante, existem aspectos e dimensões que se mostram impermeáveis a esse tipo de abordagem. Somos de opinião que, nesse caso, a postura holística parece ser a mais conveniente e adequada. A dimensão dos processos midiáticos transcende os fatos individuais, os microfenômenos, e aponta para os aspectos coletivos, os macrofenômenos, a construção social coletiva a partir do processo de uma sociedade em estado de midiaticização.

O desafio proposto na discussão sobre a dimensão científica das pesquisas em comunicação é determinar o seu objeto, ao lado do tipo de leis e a classe de explicações que serão aceitas como válidas no âmbito científico.

Enquanto não definir, explicitar ou desvelar o objeto da comunicação, o pesquisador ficará tateando e fazendo experimentos metodológicos, sem lograr penetrar na sua essência. É preciso encontrar uma forma de se romper *o casco da tartaruga comunicacional* para, de um lado, dar sentido à pesquisa em comunicação e, de outro, contribuir para equacionamento do enigma proposto pela realidade social: como abordar o processo midiático, que hoje está sendo compreendido como midiaticização e gera uma nova ambiência?

O objeto da comunicação é arredo e fugaz. Para encontrá-lo, faz-se imperioso educar os olhos para ver além das aparências e se concentrar na busca sistêmica do todo. Considerar as partes sem vê-las para surpreender o *fogo fátuo* da comunicação. Unicamente desse modo o pesquisador encontrará o seu objeto no brilho fugaz dos processos. Os processos midiáticos, com suas relações, interconexões, conexões e inter-relações, exigem que se olhe, sem ver, transcendendo-se a limitação do particular para perceber a interconexão do universal. Ultrapassando os entes para encontrar o ser. Muito embora os dispositivos particulares imponham-se com seu brilho ao olhar do pesquisador, é a humildade do processo que permite o desentranhamento do objeto da comunicação e o descobrimento do método adequado para com ele dialogar. O objeto precede ao método.

Enquanto o objeto da pesquisa foi constituído pelos microfenômenos, isto é, os meios de comunicação e seus personagens, o método não signifi-

cou maiores problemas. Pagando pedágio às ciências naturais, predominaram os estudos quantitativos, com hipóteses e experimentações. Mesmo o avanço proposto pelas pesquisas qualitativas, com os grupos focais, histórias de vida, etnografia, não foi suficiente para que se ultrapassasse a perspectiva individualista. Os macrofenômenos dos processos midiáticos permanecem soberanos, desafiando a argúcia dos investigadores. O ambiente formado pelas interconexões midiáticas é refratário aos métodos e abordagens singulares. Ele está presente em todos os meios e faz com que a midiáticação seja. Entretanto, ele é arredio e se esconde atrás dos fenômenos particulares que obnubilam a percepção de suas inter-relações e interconexões.

Apesar de existir a consciência e a certeza de que estamos diante de algo distinto, não podemos negar o processo. A pesquisa somente pode encontrar e encontrar-se diante da encruzilhada atual, em função da história e do processo vivido desde os primórdios nos centros de investigação e ensino. Não houve um salto epistemológico, mas uma lenta construção que permite, hoje, a percepção dos processos midiáticos. Assim como para McLuhan *o meio é a mensagem*, presentemente se pode afirmar que *o processo é o objeto*.

Todavia, se o pesquisador decidir alinhar-se à perspectiva individualista e centrar sua atenção nos microfenômenos, terá à sua disposição uma gama variada de abordagens da comunicação. Cada dispositivo isolado permite distintas formulações e métodos. Tal pesquisador pode estudar a produção, a recepção, os conteúdos dos meios. Pode, igualmente, realizar a contemplação das mediações, tal como a formulação de Barbero e Orozco-Gómez. Esses caminhos são fecundos e produtivos. Não obstante, tocam apenas periféricamente a questão da sociedade em midiáticação. A soma e junções de perspectivas individuais não brindam a compreensão do ambiente na sua totalidade.

A problemática da midiáticação da sociedade, além do compartilhamento de metodologias e conceitos entre as diversas ciências, exige uma aproximação distinta. A situação atual não mais permite uma contemplação externa, com conceitos adrede formulados. Ao contrário, o pesquisador que objetiva interpretar o momento presente deve deixar-se tocar e desafiar na explicitação de metodologias que emergem do próprio objeto.

A análise a partir de campos e dos dispositivos tecnológicos fica aquém do desejado e cria problemas (quando não torna impossível) para um correto dimensionamento dos desafios colocado pela ambiência midiática atual.

O dilema hoje vivido, dentro de uma visão sistêmica e complexa, é superar as abordagens setorializadas, fragmentadas e parciais para compre-

ender a realidade. Nessa dimensão, a soma das diversas partes não fornece o conhecimento do todo. A totalidade social não é alcançada pela soma da visão das diversas áreas isoladas.

Desse modo, o processo de mediação da sociedade desafia os pesquisadores das diversas ciências para a estruturação de um esquema interpretativo, fruto do trabalho em conjunto. Claro que, no momento, encontra-se o desafio – e não as respostas. O fundamental é perceber elementos novos que ajudem nesse projeto-construção da metodologia adequada. Falta à pesquisa em comunicação a consideração dos macrofenômenos. Nessa perspectiva, os dispositivos tecnológicos são apenas uma mínima parcela, a ponta do iceberg, de um novo mundo, configurado pelo processo de mediação da sociedade.¹ Estamos vivendo uma mudança epocal, com a criação de um *bios* midiático (na feliz expressão de Muniz Sodré) que incide profundamente no tecido social. Surge uma nova ecologia comunicacional.² É um *bios* virtual. Mais do que uma tecnointeração, está surgindo um novo modo de ser no mundo, representado pela mediação da sociedade. Esse modo de ser no mundo assume o deslocamento das pessoas da praça (onde são sujeitos e atores) à plateia (onde sua atitude é passiva).

Assumindo-se a mediação como um novo modo de ser no mundo, tende-se a superar a mediação como categoria para se pensar os meios hoje, mesmo sendo essa mais do que um terceiro elemento que faz a ligação entre a realidade e o indivíduo via mídia. Esse conceito contempla a forma como o receptor se relaciona com a mídia e o modo como ele justifica e tematiza essa mesma relação. Por isso estrutura-se como um processo social mais complexo que traz no seu bojo os mecanismos de produção de sentido social.

Entretanto, isso não basta. Estamos numa nova ambiência que, se bem tenha fundamento no processo desenvolvido até aqui, significa um salto qualitativo, uma viragem fundamental no modo de ser e atuar.

Como afirmado acima, há um aspecto descurado na reflexão das ciências sociais: a consideração da mediação como um processo sistêmico, mais abrangente e que está possibilitando uma visão de totalidade da sociedade. É imperioso produzir ferramentas adequadas para trabalhar sis-

1 De acordo com Luhmann, “convence muito pouco a ideia de que só se trata, de qualquer forma, de um anexo de outros sistemas de função, que se servem dos meios de comunicação como um meio técnico para divulgar suas comunicações. [...] Eles não podem ser reduzidos, enquanto comunicação social de grande repercussão, à mera técnica” (LUHMANN, 2005).

2 As ideias que se seguem e que embasam a reflexão foram desenvolvidas em GOMES, 2006; em particular, cf. capítulo 6.

temicamente esse objeto complexo que desafia a argúcia dos pesquisadores das ciências da comunicação.

Para alcançar a totalidade do objeto, o pesquisador deve tomar distância das manifestações particulares para contemplar o mosaico do ambiente formado. Os macrofenômenos, na dimensão holística, aditam novas visões que transcendem o singular e permitem que se forme a imagem do que se estrutura na sociedade em midiaticização. A reflexão metamidiática nos leva à contemplação da questão da midiaticização como um ponto de chegada na evolução e no desenvolvimento a partir do que foi chamado de “sociedade dos mídias”.

A trajetória da sociedade dos mídias à sociedade em midiaticização é um processo lento e gradual que se desenvolve em dois eixos profundamente interligados. De um lado, temos o eixo do tempo que nos insere na perspectiva de uma evolução cronológica que vai dos primórdios da consciência e chega aos dias atuais. O segundo eixo situa-se na dimensão qualitativa, de complexidade crescente nas relações, inter-relações e interconexões humanas. É a bisetriz de ambos que espelha a flecha simbólica da evolução humana.

Sobre a situação, Rosnay (s/d., p. 31) afirma:

Estamos prestes a viver uma mudança de paradigma. Penso que essa mudança de paradigma e essa transição entre a sociedade industrial e a sociedade informacional são a causa de alguns dos grandes problemas que temos hoje, tanto sociológicos quanto socioeconômicos, políticos ou culturais. Frente a essas mudanças, devem-se fazer três coisas. Em primeiro lugar, entender; em segundo, experimentar; e em terceiro, aprender.

Fiquemos no primeiro passo utilizado por ele para fazer frente às mudanças. Isto é, sublinhemos o passo do entendimento, da interpretação. Diz ele:

Não se trata de deixar passar esta revolução tecnológica pretextando que se trata de tecnologia e que é mais uma que se soma às outras. Não, já não estamos nas lógicas de substituição, mas nas lógicas de integração. Lógicas de integração que abrem novos espaços. Depois da logosfera da linguagem, limitada pelo espaço e tempo, da grafosfera da escritura, não limitada nem no tempo nem no espaço, e da midiosfera da televisão, entramos na ciberesfera, das comunicações eletrônicas. Temos que inventar novas relações que sejam compatíveis com isso, caso contrário outros irão conquistar este novo espaço no nosso lugar. Deve-se entender, portanto, essas ferramentas (ROSNAY, s/d, p.31).

A sociedade em midiaticização constitui, nessa perspectiva, o caldo cultural, repetimos, onde os diversos processos sociais acontecem. Ela é uma

ambiência, um novo modo de ser no mundo, que caracteriza a sociedade atual. Comunicação e sociedade, imbricadas na produção de sentido, articulam-se nesse caldo ambiente que é resultado da emergência e do extremo desenvolvimento tecnológico. Mais do que um estágio na evolução, ele é um salto qualitativo que estabelece o totalmente novo na sociedade.

Tal complexidade pode ser abordada desde duas perspectivas. De um lado, com a ótica dos microfenômenos, é possível analisar e contemplar os meios de comunicação na sua individualidade. Cada um deles possui um lugar específico na constelação dos processos midiáticos. Entretanto, a análise individual, mais o somatório de todas elas, deixa escapar elementos que transcendem os elementos particulares de cada dispositivo. Esvai-se, pelos dedos, aquilo que constitui o sistema midiático: a questão dos processos, cuja dinâmica traz consigo o estabelecimento de uma nova ambiência.

Nesse momento, a consideração dos macrofenômenos torna-se produtiva. Não mais o particular, mas o conjunto sistêmico com suas relações, inter-relações, interconexões. A partir dele é possível perceber o novo modo de ser no mundo estabelecido desde uma sociedade em midiatização.

8.3 Epílogo

Diante do exposto, cabe aos pesquisadores realizarem o exercício de se debruçar sobre o fenômeno em questão a partir de uma questão específica: sendo a midiatização um novo modo de ser no mundo, como ela afeta as relações sociais? Ou, dito de outro modo, que tipo de sociedade está sendo gestada a partir desse caldo cultural constituído por uma sociedade em processo de midiatização?

Será a resposta dada a essa pergunta que poderá equacionar a relação/tensão dos microfenômenos e dos macrofenômenos no campo da pesquisa em comunicação.

REFERÊNCIAS

- CHARDIN, Pierre Teilhard de. *El Porvenir del Hombre*. Madrid: Taurus, 1962
- CORETH, Emerich. *Metafísica. Una fundamentación metódico-sistemática*. Barcelona: Herder, 1964.
- GAETA, Rodolfo; GENTILE, Nélica; LUCERO, Susana. *Aspectos críticos das ciências sociais*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2007.

- GOMES, Pedro Gilberto. *A filosofia e a ética da comunicação no processo de midiatização da sociedade*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2006.
- LUHMANN, Niklas. *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo: Paulus, 2005.
- MARTIN BARBERO, Jesús. De la comunicación a la cultura. Perder el *objeto* para ganar el proceso. *Signo y Pensamiento*, n. 5, vol. 3, año 3, segdo. Semestre de 1984. Bogotá: Universidad Javeriana, 1984, p. 17-24.
- MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. Tradução: Décio Pignatari. 8 ed. São Paulo: Cultrix, 1996.
- ROSNAY, Joel de. *Homem simbiótico*. Perspectivas para o Terceiro Milênio. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. Un cambio de era. In RAMONET, Ignacio. *La post-televisión*. Multimedia, Internet y Globalización. Madrid: Icaria, s/d., p.17-32.
- WOLFE, Tom. Introdução. In: MCLUHAN, Marshall. *McLuhhan por McLuhan*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

CAPÍTULO 9

COMO A CIRCULAÇÃO DIRECIONA OS DISPOSITIVOS, INDIVÍDUOS E INSTITUIÇÕES?

Jairo Ferreira

“COMEÇOU A VERDADEIRA GUERRA DA MÍDIA”

a) Estourou a guerra Google x Globo.

Antes de entrar nos detalhes,
vamos entender melhor o que ocorreu
no universo midiático nos últimos anos.
Desde meados dos anos 2000, estava claro

**para os grandes grupos de mídia
que o grande adversário seriam as redes sociais.**

*Cito aqui artigo de Luis Nassif,
do qual destaco duas passagens
e ao qual a todos remeto para uma leitura completa
conforme o endereço em rodapé.¹*

9.1 Uma penca de inferências propositivas e questionadoras sobre as relações entre dois regimes massivos

O lugar do digital no campo da comunicação enquanto processo social já atinge uma reestruturação do mercado (econômico, político e cultural) das “mídias” no Brasil. Nada assegura que se trata, como sugere a ideologia ingênua das redes, de um mundo novo, pós-mercado, pós-indústria monopolista, pós-ideologias. Há indícios suficientes de que se trata de uma internacionalização dos sistemas de produção, que capta, para seu funcionamento, as propensões de usos e interações de indivíduos conectados. Nesse sentido, a circulação é um objeto onde se sugere pensar esses processos no

1 Artigo disponível em: <<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/comecou-a-verdadeira-guerra-da-midia>>.

âmbito das relações intra e intermediáticas, em que as redes digitais estão em interação com a “indústria massiva”. Ao colocarmos entre aspas, estamos relativizando o valor semântico-cognitivo da distinção social e epistemológica entre “redes sociais” e “indústria cultural massiva”. Ambos são massivos, industriais e funcionam em redes. A perspectiva da mediação é que nos permitiria diferenciá-las como objetos da comunicação.

Neste capítulo, apresentamos um balanço de pesquisas realizadas desde 2006 em que a circulação aparece como objeto de nossas reflexões. Durante esse período, foi possível reelaborar sucessivamente nossas proposições, questões e inferências. Teses e dissertações orientadas também contribuíram para as reformulações aqui apresentadas. Entretanto, não se trata de um balanço na forma de resenha. É uma tentativa de síntese não conclusiva, mas questionadora, a partir das inferências propositivas desenvolvidas nessas pesquisas, todas elas realizadas no âmbito de dispositivos digitais *on-line* (desde a tese de doutorado, defendida em 2002), quando o objeto é a mediação.

Nesse período, teve importância decisiva o amadurecimento da reflexão sobre o método. Depois de um longo período marcado pelo método dedutivo-indutivo, e percebendo diversas dificuldades decorrentes dessa herança das ciências sociais, desenvolvemos uma reflexão própria sobre o método a partir do conceito de abdução em Peirce (FERREIRA, 2012). Nessa perspectiva, trata-se de ir além das materialidades, na direção de inferências, partindo-se de indícios. Dividimos essas inferências entre as propositivas e as questionadoras. As primeiras abrangem não só uma diagnose, mas também prognose e prescrição. A prognose é uma inferência especulativa, de tendências e cenários possíveis a partir das correlações diagnosticadas. A dimensão prescritiva da inferência remete ao caráter político da pesquisa sobre mediação e, especificamente, sobre a circulação. Trata-se, nessa dimensão, de sugerir ações estrategicamente orientadas. É nessa esfera que a comunicação pode resgatar o seu lugar de “ciência social”.

Os três níveis de inferência, entretanto, devem ser contaminados pelas questões. Caso contrário, deixa de ocorrer a investigação. Essa contaminação é também inferencial. Não é mecânica a relação entre inferência propositiva e inferência questionadora. Entre as duas se coloca a necessidade de um trabalho reflexivo em que as questões não sejam proposições sob o formato de interrogações.

O texto se desenvolve em três níveis de proposições e questionamentos: o primeiro, mais abstrato, sobre o que é circulação; o segundo, de concretização intermediária, sobre os dispositivos midiáticos como operadores

e lugares de inscrição socioantropológicos, semiodiscursivos e tecnotecnológicos; terceiro, de concretização descritiva e interface epistemológica sobre a incidências da circulação nas instituições midiáticas, não midiáticas e indivíduos. Em cada nível, apresentamos proposições, questões e contextos (empíricos e reflexivos), conforme pesquisas em curso (próprias e de orientandos).

9.2 A circulação como objeto

Estudar a circulação é produzir inferências possíveis (questões e proposições) sobre os valores (des)construídos socialmente a partir de usos e práticas relacionáveis às interações com os dispositivos midiáticos, adotando como referência preliminar o campo observacional constituído por materialidades difusas e distribuídas. Na perspectiva da inferência, os valores em jogo não são visíveis nem reveláveis completamente. Sempre inferenciais, são provisórios e possíveis para o investigador, assim como o são para os participantes do jogo comunicacional.

No espaço de estudos sobre as redes digitais, há um debate em curso sobre se há a construção social de valores diferenciados.² A esse respeito, Proulx acentua a emergência da cultura da gratuidade nos meios digitais *on-line* simultânea à continuidade das lógicas de valor da indústria cultural. Flichy interpõe a problemática do amador e da democracia perante o poder dos especialistas, como uma descontinuidade entre cultura massiva da indústria e dos meios digitais *on-line*. Scolari e Carlón solicitam uma nova formulação sobre a midiatização que considere a incidência da técnica e do tecnológico digital sobre a circulação do discurso. Esses novos processos sociais (gratuidade, amadores, discursos) que são inferidos a partir de observações estão em tensão com outras perspectivas que acentuam a continuidade de lógicas anteriores já observáveis na midiatização, incluindo os contextos de produção ancorados nos mercados diversos em que se desenvolvem – o econômico, o cultural, o político e os formados por instituições específicas e indivíduos.

Para Miége, não há uma ruptura entre os processos típicos de meios massivos e os definidos pelas redes digitais *on-line*. Ou seja, se categorias como as de amadores, democracia e gratuidade são correlatas a um viés de

2 Reflexões visitadas nos seminários da Escola de Altos Estudos intitulado “Midiatização, técnicas e tecnologias de informação e comunicação”; projeto Capes coordenado pelo PPGCC Unisinos.

reconhecimento de que mais valores estão sendo produzidos, outras, que acentuam os contextos sociais onde se inserem as microinterações em análise, nos convidam a pensar a crítica à reprodução, inclusive da reprodução de ideologias, no caso, típicas das redes digitais.

Se válida a hipótese, deve-se considerar principalmente a comunicação bloqueada pelo valor mercantil (em suas diversas economias), submetendo o conceito de comunicação à lógica das trocas constituintes do poder simbólico. Haveria, nessa segunda perspectiva, uma circulação obstruída, mesmo e talvez mais agudamente na era das redes digitais, mesmo que submersa a uma ideologia da máxima comunicação.

9.2.1 Circulação não é a distribuição; a distribuição é uma derivada da circulação

Desde 2007, observamos especialmente a reprodução parcial ou total de conteúdos em *sites* de diversas instituições (midiáticas e não midiáticas) e agentes sociais individuais. Nesse campo observacional, é visível a replicação, distribuição, marcada por redundâncias materialmente observadas, ou seja, por analogias ou reprodução deste. Esse é um campo observacional importante para investigar a circulação. Mas a distribuição pode ser investigada em diversas outras perspectivas (agendamento, tematizações, indústria cultural etc.), além da circulação. Por isso, argumentamos a sua validade como objeto de investigação.

A pergunta correlata a essa inferência específica é: como enfrentar-se com esse campo observacional em termos teóricos e metodológicos na perspectiva da circulação?

O contexto reflexivo desta pergunta é a linhagem de pesquisa em midiática e processos sociais. Esta pode ser definida em diversas perspectivas. Uma das perspectivas é a desenvolvida por Verón-Fausto Neto, focada na problemática do discurso e que acentua as relações entre produção e reconhecimento. Recentemente, após a publicação da obra *Semiose Social II*, de Eliseu Verón, um debate surge nesse campo de reflexão. Mario Carlón, pesquisador da UBA, vem fazendo críticas sobre essa perspectiva, que considera antropocêntrica. Especificamente, acentua que a investigação sobre a semiose social não pode ficar alheia às incidências das tecnologias, interpondo-se entre produção e reconhecimento e, de outro lado, sobre o lugar da natureza na produção social de sentido.

Nossa formulação difere dessas duas perspectivas, ao mesmo tempo em que busca sempre se alimentar das duas formulações. O foco de questões, em nossa perspectiva, deve, então, se direcionar para o dispositivo em análise e de análise, em que o investigador questiona as relações possíveis visíveis em processos sociossêmiotécnicos que devem ser investigados.

9.2.2 *A circulação é um problema investigável na distribuição intermediática e intramediática*

O campo observacional nos levou à inferência de que a circulação é uma problemática que se destaca nas relações entre processos intermediáticos (entre dispositivos) e intramediáticos (no âmbito do dispositivo).

O Facebook é um meio que se transforma em dispositivo na medida em que as práticas sociais o consolidam como campo de interações sociais. Como meio dispositivo, pode ser objeto de análise dos dois processos, que ocorrem de forma simultânea e articulada. Mas não é o único. Ele mesmo é resultante de uma sucessão de dispositivos que inauguram a articulação entre processos endógenos e exógenos de distribuição (listas de discussão, fóruns, Orkut, MSN, entre outros). No Facebook, por exemplo, transitam regularmente materiais produzidos conforme lógicas da indústria cultural massiva. Esses materiais (informações da indústria cultural massiva – notícias, comentários, crônicas, filmes etc.) são objetos de interações entre interlocutores através de comentários, compartilhamentos e curtidas, num mesmo circuito (BRAGA, 2012), e suas intersecções com outros circuitos do dispositivo. A isso, chamamos de interlocução endógena.

Esse processo endógeno é necessariamente simultâneo às interações exógenas, em que um determinado dispositivo está em fluxo com dispositivos da mesma ou de outra ordem. De outra ordem, exemplo: interações entre processos do Facebook e da televisão massiva. Os dispositivos televisivos e de redes digitais têm um ao outro como seu ambiente, e cada um tem seus processos de interação endógenos. É interessante, por exemplo, que os dispositivos televisivos se tomam em relação com o outro; já as redes sociodigitais (Facebook, por exemplo) têm a sua regulação mediada por dispositivos massivos anteriores às redes (rádio, jornal e televisão), sendo que os mercados concorrenciais são entre os dispositivos em si mesmo (exemplo: concorrência, já resolvida, entre Orkut e Facebook).

Mas mesmo antes dos dispositivos digitais *on-line*, já é possível observar a comunicação intra e intermediática. O intermediático foi explicitado

em teorias como a do agendamento. O intra é visível em dispositivos nos quais a diferenciação é tecnicamente mediada. Na televisão, o âncora, o repórter, o comentarista, o entrevistado, as imagens e sons mostrados etc. já antecipam o que acentuamos como comunicação intramidiática.

Nessa perspectiva, sugere-se que o objeto primeiro da circulação seja a interação entre os usuários dos meios-dispositivos midiáticos e os de outros dispositivos sociais (de organizações e instituições).

A pergunta que se apresenta é: quando se considera sistemas diversos (massivos anteriores e redes digitais atuais) em suas interações com o ambiente, quais as relações entre circulações intermediáticas e intramidiáticas? Há, entre as duas, rupturas históricas em termos de processos midiáticos na perspectiva da circulação, ou seja, da (des)construção de valores? Ou as continuidades são dominantes, sobrepondo-se às diferenciações e, nesse sentido, não haveria circulação mas reprodução e estagnação em termos de valores, em que as diferenças acentuadas iludem as continuidades estruturais?

As buscas de inferências sobre o processo de circulação, a partir dessas questões, requerem um cuidado redobrado sobre o jogo comunicacional que se instala nas relações entre as interações, as práticas e os usos internos aos dispositivos midiáticos e suas interações com os ambientes de produção e consumo constituídos por dispositivos afins e diversos em termos sistêmicos. Enfim, demanda uma observação aguda entre o dentro e o fora, incluindo o entre na constelação formada pelos dispositivos midiáticos como objeto primeiro de investigação.

Sugerimos ser na circulação inter e intramidiática o lugar onde é possível “ver” continuidade e ruptura em termos de valores. Essa problemática se transformou quase em senso comum, o que produz um problema epistemológico para as diversas perspectivas de pesquisa sobre processos midiáticos: Como reconhecer, caso se acentue essa ruptura, sem passar pelo reconhecimento de que as técnicas e tecnologias não se constituem apenas em meios neutros, mas são operadores? Como reconhecer seu lugar de operação sem neutralizar ou “zerar” outros operadores (o signo e o discurso; a natureza; os usos, as práticas e as interações, conforme suas preferências de partida)?

9.2.3 Nos processos midiáticos em redes digitais on-line há uma nova relação entre consumo e produção. A circulação é o objeto emergente

O campo observacional que nos leva a essa proposição é a participação mais ativa do receptor na produção em dispositivos midiáticos. Essa parti-

cipação é central no funcionamento dos próprios dispositivos. Tal observação nos levou ao conceito de recepção produtiva ou produção consumidora como chave do próprio conceito de midiaticização. Nos meios massivos anteriores, essa presença do receptor ocorria após produção ou no âmbito de uma produção em que uma série de discursos da instituição midiática era interposto. Nas redes atuais, os receptores passam a participar como construtores desses discursos, ocupando lugares antes só realizáveis pelos técnicos ou especialistas contratados para isso.

A pergunta que se coloca agora é: a inscrição dos receptores nos processos de produção nos permite falar em ruptura entre indústria cultural massiva e redes digitais? Há, aí, uma ruptura epistemológica que invalidaria as angulações fundadas na produção e na recepção massivas? Essas duas perguntas poderiam remeter a teoria das mediações, especialmente aquela elaborada por Barbero. Porém, queremos acentuar outra perspectiva: aquela definida pelos modelos relativos aos processos midiáticos.

Esse foco transversal não é observado apenas nas pesquisas desenvolvidas sob o tema e o operador semântico-cognitivo “midiaticização”. Se considerarmos o objeto designado, haverá um campo aberto de reflexões que poderá vir a ser explorado. Assim, é pertinente a observação de Felinto (2011, p. 6):

Em trabalho bastante inovador no contexto de então, Afonso Albuquerque indicou como as novas mídias digitais colocaram em xeque os modelos teóricos tradicionais (e mesmo a identidade do campo) da pesquisa em comunicação, até então pautada pelo paradigma emissor-mensagem-receptor (E-M-R) característico da *mass media research* (2002). Aqui vale a pena fazer um parêntesis e observar, de fato, que o grosso das discussões sobre a identidade da comunicação se deu no contexto da *mass media research*. E não é casual o fato de que existam diferenças gritantes entre os métodos, perspectivas teóricas e posições disciplinares adotadas nos universos de pesquisa das mídias digitais e das tecnologias de comunicação massiva. Não apenas, como já seria de esperar, devido às diferenças estruturais que caracterizam esses ambientes midiáticos, senão também devido ao fato de que o digital (e as formas de conhecimento que lhe são culturalmente coetâneas) favoreceu a problematização do próprio cerne da noção de comunicação.

A partir desse contexto reflexivo se fortalece a proposição de que a midiaticização é uma perspectiva epistemológica que deve superar os paradigmas de estudos de processo midiáticos desde a produção e consumo, para ser pensada em termos de circulação. Nesse sentido, ela dialoga com os

modelos circulares de comunicação. Mas as teorias circulares tinham como foco a realidade ontológica em que ocorre uma separação entre produção e recepção e questionavam a circulação com base nos processos entre emissor e receptor final (indivíduos consumidores). A midiaticização se constitui em torno de uma nova problemática: produtores que ocupam posição de consumidores de produtos midiáticos, e de indivíduos-consumidores que passam a ocupar (nas chamadas redes sociais) posição de produtores (configurando o consumo produtivo ou produção consumidora). Esse processo ontológico é anterior ao momento contemporâneo, mas atualmente as possibilidades de apropriação dos dispositivos para realização dos processos circulares de produção↔consumo estão aceleradas com as redes sociodigitais. Mas isso, que é observável, nos permite falar em ruptura epistemológica? Ou as continuidades são mais fortes do que as rupturas?

Se as rupturas forem maiores, a circulação indicará os processos de autonomização da comunicação midiática perante os dois processos anteriores (recepção e produção), e implicará, por essa via, num descolamento da comunicação midiática dos contextos territoriais, socioantropológicos e semiodiscursivos, de origem de indivíduos e instituições. Se menores, os contextos (posições) serão os que foram analisados até então pelas teorias da produção e da recepção.

9.3 Diferenciação da circulação conforme os dispositivos em jogo

A circulação, como definida no item anterior, é abstrata. Ela se concretiza na análise das interações entre os usuários dos meios-dispositivos midiáticos em que ocorre. O dispositivo não é meio nem mensagem. É um lugar de inscrição que se transforma em operador de novas condições de produção e de recepção, e, ao mesmo tempo, passagem e meio. Nesse duplo movimento, observa-se um deslocamento/reescalonamento, instalando novas lógicas de classificações em contextos interacionais em que está inserido.

Essas inferências decorrem de indícios visíveis no campo observacional. *Games* como o Habbo, Minecraft, Magic; pedagógicos como o Moodle; interacionais como o Facebook, o Skype; *sites* de relacionamentos etc. abrem a possibilidade de inferências diferenciadas sobre a recepção produtiva e a produção receptora; entre processos inter e intramidiáticos, na (des)construção de valores.

Cada dispositivo produz sua cota nesses processos de valorização, em uma matriz complexa, o que dificulta a análise concreta. A inferência, assim, é necessariamente uma abstração do conjunto de relações em que está inscrita (diversos dispositivos em rede, mas também nos processos de circulação intermediática e intramidiática, que incluem a indústria cultural massiva, além do circuito clássico destinado à recepção final, e os contextos interacionais onde se encontra).

O caso como referência produtiva em termos de método tem esse limite, assumido, pois que se destina à interlocução social sobre processos compartilhados. Nesse sentido, o da concretização, captam-se fragmentos de um processo, indícios, marcas e sintomas. Infere-se. É impossível esgotar, fechar, em modelos qualiquantitativos o que ali ocorre. É nesse ambiente de incerteza teórico-metodológica que a pesquisa sobre os dispositivos na perspectiva da circulação/midiatização é sempre inferencial, produtora de proposições e novos questionamentos.

Considerando-se esse limites e potencialidades teórico-metodológicos, pode-se então perguntar: quais são os operadores estruturantes que incidem em transformação de correlações de forças entre processos inter e intramidiáticos? Como tais operadores produzem deslocamentos e reescalamentos de contextos interacionais, incluindo os da produção e da recepção?

9.3.1 *A inscrição das condições socioantropológicas*

A inscrição dos processos socioantropológicos nos dispositivos midiáticos produz novos usos, práticas e interações sociais midiaticizadas.

A inscrição é trivial. Um indivíduo, uma instituição, midiática e não midiática, se inscrevem num dispositivo. É diferente essa inscrição nos meios massivos antes e depois das “redes sociais”. Antes, na esfera da produção, a inscrição é uma concessão ou registro que ocorre nos marcos nacionais. Depois, é uma prerrogativa individual no contexto global.

Ocorre uma laicização da questão midiática, apesar de discursivamente se manter um jogo de disputas – “contra a Globo”, por exemplo – que toma como referências as ideologias circulantes de uma sociedade de redes se contrapondo a uma sociedade industrial. As “redes sociais” são externas aos marcos legais nacionais, mesmo que também reguladas aí.

Mas se inscrever é sempre entrar em relação com um grupo, uma classe, um coletivo de indivíduos que se colocam na produção em torno de um nome (do dispositivo). Na esfera da recepção, quando se fala de meios mas-

sivos antes da rede, a inscrição pode se dar pela integração ao quadro de comentaristas, entrevistados, comentados, mostrados. Ou como consumidor final. No consumo final o único registro é o feito pelas pesquisas de diversos tipos, se abstrairmos a perspectiva das mediações.

Depois das redes, para ser consumidor final do que rola no Habbo, Minecraft, Magic; no Moodle; interacionais como Facebook, no Skype; nos *sites* de relacionamentos, o receptor precisa ser cadastrado. Ao se inscrever, o sujeito transforma-se também em potencial produtor de conteúdos para esses dispositivos, incluindo os registros de um nome (verdadeiro ou fictício).

O inscrito pode, em geral numa segunda inscrição, acompanhar-se de coletivos de produtores-consumidores em meios massivos antes e durante as redes. Inscreve-se em circuitos diversos (amigos, colegas, escolhidos, ídolos, desejados, interlocutores desconhecidos que compartilham um jogo, alunos designados pela instituição que gestiona o dispositivo).

Em curto espaço de tempo, o inscrito é realocado. Muitos se retiram perante a percepção da nova realidade que as interações através de dispositivos midiáticos digitais *on-line* produzem. Isso pode ser observado nas mobilizações políticas de maio/junho de 2013, no Brasil, tecidas em rede. Um caso recente, público, foi o da jornalista que se retirou da rede depois que seus posicionamentos sobre o caso dos “médicos cubanos” geraram críticas em diversos circuitos.³ Diz ela, ao informar sua saída do Facebook: “Vou deixar do jeito que está (sem redes sociais), porque as pessoas não aceitam o contraditório. Você não tem o direito de expressar a sua opinião, que logo vêm as críticas”. Esse é um caso singular em que há indícios claros de que o deslocamento de ambientes-circuitos não foi percebido pela jornalista. Certamente, alguém, até em seus circuitos, não mais compartilhava seus valores (e, por isso, vazou). Ao mesmo tempo, indica que valores sociais compartilhados podem emergir e regular os usos em redes digitais.

Mas não só neste nível. Observa-se que crianças e adolescentes que aderem aos *games* na Web fazem isso substituindo interlocutores de interações presenciais por interlocutores de interações *on-line*. E que alunos adaptados a modalidades de ensino a distância (EAD) não são mais mobilizados pelo encontro presencial. Enfim, a inscrição implica um reposicionamento em circuitos sociais.

3 Disponível em: <<http://tribunadonorte.com.br/noticia/jornalista-que-criticou-aparencia-de-medicos-cubanos-se-defende/259546>>.

Isso não esgota o nível das interações presenciais, mas ocupa uma parte desses espaços, transformando-se em um novo real. Isto é, há um novo real (usos, práticas e interações) em construção na vida social. Já não funciona a distinção real e virtual anterior: quando crianças brincam, observa-se que os sintomas, vozes, barulhos, expressões, são de brincadeiras presenciais; falas em voz alta, gritos, gargalhadas etc. como em ambientes presenciais. Novas sensações são construídas nas adaptações à pedagogia *on-line*. Refinam-se circuitos ao mesmo tempo em que são articulados em diversos níveis.

O vizinho do território só participa se está no mesmo circuito de rede? Isso significa uma ruptura substancial com os “meios massivos” designados em oposição às “redes sociais”?

Há indícios suficientes para uma inferência diversa, o contraditório: a “sociedade de redes” quer o espaço de legitimidade da sociedade massiva, utilizando estratégias que são paralelas. Observa-se também que, no espaço nas chamadas redes sociais, há materiais que seguem a lógica da indústria cultural massiva. Os processos de auto-organização regulada pelos algoritmos tecnológicos e técnicas de editoração são também compatíveis com estéticas de denúncia tipo Datena, *trashies*, escrituras orais tipo Twitter etc. É precipitado, nesse sentido, falar em ausência de continuidades com a indústria cultural massiva anterior às redes.

Mas é válido falar em novos usos, práticas e interações. Novos rituais se instalam, afetando a subjetividade dos interagentes, ativando seus sistemas classificatórios, produzindo espaços socioantropológicos emergentes. Nesse sentido, é observável também a ocorrência de rupturas.

9.3.2 A inscrição semiodiscursiva

A inscrição de indivíduos e instituições é também, simultaneamente, de mananciais semiodiscursivos: circulação de imagens, vozes, de textos e de discursos de diversas origens. “Carregados” para a rede, ganham visibilidade simultânea e direito a registro em diversos circuitos, alicerçando um processo interacional fundado em memória imediata dos materiais registrados. A circulação intermediária se articula, nessa esfera, com intensa circulação intramidiática, sendo uma referência da outra simultaneamente. Os signos pululam, saltitam, fritam e são esfriados em contextos interacionais e tentativas discursivas diversas. As zonas de estabilidade são fugidias. Os signos são destruídos por novas inscrições discursivas. São desmantelados. Novos esforços discursivos se sucedem, visando restabelecer a ordem do discurso.

Essa desarrumação sgnica   transitória? Novos discursos estão em curso de constru o? Ou os velhos discursos conseguirão se adaptar? Como fica o discurso como institui o ordenadora?

9.3.3 A inscri o tecnológica

Já a inscri o das técnicas e tecnologias   relativamente estável mesmo que os dispositivos (que não são apenas tecnologias) sejam instáveis (como mostra a sucessão, lista de discussão, fóruns, MSN, Orkut, Facebook, se pensarmos nesse sentido apenas). A base   a digitaliza o, as lógicas subjacentes aos algoritmos, que passam a regular a busca, as intera es e os controles.

Transformam-se em tecnologias de inscri o e de poder, conforme correla es socioantropológicas construídas nas inscri es de indivíduos e institui es, especificamente midiáticas ou não.

A pesquisa descritiva sobre os algoritmos   uma necessidade no campo da comunica o. Somente ela poderá responder a questões tais como: quais as incidências dos algoritmos na organiza o das intera es para além do visível? Nos processos de controle político, econ mico e cultural? Sobre as configura es discursivas, suas destrui es e reconstrui es?

9.4 Incidências sobre as institui es e os indivíduos

Na primeira fase das redes, em que as institui es midiáticas e não midiáticas passam a ocupar o espaço das redes digitais, observa-se uma forte conserva o de valores como base dos processos de distribui o difusa e diferida. Essa conserva o observada   compatível com as teses de que a reprodu o dos mercados (culturais, políticos, econ micos e de institui es específicas) continua a regular os processos de produ o e consumo dos processos midiáticos. A presença dos indivíduos nesse processo ocorria dentro das fronteiras e dos marcos referenciais dos atores midiáticos, ou seja, conforme as fun es técnicas definidas em rotinas (entrevistados, repórter, fotógrafo, editorialistas, etc.), em que assessorias de comunica o das institui es não-midiáticas (empresas, governos, movimentos sociais) entram em concerto com a programa o das institui es midiáticas. Entretanto, já nesse momento se observam a generaliza o das rela es públicas (MI GE, 2009) e, correlato, a autonomiza o dos processos intermedi ticos, ao mesmo momento em que os processos intramedi ticos conservaram a organiza-

ção industrial de produção anterior às redes digitais (FERREIRA, 2007), e são configurados conforme estratégias direcionadas à recepção final.

Um momento de ruptura observável é gestado com a inscrição e as reinscrições dos indivíduos em interação. As tecnologias para isso vêm desde o final da década de 1990. São 20 anos desde as listas de discussões, *chats*, fóruns, MSN etc. até as plataformas hegemônicas atuais, de interação, entretenimento, relacionamento, formação etc. Nesse processo, inferimos que, por um lado, há reprodução de distinções sociais na esfera das trocas e interações, até quando mediadas pela linguagem. A linguagem – em sua forma discursiva ou em fragmentos de discurso – opera como segundo nível de seleção (o primeiro é o próprio acesso às tecnologias de rede), agrupamentos, exclusões, num processo sempre incerto.

Ou seja, mesmo em interações não institucionalizadas, formam-se grupos conforme as lógicas dos mercados sociais que contextualizam as interações intramidiáticas. Isso foi observado desde a análise de interações em listas de discussão (final do século passado) e, depois, de *chats* (primeira década deste século). Nesse sentido, a inferência é de que são processos demarcados pela reprodução de valores sociais, mesmo que em escalas diferenciadas. Essas inferências indicam o valor do *habitus* – esquemas sociais incorporados no nível dos indivíduos, que por isso são chamados de agentes – com sua força de reprodução. A circulação, nesse sentido, continua contida nos valores em reprodução – mesmo que expansiva.

Somente nesta década, os dois processos anteriores – inscrição das instituições e dos indivíduos em rede digitais – se articulam como mundos paralelos, em que um é ambiente do outro, acelerando os processos de interação intramidiáticos articulados com as que ocorrem na esfera intermidiática. São essas articulações que nos permitem acentuar processos de incerteza, derivados principalmente das rupturas como quadros de referência socialmente compartilhados (ou seja, discursos reconhecidos como hegemônicos). Vimos isso tanto no ensaio sobre a Al-Jazeera (FERREIRA; DAIBERT, 2012) quanto no trabalho sobre o Observatório de Imprensa (FERREIRA; GARCIA, 2012), feito a partir de pesquisa conduzida por Adriana Garcia. Nesses casos, a incerteza indicaria uma erosão dos processos de reprodução de valores sociais até então constituídos, ao mesmo tempo em que se observa a emergência de valores sociais compartilhados antes não revelados, pois que não possuíam “mídia” para isso.

Mas nos dois casos acima buscam-se indícios de referências (valores) em formações “nacionais”. Em sua tese de doutorado, Rosa (2012) evidencia que

a incerteza é também relativa noutro nível: a construção de imagens-totens nos processos de circulação passa a hierarquizar os processos de distribuição difusa e diferida de imagens nas redes digitais, incluindo dispositivos assinados por instituições midiáticas, não midiáticas e atores individuais. Nesse caso, a escala não foi nacional, mas internacional, o que permite inferir que os valores vinculados às formações nacionais estão, ao mesmo tempo, hierarquizados por valores construídos em processos de circulação na escala global.

Uma inferência é a de que, como as instituições midiáticas reguladas por lógicas da indústria anterior às redes digitais (rádios, televisão e jornais) foram construídas em contextos de formações nacionais (especialmente no Brasil), suas referências (inclusive discursivas) são também solapadas pelas incertezas e novos poderes em construção na esfera global. Essa inferência nos levaria a uma hipótese de que o espaço do conflito social contemporâneo está entre o “massivo constituído nos marcos do Estado-nação” e o massivo constituído no espaço global, as redes digitais. Esse é um nível de conflito típico de processos midiáticos.

Outro nível é o de poder, relativo às incidências dos processos de circulação nas instituições, mesmo quando resultam de um movimento circular diferenciado. Muitas instituições e indivíduos estão inscritos nos dispositivos midiáticos. Muitos não. O pré-requisito socioantropológico da midiatisação é essa relação em que circuitos diversos interagem, sendo que alguns estão inscritos (em dispositivos midiáticos) e outros não estão (por exemplo: mesmo os não inscritos no Facebook acabam por interagir, em outros circuitos, com as interações dessa rede). Isso é sedutor. A sedução está nesse jogo, estar dentro e estar fora, em que mesmo o estar fora é chamado a interagir com as interações em dispositivo específico, demarcando-se assim a instalação do dispositivo como poder na esfera da cultura midiática, na medida em que a circulação intra e intermidiática convida a todos a dele participar. As instituições inscritas podem ser especificamente midiáticas ou não.

Ao buscar inferências de como instituições e indivíduos são transformados pelos processos de circulação, a midiatisação volta ao chão de fábrica das ciências sociais. Sua conexão com o real social, suas alteridades possíveis e referências. É o nível de concretização mais descritivo e, portanto, lugar aberto às interfaces com outras interpretações (advindas do midiático, da economia, da política e da cultura, incluindo as vertentes psicológicas e biossistêmicas). Por um lado, no movimento ascendente (de inscrição) se leva tudo que há na sociedade inscrita e parte da não inscrita. Por outro, no

movimento descendente, retorna-se a ela, transformando-a, na medida em que incide sobre a (des)construção social de valores.

Numa formação social como a do Brasil, a situação atual é de crise e de desajustamento (LAHIRE, 2002), o que afeta o movimento ascendente e descendente da circulação. Essa situação fundamenta a força dos processos de interação e usos perante as práticas sociais incorporadas na formação social midiaticizada no Brasil. São diversas situações que nos aproximam dessa tendência contextual:

- a) contradição com o até então incorporado – diversidade histórica e cultural da formação Brasil, sem hegemonia definida. Ou seja, não há projetos fortes de um país purificado culturalmente;
- b) uma diversidade decorrente dos processos migratórios;
- c) desvios entre disposições e situações – em que a mobilidade social produz presenças de indivíduos em contextos que “não lhe pertencem”;
- d) transformações históricas fortes – populismo, ditadura, democracia, novas configurações recentes, na economia e na política.

Nessa sociedade, as perspectivas que analisam as práticas (cultural, econômico e política) perdem valor perante aquelas que acentuam as singularidades. Isso é observável. As ciências sociais clássicas tentam nos informar sobre o que vai nos movimentos ascendentes.

Em síntese, num breve resumo de pesquisas em curso, concluímos que os movimentos da midiaticização devem ser “buscados” nas investigações empíricas. Com base nessas investigações, o trânsito dos processos de circulação – do conflito entre redes, hierarquizações globais, formações sociais singulares – como transformação das crenças e valores não se explicaria pelo tecnológico isoladamente, mas também pelos processos de interpenetração entre o tecnológico, as formações discursivas e os contextos socioantropológicos, os quais, configurando novos circuitos e reproduzindo os anteriores, passam a regular as próprias e novas inscrições socioantropológicas – como indicamos no caso da jornalista e da criança, que definem inclusões e exclusões de seus pares a partir dos circuitos de rede. O retorno, coerente com a perspectiva da construção de caso como inferência, deve ser a investigação sobre um objeto dinâmico – a circulação.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, José Luiz. Circuitos *versus* campos sociais. In: JANOTTI JUNIOR, Jeder; MATTOS, Maria Ângela; JACKS, Nilda (orgs.). *Mediação & midiatização*. Salvador: Edufba; Brasília: Compós, 2012.
- FAUSTO NETO, Antonio. As bordas da circulação. *Alceu*, v. 10, Rio de Janeiro: PU-CRS, 2010, p. 55-69.
- FELINTO, Erick. Da Teoria da Comunicação às teorias da mídia. Ou, temperando a epistemologia com uma dose de cibercultura. *Anais do XX Encontro Anual da Compós, GT Comunicação e Cibercultura*, Porto Alegre: UFRGS/Compós, 2011.
- FERREIRA, Jairo. Notícias sobre as ONGs: uma conjuntura aberta pelos dispositivos midiáticos na Web. In: FERREIRA, Jairo; VIZER, Eduardo (orgs.). *Mídias e movimentos sociais: linguagens e coletivos em ação*. São Paulo: Paulus, 2007, p. 131-148.
- FERREIRA, Jairo; DAIBERT, Paula. Dónde estás? En búsqueda de lo tercero en el terreno de índices e íconos en el estudio de un conflicto inexplorado: el caso Sharek.aljazeera.com. In: CARLÓN, Mario; FAUSTO NETO, Antonio (orgs.). *Las políticas de los internautas*. 1ed. Buenos Aires: La Crujia, 2012, p. 81-96.
- FERREIRA, Jairo; GARCIA, Adriana. Inférences sur l'incertitude dans la formation médiatisée au Brésil: le cas de la dissolution de la critique dans l'Observatoire de la Presse. *Anais do XIXe congrès de l'AISLF*, 2012, Rabat: Laboratoire SET/UMR 5603 du CNRS et Université de Pau, 2012, p. 246-263.
- FERREIRA, Jairo. O caso como referência do método: possibilidade de integração dialética do silogismo para pensar a pesquisa empírica em comunicação. *In Texto online*, v. 27, Porto Alegre: UFRGS, 2012, p. 161-172.
- FLICHY, Patrice. *Le sacre de l'amateur*. Paris: Le Seuil, 2010
- LAHIRE, Bernard. *O homem plural. Os determinantes da ação*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MIÈGE, Bernard. *A sociedade tecida pela comunicação*. Técnicas da informação e da comunicação entre inovação e enraizamento social. São Paulo: Paulus, 2009.
- _____. Bernard. Comunicação, e tecnologia na sociedade: uma dimensão transversal (Entrevista com Elizabeth Saad Correa), *Matrizes*, ano 3, n. 1, São Paulo: ECA/USP, 2009, p. 121-126. Disponível em: <http://www.matrizes.usp.br/ojs/index.php/matrizes/article/viewFile/87/pdf_75>.
- PROULX, Serge; BRETON, Philippe. *Sociologia da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2002.
- ROSA, Ana Paula. *Imagens-totens: a fixação de símbolos nos processos de midiatização*. Tese de doutorado, São Leopoldo: Unisinos, 2012.

CAPÍTULO 10

O QUE A COMUNICAÇÃO TRANSFORMA?

José Luiz Braga

10.1 Introdução

A questão que move o presente artigo é o aspecto transformador da comunicação. Essa perspectiva se caracteriza como uma proposta heurística: a de que observar transformações acionadas pelo processo comunicacional deve ser produtivo para o conhecimento em nossa área.

Um modo habitual para o estudo de transformações em âmbito social, no campo acadêmico, é o de tentar capturar “regras da transformação”. Embora considere que podemos sempre estudar regras comunicacionais conforme sua efetiva existência em situações concretas, não acho produtivo estudá-las em nível nomotético – em que se assumem aquelas regras como constantes ou deterministas, no objetivo de fazer previsões e generalizações sobre a realidade.

Um argumento básico para essa restrição ao nomotético é a percepção de que as próprias regras de interação comunicacional são de natureza histórica. Mais ainda: seu processo de consolidação envolve aspectos comunicacionais não codificados e não codificáveis, pois dependem de inferências conjunturais. Estamos em acordo com Marcondes Filho (2011, p. 176, grifo nosso), que escreve: “Para uma informação tornar-se comunicação é preciso que ocorra em mim, enquanto participante de um processo comunicacional, uma *transformação qualitativa radical*”. No mesmo artigo, o autor enfatiza a imprevisibilidade do momento e da direção de ocorrência em comunicação. Embora não adote a exigência da radicalidade,¹ considero que ocorre sempre um processo inevitável de solapamento e assoreamento posto em ação nas interações.

1 Outra distinção que assinalo sobre a proposição citada é que não circunscrevo a transformação aos participantes: enfatizo também transformações *nos processos*.

Complementando essa posição reflexiva, entendemos que as sociedades se encontram hoje, dada a midiaticização crescente do ambiente social, em fase de experimentação de processos tal que qualquer pretensão de “fixação” de regularidades tenderia apenas a formalizar e hipostasiar um determinado “momento”.

10.2 Transformações x códigos

Ao lado da percepção que vê nos processos comunicacionais a presença necessária de transformações ocorrentes nas interações, uma referência a “códigos” também aparece com frequência nos estudos de comunicação. Certamente, já superamos há tempos a perspectiva da teoria matemática da informação, com a qual, às vezes, se confundia a comunicação. A ênfase, ali, era a passagem de algo entre A e B, em que se valorizava a identidade estrita entre a recepção e a emissão. Nessa ótica, o sucesso “comunicacional” corresponderia a um processo de codificação, na partida, e de decodificação, na chegada, assegurando aquela identidade. “Comunicar” seria garantir essa passagem. Tudo o que levasse a transformações seria ruído.

Desde pelo menos “Dos meios às mediações”, de Barbero – mas certamente antes disso –, os estudos de recepção trabalham diversamente as modificações culturalmente impostas às mensagens midiáticas no que se refere a seu acolhimento por um receptor antes assumido como passivo, mero recipiente. O que passa a ocupar os estudiosos da comunicação é justamente o valor da “diferença entre as lógicas de processos de produção e de recepção de mensagens” (FAUSTO NETO, 2010, p. 10). Isso corresponde a dizer que, perante os “códigos” da mídia, os receptores comparecem *reinterpretando* as mensagens, e não simplesmente *decodificando*.

Não é preciso refazer a história do conhecimento comunicacional para perceber o largo desenvolvimento que os estudos da área construíram desde aquele período de ênfase radical nos códigos. Entretanto, o aspecto “código” continua a circular entre nós, de um modo difuso ou pouco explicitado. Percebemos efetivamente que as diferenças que se desenvolvem nas interações comunicacionais implicam alguma coisa anterior, já dada e compartilhada entre os participantes – que deve ser acionada para que o episódio comunicacional se realize. E também que, se os códigos diferentes em presença não se articulam de algum modo, a comunicação é posta em risco. A perspectiva

de Verón (2004, p. 219) – “é o contrato de leitura que cria o vínculo entre o suporte e seu leitor” – remete a esse encontro entre duas lógicas tão diversas.

Podemos entender que, nos mais de 60 anos de história da televisão na sociedade, para além da referência aos desenvolvimentos tecnológicos (a gravação em vídeo, a cores, o satélite e o cabo, o digital), uma modificação histórica de maior relevância para sua circulação na sociedade deriva do fato de que, pela experiência prática, a sociedade aprendeu e aciona *para seus objetivos próprios* as principais lógicas e estratégias televisuais. Nos mais diversos ambientes sociais, falamos sobre uma “linguagem televisual” incorporada, discutimos as “gramáticas” da TV, aprendemos a “decodificar” as estratégias da mídia. O espectador aprendeu a compreender e a desviar, acionando uma circulação televisual com pertinência para seu repertório e seus interesses.

Aquelas características reconhecidas e aprendidas nos aparecem como sendo “da ordem do código” – o que é preciso dominar previamente para poder acionar nas interações. Isso ultrapassa a simples “recepção”, pois implica poder, em seguida, fazer recircular o que interpretamos. No âmbito dos estudos acadêmicos, para compreender o que ocorre, precisamos também conhecer tais códigos – as regras do processo.

Igualmente, sabemos que tais elementos necessários são, entretanto, insuficientes. Aprendemos com a linguística pragmática que o simples exercício do código não assegura a comunicação – é preciso ainda desempenhar, no episódio comunicacional concreto, um trabalho inferencial que corresponde, para os participantes, a fazer o ajuste dos códigos compartilhados ao contexto e à conjuntura da interação específica, com base na inferência (SPERBER; WILSON, 1997). Nesse âmbito, incluímos as interações nas mídias: seus produtores e usuários, os acionadores das redes sociais e a sociedade que critica sua mídia, para desenvolverem suas variadas ações, devem dominar *alguma coisa mais* que regras e “gramáticas”.

Tenho trabalhado de modo heurístico essa relação entre códigos e inferências (BRAGA, 2010a; 2011; 2012), desenvolvendo reflexões para a pesquisa em torno da noção de “dispositivos interacionais” enquanto sistema de relações entre os diversos elementos da interação – noção que justamente enfatiza essas duas grandes ordens de processo.

Observo, porém, revendo esses artigos, que muito pouco reflito aí sobre a própria noção de “código” e sobre os modos de sua presença na interação. O componente aparece como naturalizado. Sem conceituar, “código” parece determinar a comunicação, ocupando todo o espaço dos dispositi-

vos interacionais; enquanto à inferência seria deixado apenas outro espaço, assumido como de grande relevância, mas “em separado”: o do episódio interacional, singular, dificilmente capturável em modo reflexivo, pois se mostraria como variável aleatória. Com isso, o código se imporia como a parte principalmente observável e suscetível de conhecimento.

Recebi, com relação a minha proposição sobre os “dispositivos interacionais”, a justa objeção de que essa expressão, como formulada (cf. BRAGA, 2011), não seria mais que outro nome, embora mais sutil, para “código” – uma vez que a inferência não estaria nessa matriz acionada, e sim se desenvolveria somente no momento singular, do episódio concreto.

Poderia alegar ter proposto naquele artigo que os próprios códigos *decorrem dos episódios*. Seu modo de criação, inclusive no caso da linguagem verbal, é dependente das práticas (tentativas) da sociedade, em suas experimentações no esforço de comunicar. Um processo de solapamento e assoreamento dos códigos constantemente os transforma – e esse processo ocorre na multiplicação de eventos concretos de interação social (presencial ou midiaticizada; casual ou institucionalizada).

Ainda assim, a ideia de código aparece como um espaço de maior durabilidade, de maior pregnância, de “dirigibilidade” mais constringente dos processos. O episódio interacional de hoje terá alguma possibilidade amanhã de infletir os códigos mais estabelecidos, na medida em que conflua com outros e outros episódios de mesma tendência – mas “o código” seria ainda nosso objeto privilegiado, porque se oferece no presente. Sua apreensão é que daria base até para compreendermos suas transformações, lentas no tempo – e mesmo as mutações que eventualmente constatamos.

Essa perspectiva reforçaria, então, a ideia de que o enfoque epistemológico mais produtivo seria ainda o de “buscar as regras” – as regularidades estatísticas e as lógicas codificadas que definem as comunicações em que a sociedade se engaja.

É verdade que, nessa escala, temos a possibilidade de boas descobertas, que os pesquisadores da área efetivamente nos têm oferecido. Creio, porém, que uma outra escala de aproximação heurística, de objetivos e de observação da realidade deve tensionar produtivamente aquela, da busca das regras – e para isso é necessário não apenas, como temos feito, insistir na relevância da inferência interacional, do ajuste singular, do momento interacional enquanto transformador. É preciso, também, trabalhar criticamente a própria noção de “código”, dessa parte “anterior” já dada quando começa o episódio interacional, assinalando sua pluralidade e, ao mesmo tempo, sua não sufici-

ência. Devemos, ainda, refletir sobre os modos de articulação entre código e inferência, superando o dualismo de seu tratamento nos estudos.

10.3 De que falamos quando dizemos “código”

A palavra “código” remete, em primeiro lugar, a sistemas de transposição, de criptografia. Uma coisa que significa outra, em relação biunívoca fechada, permite o gesto duplo de fazer, primeiro, um movimento de transposição para repassar a outrem o objeto “original” (ideia, proposição, imagem...) em sua forma codificada; e depois, dada sua característica biunívoca, decodificar no ponto de chegada (recepção), invertendo a operação e recuperando de forma exata o objeto original. Um exemplo corriqueiro são as senhas, crescentemente requeridas para os processos de internet – a precisão rigorosa dos dois movimentos da transposição é que assegura a transmissão. É nesse sentido que a teoria matemática da informação trabalha o conceito de código. Outro exemplo, bem mais abrangente, é o sistema binário, base de todos os processos informatizados.

Hoje, porém, consideramos que a comunicação não é, em si, um processo de codificação/decodificação nesse padrão. O termo “código”, entretanto, foi transferido para outros sistemas que não se organizam em estrita relação biunívoca nem operam com aquela precisão. Por exemplo, o sistema da língua. Mais correntemente, “código” pode se referir a um sistema de regras que, acionado pelos participantes de uma interação, estabelece possibilidades de entendimento, gerando uma potencialidade de ação comum entre aqueles. Os desvios de entendimento, se levam eventualmente à possibilidade de desajustes, não são impeditivos *do processo*. Podem também abrir, diversamente, reposicionamentos válidos dos dados em circulação. Sobretudo, já não se trata tipicamente de sistemas transpositores, e sim de modos de fazer e referir – *relativamente* comuns aos diferentes participantes.

A própria imprecisão – ou não rigidez, ou ainda “incompletude” do sistema – viabiliza que coisas novas ocorram no episódio interacional. Em vez de algo – já dado – passar de um lado para outro, os diferentes acervos, contendo elementos em comum, postos em contato, podem gerar proposições (ideias, imagens...) não existentes antes em nenhum dos acervos estabelecidos – exatamente porque as regras, flexíveis, podem parcialmente coincidir e se manter; mas também parcialmente compor outros desenhos.

Mesmo essa ideia, bem mais flexível, de regras compartilhadas deve ser matizada. No mínimo, é preciso levar em conta os dois sentidos da palavra “regra”: uma norma, como uma proposição que *deve ser obedecida*, uma “gramática”; e uma regularidade de gestos e práticas que são habituais. Quando dizemos “*a regra é que, nessas circunstâncias, tal coisa ocorra*”, estamos provavelmente tratando desse segundo sentido – apenas probabilístico.

Assim, para a interação entre participantes, obedecemos a padrões – impostos, acordados ou simplesmente dados como necessidade cultural; ou, ainda, apenas acionamos, sem nem mesmo perceber, práticas incorporadas que desenvolvemos nas interações da experiência vivida.

O uso compartilhado de tais regras oferece uma probabilidade (diferente da certeza necessária dos códigos de transposição) de que os demais participantes estão obedecendo ou praticando as regras em um modo relativamente próximo, de tal forma que podemos não só repassar ideias, proposições, afetos e objetivos, como também *podemos produzir processos em conjunto, de modo articulado*, não estando emparelhados em um isolamento incomunicável. Mesmo que o “entendimento” não seja matemático em sua precisão – ou *sobretudo* porque tal precisão não aparece como elemento constringente – para além do entendimento mútuo, produzimos ação plural.

É claro que, se pudermos falar sobre as próprias regras, é possível fazer ajustes explícitos e correções intencionadas de percurso – o que ocorre nas interações mais corriqueiras. Ao mesmo tempo, pode ser base para um complexo processo agonístico. Mas, ainda que sem essa “consciência” do processo, conseguimos interagir no âmbito da flexibilidade variável das regras em vigência histórica.

Podemos referir outro espaço de compartilhamento entre participantes, que viabiliza a interação social em modo ainda mais difuso e impreciso. Para interagir, basta que os participantes disponham de “referências em comum”. Isso corresponde a estar em um mesmo ambiente cultural. Mesmo que nesse ambiente se ocupem posições diferenciadas, que se desenvolvam opiniões divergentes, que o espaço seja de polêmica e de conflito – tudo isso ocorre em um *ambiente comum de referência*. Ter referências em comum não significa que reagimos do mesmo modo, é claro. Mas ainda assim podemos cotejar as diferenças com alguma base referencial, externa aos participantes e objetivada entre eles.

Podemos fazer isso para buscar ajustes nas diferenças; para, ao contrário, demarcar essas diferenças; ou ainda para o conflito, para oprimir, anular ou descartar os diferentes. Estamos em um espaço no qual a “ação em co-

num” não é necessariamente harmônica. Há sempre uma referência externa que pode ser requerida para a interação.

Aquém de todas essas perspectivas, devemos ainda considerar que, malgrado todas as diferenças, somos espécimes de uma mesma espécie. Percebemos as relações, muito diversas, que mantemos entre o “eu” e o mundo – temos instrumental genético para isso; o compartilhado, aqui, é alguma coisa de ordem biológica. Se não temos o instinto padronizador dos insetos sociais, temos entretanto uma característica neuronal que viabiliza perceber-imitar o que ocorre em nosso entorno. O processo de imitação parece viabilizado pela existência de “neurônios-espelho”, descoberta recente da neurologia.

Gabriel Tarde, no final do século XIX, faz uma distinção radical entre *invenção*, que ocorreria tipicamente por iniciativa individual, e *imitação*, que faria propagar a invenção “em um passo regular, ao modo [...] de uma família de térmites” (TARDE, 1895, p. 21, tradução nossa). “O ser social [...] é essencialmente um imitador, [...] a imitação desempenha nas sociedades um papel análogo ao da hereditariedade nos organismos” (TARDE, 1985, p. 26, tradução nossa). Tarde dá particular importância, na formação da opinião, a este processo pouco criativo.

Fazendo a ressalva de que se trata de um processo bem mais flexível e plástico do que o autor acredita, é relevante assinalar que a imitação é um importante elemento da ordem do código, pois viabiliza um compartilhamento imediato. Esse processo, entretanto, não é meramente reprodutivo, pois a capacidade de imitar se articula com a seleção do que será imitado. Como o entorno humano varia em natureza e em historicidade, não temos gestos padronizados como abelhas e térmites, e sim uma variedade infinita de “imitações” possíveis – sabendo que as mais bem-sucedidas entre estas é que compõem, na construção social da realidade, a cultura específica em que estivermos imersos.

É claro que a capacidade biológica de reconhecer o “outro” como um ser da mesma espécie *não garante* a comunicação. Sabemos das situações históricas, sempre ocorrentes, do não reconhecimento da humanidade do outro e do massacre dos “diferentes” (qualquer que seja a diferença). O que se quer assinalar aqui é a *possibilidade* de, na ausência de qualquer referência cultural em comum, dispormos ainda assim de elementos comuns compartilhados como base para a interação, nesse nível simplesmente humano. O filme argentino *Un Cuento Chino*, dirigido por Sebastián Borensztein, trata

de um processo comunicacional que se desenvolve em situação de forte escassez de referências culturais compartilhadas.

O que quero enfatizar neste item é que a “ordem do código”, fundamental para a comunicação, não é necessariamente constringente ou rígida. Comporta elementos de variado rigor e precisão. Por isso mesmo, deve ser cuidadosamente observada nos direcionamentos que impõe, mas não ser vista *a priori* como *determinista*.

10.4 A pluralidade de elementos compartilhados

O que assinalamos até aqui é que a noção de código, enquanto base compartilhada prévia sobre a qual se desenvolve o processo comunicacional, deve ser tomada em perspectiva mais alargada que o habitual. A rigor, a palavra “código” é pouco exata para isso – e seu uso não conceituado estimula que se dê maior atenção apenas aos aspectos mais sistematizados das referências em comum entre participantes – ou talvez aos mais institucionalizados.

Observamos entre os elementos compartilhados – anteriores ao episódio comunicacional, fundamentando seu encaminhamento e incidindo sobre seu resultado – não apenas códigos de transposição, mas ainda normas sociais expressas e reconhecíveis, regularidades produzidas na experiência prática, referências em comum acionadas. A simples disponibilização de informações, não sendo em si “comunicação”, pode também servir de base compartilhada sobre a qual se desenvolvam processos comunicacionais. Para aquém de tais processos, mais diretamente sociais e históricos, temos ainda as potencialidades genéticas da espécie, como vínculo mínimo possível.

Ainda que decidamos usar a palavra “código” para esse conjunto variado, ou mesmo dar maior importância como merecedor do rótulo aos elementos regrados, o que não se pode recusar é a presença conjunta, em cada episódio comunicacional, em todo dispositivo interacional, de uma pluralidade de elementos previamente compartilhados, que comparecem de um modo mais ou menos articulado.

Em um episódio comunicacional, não temos simplesmente “*um* código” (oferecido “pronto” pelos dispositivos interacionais acionados) a que se somaria um espaço aberto para inferências que apenas ocorreriam no momento do episódio concreto da interação. Temos, muito diversamente, uma pluralidade de códigos – que exigem, ainda no âmbito da matriz de referência, relações de ordem inferencial para viabilizar sua copresença. Quando

Barbero propõe um deslocamento de atenção, dos meios (suas linguagens, suas lógicas) às mediações, na verdade está assinalando a presença necessária de ainda outros códigos: os códigos culturais do receptor.

Uma determinada matriz interacional pode reunir, por exemplo, as estratégias televisuais, as mediações culturais dos receptores, padrões de crítica social, determinadas práticas específicas de uso, leituras que por sua vez repercutam em uma recirculação de comentários em redes sociais, ou nas posições político-sociais dos movimentos em curso. Lembrando ainda que aquelas estratégias televisuais, que aparentemente deram início ao episódio ou ao circuito, são, por sua vez, uma resposta – baseada nos modos pelos quais a produção televisiva compartilha seus processos com os processos dos espectadores que tenta atrair.

Os processos de midiatização nos interessam particularmente em nossa linha de pesquisa. Mas, em minha leitura pessoal, não porque se apresentem como um supercódigo com tendência a subsumir os demais às suas próprias *lógicas dadas*. E sim porque, como processo viabilizador e favorecedor de circuitos de complexidade ampliada, pondo em conjunção circunstâncias que antes podiam se compartimentar em sistemas quase estanques, em “mundos separados”, propiciam uma zona de confluência geral de “códigos” e “lógicas” os mais diversos.

Na internet, em que se procurariam inutilmente regras com o poder de definir, sem restos, tudo o que se passa em suas páginas e suas “lógicas”, o que vemos não é um supercódigo tecnológico. Sobre seus algoritmos informacionais, o que se desenvolve é um encontro ampliado das mais diversas lógicas de interação social.

A copresença, em tais circuitos, de lógicas diferenciadas, de diferentes conjuntos de regras anteriormente não conviventes, de referências multiplicadas, leva a um risco de cacofonia, de padrões que não se ajustam. Isso estimula a necessidade de uma experimentação inferencial intensiva e extensiva para a produção de novas lógicas articuladoras. Temos aí um processo de articulação e tensionamento entre o já compartilhado pelos participantes (parcialmente e com diferenças de enfoque) e o trabalho de construção de outros compartilhamentos – o “ainda não compartilhado”, a ser feito existir socialmente. A *dinâmica comunicacional* corresponderia a esse trabalho entre diferentes elementos compartilhados – e a um processo de interações que, por sua vez, tensiona e modifica o anterior compartilhado.

A inferência parece ser o principal modo de relacionamento entre esses dois “momentos”. Ela não é apenas mecanismo de ajuste entre códigos e

conjuntura, mas também entre códigos e códigos – lembrando, aí, a copleprensça de *processos compartilhados*, de variada natureza e rigor. Não há uma diferença de natureza, mas apenas de processo, entre o *já compartilhado* – que se organiza com potencialidade de regra – e o que se tenta elaborar *em compartilhamento* – que se desenvolve em modo tentativo, inferencial. A rigor, não é possível dispensar, para a dinâmica comunicacional, nenhum desses dois “momentos” imbricados no processo.

10.5 A não suficiência do código

Observada essa ideia sumária de “códigos” para a interação – o que inclui evidentemente os códigos linguísticos, as “linguagens” não verbais, os códigos culturais, as normas jurídicas e éticas, os comportamentos incorporados de grupos sociais, os padrões das instituições e dos campos sociais, entre os quais os da indústria cultural –, podemos reiterar a não suficiência do código.

A não suficiência, no âmbito dos códigos de transposição e dos algoritmos, decorre de seu fechamento necessário. Nesse sentido, tais códigos, que certamente servem bem para muitas ações humanas em comum, não serviriam para muitíssimas outras, exatamente por sua rigidez “matemática”. Estaríamos condenados à repetição infinita, pois nada de novo poderia surgir. Há então uma não suficiência no que se refere à diversidade e à plasticidade requeridas pelo processo comunicacional.

O que é interessante, entretanto, nessa referência para a comunicação, é que podemos acionar códigos fechados associados a outros processos, usando sua potencialidade produtiva rigorosa em ambientes abertos – nos quais outras ações são feitas *envolvendo* a transposição, mas não inteiramente adstritas a sua lógica. Ao contrário, a transposição é acionada apenas na medida de seu interesse para o processo geral. É nesse quadro – de um acionamento articulado com outros processos “abertos” (vagos, difusos, imprecisos) que os algoritmos oferecem seu melhor rendimento. Um exemplo interessante na comunicação contemporânea é justamente o uso extremamente diversificado do código binário. Sobre esse código se articulam processos e padrões crescentemente flexíveis – inscrevendo-o, por processos e critérios *externos a sua lógica*, em necessidades e direcionamentos que ultrapassam a transposição.

Nos demais espaços, a “não suficiência” responde justamente por essa abertura para outros processos – assegurando, pela imprecisão, o aciona-

mento de elementos não regrados, não compartilhados, para completar a interação. Isso viabiliza uma flexibilidade potencialmente adaptativa das ações em comum, porque é sempre possível – mesmo que nem sempre efetivado – rever as regras, reinterpretar as referências compartilhadas, em função mesmo da realidade histórica da interação singular (específica) em prática.

A imitação, por sua própria natureza, parece implicar mera reprodução. Gabriel Tarde (2005, p. 95) observa que “no Antigo Regime, por mais que se converse indefinidamente, a conversação nunca se eleva espontaneamente acima do mexerico”. Qualquer possibilidade de transformação decorreria de estímulos externos, que o autor vai buscar na implantação da imprensa.

Efetivamente, a multiplicidade de elementos intervenientes no processo interacional é um ponto que defendemos no item anterior. O corolário da não suficiência da imitação como código, no que se refere a um funcionamento *per se*, é a necessidade de outros aportes e incidências, determinando então que escolhas sejam feitas a respeito do que será imitado; e implicando que um mesmo processo imitado sofra variações conforme os acervos que o imitam.

Janice Caiafa (2000, p. 64) mostra, em estudo que trata da resistência a códigos linguísticos dominantes, a importância das “exterioridades social e política” sobre os postulados da linguística. Em pesquisa que a autora realizou nos Estados Unidos, tratando do *Spanglish* falado por mulheres hispânicas, observa “os momentos em que um trabalho sobre a expressão esgarçava a língua inglesa para além de suas regras [...] fazendo-a falar o que não estava previsto” (CAIAFA, 2000, p. 66), produzindo um “transbordamento” dos códigos. É relevante, no artigo, a percepção de uma transformação político-social decorrente desse “efeito de intensivação”, conceito que a autora, referindo Deleuze, usa para explicar o que ocorre “sob o código”. Embora a pesquisadora adequadamente enfatize a poética e as ações de resistência aos poderes como espaços especiais de tensionamento da língua, acreditamos poder generalizar essa potencialidade para todas as interações e todos os códigos. Estes comportariam sempre, em germe, sua transformação pelo acionamento – porque a comunicação é o que, de início, os constitui. Argumentei, em outro artigo (BRAGA, 2010 b), que comunicação é aquilo que transforma linguagens.

Particularmente, na copresença de “códigos” (de diferentes lógicas, informações e referências compartilhadas), a não suficiência é central, pois tais lógicas não são coplanares, assim como não são componentes parciais de um suposto supercódigo articulador. As transições entre elas, seu acionamento conjunto em uma mesma situação, se fazem em modos tentativos para as condições do episódio (e série de episódios semelhantes), apagando ou elu-

dindo a disjunção, negociando a diversidade ou fazendo prevalecer mais este ou aquele elemento compartilhado.

10.6 O dualismo código/inferências

Nesse ponto, já se torna clara a importância de evitar um dualismo entre “códigos” e “inferências” – de recusar seu tratamento como se fossem coisas radicalmente distintas, geradas por dinâmicas independentes e aplicáveis a dois momentos distintos da interação, como se apenas se somassem no episódio.

A razão mais evidente, dadas as reflexões acima, é que o conjunto do que chamamos de “códigos” não é, em si, um processo fechado; nem incompleto *por lacuna ou defeito* que devesse ser corrigido. Os processos são imprecisos, incompletos *por necessidade estrutural*. Sem essa “imprecisão”, não teríamos possibilidade de articulações entre os diferentes sistemas. Na verdade, a expressão “código” deve ser vista como uma metáfora para “coisas compartilhadas” – regradas ou não. Tais coisas seriam consideradas “código” apenas porque, disponíveis aos diferentes participantes, podem ser vistas como substrato sobre o qual se realizam outros compartilhamentos. Mas as fronteiras entre código e inferência são imprecisas. A comunicação é transformadora dos “códigos” que viabilizam a interação porque estes não correspondem a outra coisa senão ao estado provisório das coisas já compartilhadas.

Podemos considerar que as regras são da ordem do código, as estratégias são de ordem inferencial. Bourdieu (1990) discute estratégias sociais considerando o jogo de tensionamentos exercidos no acionamento prático de regras culturais dadas. Oferece aí boas perspectivas referentes aos ajustes táticos desenvolvidos. Por outro lado, penso que é preciso também inverter essa sequência para percebermos que as estratégias tentativas que se mostram produtoras dos melhores resultados, na ótica dos participantes, é que acabam se consolidando na forma de regras.

Isso deve significar que a espécie humana, na própria produção de “códigos interacionais”, já age inferencialmente, desenvolvendo processos de interação na “forma código” apenas até o ponto em que o rigor dessa formatação é produtivo, e além do qual passaria a ser constringente para o processo. Como tudo isso se faz nas próprias interações, por processos tentativos e frequentemente canhestros, ora vamos ao excesso de codificação, ora à escassez.

Seria provavelmente constringente para as competências da espécie, em sua existência cotidiana, em suas ações de sobrevivência, depender exclusivamente de códigos transpositores, ainda que mais complexos. A rigor, nem vemos como estes se formariam, historicamente, senão sobre uma base de compartilhamentos menos rígidos. Ou seja, o que articula a multiplicidade de códigos, lógicas, regras e referências dadas não é um supercódigo – mas a atividade inferencial já “exigida” pela incompletude necessária das regras. No caso dos códigos de transposição, aparentemente autossuficientes, estes só se tornam efetivamente produtivos pela confluência com sistemas abertos.

Historicamente, o que parece funcionar em determinado período já não é o que se fazia antes e não é o que se fará depois. Mas podemos considerar que, quando a ausência de regras aparece como dificuldade interacional, os participantes “espontaneamente” geram padrões. Antoun e Pecini (2007) e Lopes (2008) observam na internet a emergência de sistemas de controle derivados da própria prática interacional, de processos de seleção e filtragem, de sistemas de cooperação padronizados para garantir a estabilidade dos processos – mesmo em situações que enfatizam a liberdade da interação, a ausência de hierarquias, a horizontalidade, a forma rizoma. Aqueles padrões de controle são da “ordem do código”, pois se constroem como referência compartilhada para oferecer eixos à interação. Fica evidente, em todas essas alternativas, o processo construtivo do “código” por uma dinâmica que tem como ponto de partida a simples tentativa aberta de interação, evidenciando a não precedência do código sobre a inferência, e sim um mesmo processo complexo de tensionamento mútuo.

Há outras razões para afastarmos o dualismo entre códigos e inferências. Observamos que um dispositivo interacional não é *um código*, enquanto sistema abstrato descritível por meio da enumeração de suas regras. Podemos dizer que um dispositivo é uma constelação de *códigos*, no plural. Produzido por processos interacionais diretamente no ambiente social, com seus estímulos culturais, políticos, intelectuais, afetivos e institucionais diversos, desenvolve-se não como um “sistema de regras”, mas como um conjunto não inteiramente sistematizado de regras e referências de ordens diferenciadas – *sem código articulador prévio* que predetermine como tal agregação se resolve. O “sistema de relações” que caracteriza um dispositivo implica necessariamente uma flexibilidade interna – que é de ordem inferencial – antes mesmo de seu acionamento no episódio.

Comportando códigos postos a serviço de algum tipo de interações, um dispositivo interacional presente na sociedade reúne elementos de trans-

posição, informações disponíveis, regras normativas ou culturais, referências de compartilhamento esperável. Faz parte disso, necessariamente, a não articulação precisa entre tais “fragmentos de sistema”. Assim, o processo inferencial já é condição intrínseca da existência mesmo do dispositivo, tanto quanto os códigos. O dispositivo interacional é um resultante de processos inferenciais que fazem funcionar lógicas diferenciadas.

Para ilustrar essa perspectiva de códigos múltiplos parcialmente articulados (ou potencialmente articuláveis), podemos fazer referência aos processos midiáticos. Com frequência são usadas as expressões “linguagem visual”, “linguagem cinematográfica”, “processos de rede informatizada” – que desdobram a percepção que temos da linguagem verbal, como códigos possíveis para a interação. Há um espaço para atenção especial às dinâmicas de tal ou tal linguagem – pois, evidentemente, se conhecermos os “códigos” segundo os quais a comunicação se realiza, teremos maior possibilidade de compreensão dessa comunicação.

Por outro lado, corremos o risco, em uma pesquisa, de hipostasiar as lógicas do código mais em foco na situação observada, desenfaticando outros elementos que podem igualmente comparecer. A situação passaria a ser explicada, de modo equivocadamente, apenas pela incidência e pelas dinâmicas daquele código em especial. Ou, então, alguns de seus elementos sequer seriam percebidos.

Assim, para além de um código especialmente focalizado – por exemplo, linguagem televisual, ou padrões estabelecidos em jornalismo, ou lógicas das redes sociais –, para compreender de modo mais abrangente e detalhado o episódio ou a situação, é preciso atentar também para outras incidências. Na multiplicidade de códigos propriamente ditos e outros compartilhamentos prévios presentes, o dispositivo deve ser percebido como podendo dar ênfase ora a uns, ora a outros desses elementos.

10.7 Conclusão

No que se refere à produção de conhecimentos sobre a comunicação, se damos exclusiva atenção às regras compartilhadas – e às mais sistematizadas dentre estas –, apenas explicamos o arcabouço estrutural, no qual, entretanto, processos muito diferentes ocorrem. Estes não seriam percebidos em sua potencialidade variada.

Se damos atenção exclusiva ao “momento da inferência”, ao ponto imprevisível de ocorrência do vínculo entre acervos, entre processos e lógicas, e que antes não existia, perdemos de vista uma dinâmica complexa que não *determina* aquele momento, mas que o viabiliza e sobre o qual incide. Perdemos, sobretudo, a possibilidade de fazer inferências sobre o que ocorre aí como especificidade a ser compreendida. Nessa situação, ficaríamos com a impressão de que a comunicação apenas se faz à margem de quaisquer regras, a contrapelo de compartilhamentos já estabelecidos. A transformação propiciada apareceria apenas no episódio, e neste se veria restrita a uma mudança nos acervos pessoais – irrepetível em qualquer outra situação social.

Consideramos, entre essas duas ênfases excludentes, o interesse de estudar processos de transformação mais difusos, produzidos pelo encontro e tensionamento mútuo das duas ordens de elementos que compõem os dispositivos interacionais – e, em consequência, dos circuitos que a midiaticização estimula. Isso corresponde a estudar os aspectos já compartilhados; como estes se articulam entre si; como são acionados no episódio interacional; e as modificações produzidas em decorrência tanto dos objetivos diversos dos participantes como das tentativas de articulação das lógicas diversas acionadas.

Se não devemos restringir a pesquisa ao estudo dos elementos regrados ou de compartilhamento já reconhecido genericamente, onde e como podemos observar a ocorrência dos processos comunicacionais?

Creio que podemos examinar com acuidade essa dinâmica no exame de casos complexos de interação. No estudo específico de um caso, é possível inferir diferentes lógicas intervenientes, assim como as ações inferenciais que as tensionam e articulam. Sobre uma variedade de casos estudados, o desenvolvimento de modelos teóricos para as dinâmicas envolvidas pode então ser usado como base reflexiva e heurística para apreensão de ainda outros casos, *em suas semelhanças e diversidades*.

O espaço das transformações a serem examinadas *não se restringe* aos acervos pessoais dos participantes, às mensagens (em seu fluxo nos circuitos que percorrem), à incidência das expectativas sobre os produtos. Inclui – além desses “lugares” de transformação possível – a ação comunicacional como transformadora e elaboradora dos próprios códigos, das regras de interação, das práticas sociais, das relações entre sistemas diferentes, dos próprios dispositivos e circuitos da comunicação social.

Assim, quando adotamos “transformações” como heurística para o estudo de circuitos sociais e dispositivos interacionais, as questões de horizonte se voltam para tensionamentos e articulações entre as diretivas postas

pelos processos compartilhados e as incidências do *ainda não compartilhado*. Essas relações se fazem tentativamente, fora de determinações codificadas e, portanto, podem incluir ou resultar em *invenção social*.

Certamente, nem todas as situações interacionais são transformadoras em nível significativo. Com grande frequência, podemos perceber a comunicação como meramente usuária de códigos, com ajustes apenas para articulação com a situação específica. Nessa escala, os códigos prevalecem, direcionam, *explicam*. Podemos, aí, desconsiderar os aportes que, mesmo assim, no longuíssimo prazo, acabarão por solapar as regras direcionadoras.

Uma apreensão abrangente do comunicacional, entretanto, não pode esquecer a escala em que a comunicação é criadora de códigos. Mesmo fazendo uma distinção entre *comunicação fraca* (usuária de códigos) e uma *comunicação forte* (criadora, transformadora), a diferença entre elas é apenas de escala, de perceptibilidade, de intensidade temporal. Por isso mesmo, interessará sempre, para o conhecimento da área, investigar o que está sendo transformado nos processos comunicacionais observados.

REFERÊNCIAS

- ANTOUN, Henrique; PECINI, André Custódio. A web e a parceria – Projetos colaborativos e o problema da mediação na internet. *Anais do XVI Encontro Anual da Compós, GT Comunicação e Cibercultura*, Curitiba: UTP/Compós, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. Da regra às estratégias. In: *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 77-95.
- BRAGA, José Luiz. Nem rara, nem ausente – tentativa. *Matrizes*, ano 4, n. 1, São Paulo: ECA/USP, julho/dezembro 2010a, p. 65-81.
- _____. Comunicação é aquilo que transforma linguagens, *Alceu*: vol. 10, série 20, Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010b, p. 41-54.
- _____. Dispositivos Interacionais. *Anais do XX Encontro Anual da Compós, GT Epistemologia da Comunicação*, Porto Alegre: UFRGS/Compós, 2011.
- _____. Uma teoria tentativa. *E-Compós*, vol. 15, série 3, Brasília: Compós, 2012, p. 1-17.
- CAIAFA, Janice. Poéticas e poderes na comunicação. In: CANELAS RUBIM, Albino; BENZ, Ione; PINTO, Milton José (orgs.), *O olhar estético na Comunicação*, Petrópolis: Editora Vozes, 2000, p. 61-71.
- FAUSTO NETO, Antonio. A circulação além das bordas. In: FAUSTO NETO, Antonio; VALDETTARO, Sandra (orgs.). *Mediatización, sociedad y sentido: diálogos entre Brasil y Argentina*. Rosario: Facultad de Ciencia Política y RRII, Universidade Nacional de Rosario, 2010, p. 2-17.

- LOPES, Benevides Marcelo. Wikipédia: autorregulação e controle – Um olhar sobre os Operadores de Normatização da enciclopédia livre. *Anais do XVII Encontro Anual da Compós, GT Comunicação e Cibercultura*, São Paulo: UNIP/Compós, 2008.
- MARCONDES FILHO, Ciro. Duas doenças infantis da comunicação: a insuficiência ontológica e a submissão à política. Uma discussão com José Luiz Braga. *Matrizes*, ano 5, n. 1, ago./dez. São Paulo: ECA/USP, 2011, p. 169-178.
- SPERBER, Dan; Deirdre WILSON. La pertinence. In: Ludwig, Pascal. *Le Langage*. Paris: Flammarion, 1997, p. 188-195.
- TARDE, Gabriel. *Les lois de l'imitation* [1895]. Edição digital produzida a partir da 2. ed., no quadro da coleção “Les classiques des sciences sociales”, 2004. Disponível em: <http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html>. Acesso em: fev. 2013.
- _____. *A opinião e as massas* [1899]. Martins Fontes: São Paulo, 2005.
- VERÓN, Eliseo. Quando ler é fazer – a enunciação no discurso da imprensa escrita. In: *Fragments de um tecido*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004, p. 215-238.

OS AUTORES

Antonio Fausto Neto

Professor titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), no PPG em Ciências da Comunicação. Pesquisador PQ 1A do CNPq. Doutor em Sciences de la Communication et de l'Information pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França (1982). Mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília (1977). Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1972). Estudos pós-doutorais na UFRJ (1990). Jornalista profissional (*O Nordeste; Diários Associados; Gazeta de Notícias; Asapress*). Autor de *Lula presidente: televisão e política na campanha eleitoral* (coorganizador), São Paulo: Hacker; São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003; de *Transformações da midiatização presidencial: corpos, relatos, negociações, resistências* (coorganizador), São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2012, e de outros livros e artigos na área da comunicação. Fez parte da Diretoria da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), gestões de 1993-1995 e 1999-2001. Consultor na área de comunicação do CNPq. Professor colaborador do Mestrado Profissional em Jornalismo da UFPB. Cofundador da Compós. Fundador do Centro Internacional de Semiótica da Comunicação (Ciseco). Foi professor nas seguintes instituições: UFRJ, UFPB, UnB e PUC Minas. Foi membro do comitê científico do CNPq, na área de comunicação (1979-1982 e 2007-2009). Consultor *ad hoc* da Capes, CNPq, Fundação Carlos Chagas. Professor da Unifra, RS. Professor colaborador do Mestrado Profissional em Jornalismo da UFPB. Atua principalmente nas seguintes áreas de interesse: Teorias da comunicação; Teorias do jornalismo; Análise do discurso; Semiótica das mídias. Linha de pesquisa: Midiatização e Processos sociais.

E-mail: <afaustoneto@gmail.com>

Carlos Pernisa Júnior

Professor associado da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutor e mestre em Comunicação e Cultura, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2000 e 1995). Graduado em Comunicação Social, habilitação Jornalismo, pela UFJF (1990). Estudos pós-doutorais em Ciências da Comunicação na Universidade do

Vale do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS, 2012). Atuou como jornalista na antiga TV Tiradentes (afiliada do SBT em Juiz de Fora-MG) e no jornal Tribuna de Minas, também de Juiz de Fora. Autor de *Interfaces: o espaço da sensibilidade no cinema* (Cone Sul, 2001) e *Comunicação digital: jornalismo, narrativas, estética* (Mauad X, 2010), este último em parceria com Wedencley Alves. Também é autor de outros livros e artigos na área da comunicação. É coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da UFJF. Pesquisa na área de comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: Comunicação, Jornalismo, Tecnologias da informação e da comunicação, Cinema e imagem. Linha de pesquisa: Tecnologias do contemporâneo

E-mail: <carlos.pernisa@ufff.edu.br>

Francisco José Paoliello Pimenta

Professor associado IV da Faculdade de Comunicação, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutor e mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1993/Fapesp; 1987/Capes e Fapesp), com parte da pesquisa de doutorado na Tisch School of the Arts da New York University (1991/CNPq). Graduado em Comunicação Social pela UFJF (1981). Estudos pós-doutorais em Ciências da Comunicação na Unisinos (2011). Foi jornalista dos *Diários Associados*, *Revista Manchete*, *Agência Estado*, *Jornal da Tarde* (Oesp) e tradutor. Autor de *Hipermidia e ativismo global* (Rio de Janeiro: Sotese, 2006); de “Semiótica e plataformas interativas multicódigos” in: J. Ferreira, F. Pimenta; L. Signates (orgs.), *Estudos de comunicação: transversalidades epistemológicas* (São Leopoldo: Unisinos, 2010) e de outras publicações na área da comunicação. Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFJF (2006-2010). Foi coordenador (2012-2011) e vice-coordenador (2010-2009) do GT Epistemologias da Comunicação da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Consultor *ad hoc* dos comitês assessores das áreas de Ciências Sociais Aplicadas e da Área Interdisciplinar, da Capes. Tutor do grupo PET/SESu da Faculdade de Comunicação da UFJF. Atua no PPGCom na área de Comunicação e Semiótica, nos temas: Plataformas imersivas, multicódigos e ativismo em rede, e na esfera de Epistemologia da comunicação, com financiamento Capes/Procad. Participa da linha de pesquisa Estética, Redes e Linguagens do PPGCom UFJF.

E-mail: <paoliello@acessa.com>

Goiamérico Felício Carneiro dos Santos

Professor associado III, no curso de Publicidade e Propaganda, no PPG em Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG) e no Programa Interdisciplinar em Direitos Humanos (PPGIDH/UFG). Doutor em Teoria da Literatura pela PUC-Rio. Mestre em Estudos da Linguagem – Teoria da Literatura, pela UFG (1999). Graduado em Letras (1997) pela Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). Estudos pós-doutorais em Ciências da Comunicação, na UNISINOS e na Universidade Nacional de Rosário/Argentina (2010). Poeta, publicitário e ensaísta em torno às questões de literatura, comunicação, cibercultura, consumo. Autor de *Do exercício de viver* (poemas; 2. ed. 1986, Prêmio Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos), 1983, Goiânia: Cerne, de *Angústias da influência: Parricídio e história da literatura* [parte da Tese de doutorado], Goiânia: Kelps & Editora PUC Goiás, 2005, e de *Poéticas da mídia: Mídiações, discursividades, imagens*, Goiânia: Programa de Pós-Graduação em Comunicação/UFG, 2007 [a obra é resultante da pesquisa de pós-doutoramento]. Coordenador do PPG em Comunicação, da UFG (gestões 2006-2007; 2008-2009; 2012-2013). Integrante do Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em Direitos Humanos/UFG, Mestrado Interdisciplinar. Pesquisador do Laboratório de Investigação em Mídias Eletrônicas (LIME) e do Núcleo de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Mídias Interativas da UFG (Media Lab/UFG). Áreas de interesse em pesquisa: Comunicação, cibercultura, literatura e consumo. Linha de pesquisa: Mídia e Cultura.

E-mail: <goiamerico@gmail.com>

Jairo Ferreira

Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Pesquisador PQ do CNPq. Doutor em Informática na Educação pela UFRGS (2002), com estágio nos Arquivos Jean Piaget e na Unidade de Tecnologias Educacionais da School of Psychology and Education, University of Geneva (2000). Mestre em Sociologia pela UFRGS (1997). Graduado em Jornalismo pela UFRGS (1982) e em Ciências Econômicas pela UFRGS (1992). Estudos pós-doutorais em Comunicação pela Universidade Nacional de Rosário (Argentina). Exerceu atividade de redator, repórter e assessor de imprensa entre 1979-1985. Assessoria parlamentar entre 1985-1992. Organizou, em 2007, dois livros: *Cenários, teorias e epistemologias da comunicação* (Epapers), e, com Eduardo Vizer, *Mídias e movimentos sociais: linguagens e coletivos em ação* (Paulus). É autor do artigo “Campo acadêmico e epistemologia da comunicação” (livro Compós 2003) e outros artigos na área da comunicação. Coordena o Projeto Capes/Procad “Crítica Epistemológica – Análise de investigações em curso, com base em critérios epistemológicos, para desenvolvimentos reflexivos e praxiológicos na pes-

quisa em Comunicação”, com pesquisadores da UFG, UFJF e UNISINOS. Coordena o Projeto Escola de Altos Estudos “Midiatização, técnica e tecnologias de informação e comunicação”, com a participação de Bernard Miège, Serge Proulx e Jean Mouchon. Coordena o grupo de pesquisa Epistecom – Epistemologia, midiatização e processos sociais. Participa como pesquisador do grupo Midiatização e Processos Sociais. Coordenou o GT de Epistemologia da Compós entre 2004-2006. Começou sua atividade como professor universitário na Feevale, Novo Hamburgo-RS. Atua principalmente nos seguintes temas: epistemologia, midiatização, dispositivos e circulação. Linha de pesquisa: Midiatização e Processos Sociais.

E-mail: <jferreira@unisinos.br>

José Luiz Braga

Professor titular no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) desde 1999. Pesquisador PQ 1A do CNPq. Doutor em Comunicação pela Université de Paris II, Institut Français de Presse (1984). Mestre em Educação pela Florida State University (1972). Especialização em Sciences Politiques pela Université de Toulouse, França (1965) e em TV Educativa, Produção e Direção de TV pelo Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE, 1970). Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Vale do Paraíba (1962). Estudos pós-doutorais na UFMG (2008). Foi pesquisador em TV Educativa no Instituto de Pesquisas Espaciais (Projeto Saci). Autor de *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática* (São Paulo: Paulus, 2006) e de outros livros e artigos acadêmicos na área da comunicação. Foi presidente da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós) gestão 1993-95. Coordenou o PPG em Ciências da Comunicação da UNISINOS, de janeiro de 2002 a dezembro 2004. Diretor da Faculdade de Comunicação da UnB de 1989 a 1991. Chefe do Departamento de Artes e Comunicação da UFPB de 1979 a 1981. Chefe do Departamento de Métodos e Técnicas da Faculdade de Educação da UnB de 1976 a 1978. Coordenador geral do Projeto Saci/INPE de 1973 a 1974. Professor no Departamento de Comunicação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB 1978-1987) e da Universidade de Brasília (UnB 1974-1978 e 1987-1999). Principais áreas de interesse: métodos de pesquisa em comunicação; crítica midiática; mediatização; e comunicação e educação. Linha de pesquisa: Midiatização e Processos Sociais.

E-mail: <jllbraga@via-rs.net>

Luiz Signates

Professor adjunto IV da Universidade Federal de Goiás (UFG), no PPG em Comunicação. Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2001). Mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília (1998). Especialização em Políticas Públicas pela Universidade Federal de Goiás (2006). Graduado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás (1983). Estudos pós-doutorais em Epistemologia da Comunicação pela UNISINOS (2009). Diretor-presidente da Signates Consultoria, Pesquisa e Editoração Ltda. Autor dos livros *A sombra e o avesso da luz: Habermas e a comunicação social* (2009), *Política no feminino? Imagem da mulher candidata nas eleições 2008 em Goiânia* (2009) e de outros livros e artigos na área da comunicação. É líder dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação, Cidadania e Política (UFG), Comunicação e Religiosidade (UFG) e Comunicação e Cidadania (PUC Goiás). Coordena o GT Epistemologias da Comunicação, no Encontro Nacional da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Comunicação (Compós, 2012-2014). É fundador e membro das Academias de Letras de Goiânia e de Aparecida de Goiânia. Professor efetivo do Curso de Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). É consultor político e realiza pesquisas acadêmicas e profissionais na área de comunicação, com ênfase em sociologia da comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: epistemologia e metodologia da pesquisa em comunicação, comunicação e política, comunicação e religiosidade, comunicação e cidadania, e comunicação e teoria social crítica. Linha de pesquisa: Mídia e Cultura.

E-mail: <signates@gmail.com>

Magno Medeiros

Professor associado da Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (1997). Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1991). Graduado em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal de Goiás (1985). Trabalhou como repórter e editor no Grupo Folha e em outras empresas e instituições na área da comunicação. Foi assessor de imprensa da UFG com atuação na Ascom – Assessoria de Comunicação (2006 a 2008) e assessor de Extensão e Cultura na Proec/UFG (2000 a 2002). Coautor dos livros *Estudos de Comunicação: transversalidades epistemológicas* (São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010); *Mídia, cidadania e poder* (Goiânia: Editora PUC Goiás, 2011) e de outros livros e artigos nas áreas de comunicação e direitos humanos. Diretor da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da UFG, gestão de 2009 a 2012, reeleito para o mandato de 2013 a 2016. Atua como docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Facomb/UFG e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da UFG.

Docente do curso de Especialização em Assessoria de Comunicação e Marketing da UFG. Pesquisa na área de comunicação, com ênfase nos seguintes temas: comunicação, educação, cidadania, direitos humanos, estudos de recepção e televisão, assessoria de comunicação, ética da comunicação, jornalismo, publicidade e propaganda, estudos sobre violência e processos midiáticos, mídia e processos socioculturais. Linha de pesquisa no PPG-Com: Mídia e Cidadania.

E-mail: <magno.ufg@gmail.com>

Pedro Gilberto Gomes

Professor titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), no PPG em Ciências da Comunicação. Pesquisador PQ do CNPq. Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP, 1991). Mestre em Ciências da Comunicação pela USP (1987). Especialista em Teologia pela Pontifícia Universidad Católica de Santiago. Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, 1973). Autor de *Da Igreja Eletrônica à sociedade em midiatisação* (Paulinas, 2010), de *A metodologia nos processos midiáticos* (Signo y Pensamiento, vol. XXXI, 2011) e de outros livros e artigos na área da comunicação. Exerce o cargo de pró-reitor acadêmico da Unisinos. Membro do Conselho de Ciência, Tecnologia e Inovação do Rio Grande do Sul. Membro do Conselho Superior da Cientec do Rio Grande do Sul. Membro do Conselho Superior do Ceta/Senai e do CNTL/Ceta/Senai. É diretor da Editora Unisinos. Membro da Equipe de Reflexão de Comunicação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Pesquisa na área de comunicação, com ênfase em jornalismo e editoração, atuando principalmente nos seguintes temas: comunicação, comunicação cristã, comunicação, cultura e mídia. Linha de pesquisa: Midiatisação e Processos Sociais.

E-mail: <pgomes@unisinos.br>

Potiguar Mendes da Silveira Junior

Professor associado da Faculdade de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Doutor (1992) e mestre (1983) em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ). Formação em psicanálise (Colégio Freudiano/NovaMente, RJ) (1975-). Estudos pós-doutorais pela Universidade Nova de Lisboa (UNL), no Centro de Estudos de Comunicação e Linguagem (2006). Autor de *Artificialismo total: ensaios de transformática, comunicação e psicanálise* (Novamente Editora, 2006) e de outros artigos na área da comunicação. Editor de Lumina – Revista do PPGCOM/UFJF. Integra o projeto “Crítica Epistemológica: análise de investigações em curso, com base em critérios epistemológicos, para desenvolvimentos reflexivos

e praxiológicos na pesquisa em comunicação” (Capes/Procad, 2008: UNISINOS, UFJF e UFG). Participa de dois grupos de pesquisa (CNPq): colíder do “ETC – Estudos Transitivos do Contemporâneo”; e membro do “Estética, Redes e Linguagens”. Estudo e ensino sobre teoria da comunicação, cultura, estética, tecnologia e psicanálise. Atualmente, pesquisa sobre a “Transformática, teoria psicanalítica da comunicação”. Linha de pesquisa no PPG: Estética, comunicação e psicanálise.

E-mail: <potiguaramsjr@uol.com.br>

ATIVIDADES E RESULTADOS DO PROJETO CRÍTICA EPISTEMOLÓGICA

Através dos cinco anos de realização do Projeto, desenvolvido entre os pesquisadores que participam deste livro¹, foram realizadas, dentro do planejamento, as seguintes atividades:

Encontros científicos

2009 – 1º Colóquio Comunicação e Conhecimento, UFJF.

2009 – I Seminário de Epistemologia e Pesquisa em Comunicação, UNISINOS.

2010 – 2º Colóquio Comunicação e Conhecimento, UFG.

2010 – II Seminário de Epistemologia e Pesquisa em Comunicação. UFJF.

2011 – III Seminário de Epistemologia e Pesquisa em Comunicação, UFG.

2012 – IV Seminário de Epistemologia e Pesquisa em Comunicação, UNISINOS.

Publicações

Anais – Três CDs de anais dos seminários realizados, com o texto integral dos trabalhos apresentados. 2009; 2010; 2011

FERREIRA, Jairo; PIMENTA, Francisco Paoliello; FREITAS, Luiz Antonio Signates (orgs.), *Estudos de Comunicação: transversabilidades epistemológicas*. São Leopoldo: Unisinos, 2010. 224 p. com 12 artigos publicados e apresentação da professora Lucrécia Ferrada (PUC/SP).

PIMENTA, Francisco Paoliello. *Comunicação multicódigos e o pensamento mutante*. São Leopoldo. Editora Unisinos, 2014 (no prelo).

PERNISA JUNIOR, Carlos. *A circulação no jornalismo: o terceiro polo em busca de seu espaço*. São Leopoldo. Editora Unisinos, 2014 (no prelo).

1 No período de 2008 a 2011, participaram também as pesquisadoras Ana Carolina Temer, da UFG, e Iluska Coutinho, da UFJF.

SANTOS, Goiamérica Felício. *Mutações discursivas: comunicação, literatura, consumo*. São Leopoldo. Editora Unisinos, 2014 (no prelo).

FERREIRA, Jairo; FAUSTO NETO, Antônio; BRAGA, José Luiz; GOMES, Pedro Gilberto (orgs.). *Epistemologias da mediação*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2014 (no prelo).

QUESTÕES TRANSVERSAIS – Revista de Epistemologias da Comunicação. Desenvolvida a partir dos debates do Projeto e iniciada (número 1) em 2013. Disponível em <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/questoes/index>

BRAGA, José Luiz; FERREIRA, Jairo; FAUSTO NETO, Antonio; GOMES, Pedro Gilberto (orgs.). *Dez perguntas para a produção de conhecimento em Comunicação*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2013.

Processo formativo

Treze Estágios de Mestrado – com participação de estudante de um PPG, por um semestre letivo, em outro PPG.

Quatro Pós-Doutorados, desenvolvidos na UNISINOS por professores-pesquisadores dos outros PPGs do Projeto.

O livro propõe que a capacidade questionadora dos pesquisadores é um importante insumo para a produção do conhecimento. Além de explicar realidades complexas do mundo social, uma importante tarefa do pesquisador é buscar os diversos ângulos em que essa complexidade pode ser esquadrihada e desenvolver as questões que cada modo de conhecimento permite e que o próprio fenômeno oferece.

Perguntas bem direcionadas possibilitam desentranhar o conhecimento comunicacional do conjunto geral das ciências humanas e sociais. Propondo dez perguntas para o conhecimento em Comunicação, a obra estimula os leitores a produzir outras questões sobre o fenômeno comunicacional, abrindo, desta forma, novas clareiras para a investigação.

